



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ANA LOURDES DA SILVA RIBEIRO

**“A MARÉ NÃO TÁ PRA PEIXE, NEM PRA PESCADOR”:
CARTOGRAFIA DECOLONIAL DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NA ÁREA
PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM EM
SÃO LUÍS - MA**

FORTALEZA

2024

ANA LOURDES DA SILVA RIBEIRO

“A MARÉ NÃO TÁ PRA PEIXE, NEM PRA PESCADOR”:
CARTOGRAFIA DECOLONIAL DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NA ÁREA
PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM EM SÃO
LUÍS - MA

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Jeovah Andrade Meireles.

Coorientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R367“ Ribeiro, Ana Lourdes da Silva Ribeiro.
“A maré não tá pra peixe, nem pra pescador”: : Cartografia decolonial dos conflitos ambientais na área proposta para criação da reserva extrativista Tauá-Mirim em São Luís - MA / Ana Lourdes da Silva Ribeiro Ribeiro. – 2024.
159 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia , Fortaleza, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Antônio Jeovah Andrade Meireles..
Coorientação: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior..
1. Pescadores artesanais. 2. Conflitos ambientais. 3. Justiça e injustiça ambiental. 4. Racismo ambiental. 5. Cartografia decolonial. I. Título.
-

CDD 910

ANA LOURDES DA SILVA RIBEIRO

“A MARÉ NÃO TÁ PRA PEIXE, NEM PRA PESCADOR”: CARTOGRAFIA
DECOLONIAL DOS CONFLITOS AMBIENTAIS NA ÁREA PROPOSTA PARA
CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM EM SÃO LUÍS – MA

Tese apresentada ao Programa de Pós-
graduação em Geografia da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de doutora em Geografia.
Área de concentração: Dinâmica Territorial e
Ambiental.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Jeovah Andrade Meireles (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (Coorientador)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profª. Dra. Roberta Maria Batista de Figueredo Lima
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes Alencar
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Élio de Jesus Pantoja Alves
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Profª. Dra. Lara de Queiroz Viana Braga
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Caio Floriano dos Santos
Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS)

À minha mãezinha (*in memoria*) que sempre sonhou com essa filha que aqui está honrando seu nome e a nossa ancestralidade e ao meu pai, um amor redescoberto um pouco mais tarde, a quem devo a vida, por ajudar a concretizar o sonho da minha mãe: ser “minha mãe”. Serei eternamente grata por tal ato de amor.

AGRADECIMENTOS

À instituição CAPES pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio. Através do processo nº 0348/2021/23038.008387/2021-53 - Programa de Excelência Acadêmica.

Eu sempre busquei superar as limitações impostas por essa existência desafiadora que tenho, mas neste momento me vem uma “ruma” de pensamentos, fui rememorando como foram até aqui as etapas na minha vida, e desse lugar que é a academia no modelo que temos, que não foi feita para pessoas como eu!

Pensar que já mudamos muito, viemos de muito mais longe ainda e que acredito na universidade pública e lutarei até os fins dos meus dias em prol desse espaço importante para a nossa vida!

Agradeço primeiro a Deus, poder supremo e que tudo sabe sobre mim.

Agradeço ao povo brasileiro que financiou meus estudos desde a graduação até aqui no doutorado, eu honrarei esse recurso trabalhando em prol das pessoas mais vulneráveis, essa é a minha escolha!

Enfrentamos uma pandemia, logo no segundo semestre do doutorado e muitos irmãos e irmãs se foram. Que recebam luzes onde estiverem. Em tempo de obscurantismo e de parte do povo brasileiro a favor do ódio, contra a ciência, estudar é um ato revolucionário.

Agradeço algumas pessoas e nem vou citar nomes, para não ser injusta e não deixar ninguém de lado, porque aqui tem sonhos de muita gente reunida. Inclusive, algumas que se movimentaram e fizeram brechó, feijoada, para que eu pudesse ir morar em Fortaleza e me manter enquanto não havia sido contemplada com a bolsa de pesquisa. Muito obrigada!

Aos colegas do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente pelo suporte e confiança desde os meus primeiros passos na vida acadêmica e até me sentir pesquisadora. Muito obrigada!

Aos colegas de turma. Muito obrigada!

Ao corpo administrativo da Pós-graduação em Geografia, Erandir e Edilene por tudo que fizeram por mim e sempre solidários, pacientes e cuidadosos. Muito obrigada!

Aos professores Amaro e Levi, por me fazer acreditar que é possível, apesar das enormes desigualdades no mundo, nós podemos fazer o melhor e ser ainda solidários e cuidadosos, os terei sempre como referência! Muito obrigada!

A Beto do Taim, que nunca me deixou sozinha e quando eu ficava sem rumo, ele me puxava e me ajudava a ir adiante! Parceiro e coautor dessa tese. Muito obrigada e nosso amor é de outras vidas, tenho certeza!

A Clarissa Lobato que sempre confia em mim e sempre me deu a mão, Jadeylson Moreira, um irmão que o GEDMMA me deu e esteve comigo na maioria dos campos e obrigada por me fazer rir e me socorrer nas minhas dúvidas acadêmicas, ah, e os fuxicos só nossos. Muito obrigada!

A Prof.^a Dra. Cíndia Brustolin que sempre que via um texto e tinha uma ideia me procurava e mostrava que também acredita em mim. Muito obrigada!

E, por fim e não menos importante em minha vida e que levarei para sempre como colegas e professores, o meu orientador, Prof. Dr. Jeovah Meireles que admiro tanto, ao ponto de ficar trêmula só em pensar que poderia decepcioná-lo. Sempre as melhores prosas, orientações e me empoderava como mulher. Muito obrigada!

Ao Prof. Dr. Horácio Antunes que, para além de inspirador, é meu melhor amigo e parceiro que a vida me deu nesses doze anos de vida acadêmica. Ele conhece todas as minhas limitações, melhor do que ninguém, mas, nunca deixou de me apoiar e esteve em muitos momentos de dificuldades ao meu lado e nunca largou a minha mão. Muito obrigada!

Aos meus amigos, Hulda Rocha e Bruno Carvalho que são como irmãos e pessoas incríveis que sempre me auxiliaram.

Não posso esquecer a Ohana Pageú, uma das pessoas mais generosas e comprometidas com a educação e que, apesar de ter idade para ser a minha filha, é de uma maturidade maior do que a minha e a levarei para sempre na minha vida. Muito obrigada!

Aos pescadores artesanais que me auxiliaram muito e sempre receptivos e cuidadosos junto aos moradores e moradoras de todas as comunidades que compõem a área proposta para a Criação da Resex Tauá-Mirim. Muito obrigada!

Aos meus filhos, Paulinho, Gabriel e Tiago, que cada um, ao seu modo, me ofereceu o máximo que pode. Desculpem a ausência talvez, mas, não acredito que, por ser mulher, preciso abrir mão da minha vida em prol da vida dos filhos, desculpem por não sentir isso de jeito algum, sou a mãe possível. Muito obrigada!

“Porque a terra prometida, depende da luta plena. Não vamos guardar comida de graça para hiena, vamos todos à labuta, justiça e paz se faz na luta, porque a luta vale a pena”. Alberto Cantanhede Lopes (Beto do Taim)

RESUMO

Esta pesquisa de doutorado é uma continuidade de estudos sobre os conflitos ambientais na área proposta da Reserva Extrativista Tauá-Mirim na Grande Ilha do Maranhão, mais conhecida como Ilha de São Luís. É oriunda de projetos de pesquisas e extensão realizadas junto ao Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma) – vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Fruto de várias formas de ver e estar no mundo, este projeto se materializa após a intensa vivência e interlocução entre pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento no território que constitui um espaço de cultura e um modo de vida através de atividades como a pesca artesanal, a agricultura familiar e a criação de animais de pequeno porte, onde moradores vivem do que produzem e que lutam para manter seu modo de vida, ameaçado por empreendimentos locais, nacionais e internacionais. Nos últimos anos, mais precisamente do ano de 2014 em diante, esses conflitos se intensificaram e as 12 comunidades que compõem o território lutam, desde 2003, para que seja criada a Reserva Extrativista (Resex) Tauá-Mirim, modalidade de unidade de conservação ambiental prevista pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000, que contempla a presença de população humana e atividades econômicas de baixo impacto ambiental e que garante a conservação dos recursos naturais. O território em questão está localizado a sudoeste da Grande Ilha do Maranhão, na capital do Estado do Maranhão e abriga um conjunto de ecossistemas que resulta em uma paisagem singular, incluindo manguezais, dunas, restingas, brejos e babaçuais. Constitui, assim, um espaço relevante para a conservação da vida silvestre. Vale ressaltar, que é nesse cenário que comunidades tradicionais vêm interagindo com seus ecossistemas e neles buscando os recursos necessários para manter sua forma de organização comunitária e reprodução da cultura e do modo de vida baseado na pesca e no agroextrativismo. Nesse cenário de conflitos ambientais, racismo e injustiça ambiental, o presente estudo pretende analisar os conflitos ambientais entre pescadores artesanais e empreendimentos públicos e privados na área proposta para a criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim e seu entorno a partir da cartografia decolonial. A pesquisa foi realizada através de um estudo etnográfico e seguindo as seguintes etapas: i) levantamento bibliográfico e documental; ii) pesquisa de campo *in loco*; iii) realização de oficinas de cartografia decolonial com os pescadores; iv) produção dos mapas com pescadores artesanais utilizando a cartografia decolonial; v) elaboração coletiva com pescadores artesanais da proposta de gestão integrada dos territórios comunitários e estratégias para a melhoria da

produtividade dos sistemas ambientais a partir da cartografia decolonial. Convém afirmar que os pescadores artesanais identificam os problemas ambientais como a causa principal da diminuição da produção pesqueira local devido a alterações no ambiente costeiro resultado da dragagem realizada pelas empresas instaladas desde 1970. Identificam, também, que existiam comunidades pesqueiras no território que foram deslocadas compulsoriamente.

Palavras-chave: pescadores artesanais; conflitos ambientais; justiça e injustiça ambiental; racismo ambiental; cartografia decolonial.

ABSTRACT

This doctoral research is a continuation of studies on environmental conflicts in the proposed area of the Tauá-Mirim Extractive Reserve in the Greater Island of Maranhão, also known as the Island of São Luís. It originates from research and extension projects conducted by the Study Group: Development, Modernity, and Environment (GEDMMA) – affiliated with the Department of Sociology and Anthropology and the Graduate Program in Social Sciences at the Federal University of Maranhão. Born from various ways of seeing and being in the world, this project materializes after an intense experience and dialogue between researchers from different fields of knowledge in a territory that constitutes a space of culture and a way of life through activities such as artisanal fishing, family farming, and the raising of small livestock. The residents live off what they produce and fight to maintain their way of life, which is threatened by local, national, and international enterprises. In recent years, specifically since 2014, these conflicts have intensified, and the 12 communities that make up the territory have been fighting since 2003 for the creation of the Tauá-Mirim Extractive Reserve (Resex), a type of environmental conservation unit provided for by the National System of Conservation Units (Snuc), established by Law 9.985/2000. This system allows for the presence of human populations and economic activities with low environmental impact that ensure the conservation of natural resources. The territory in question is located to the southwest of the Greater Island of Maranhão, in the capital of the state of Maranhão, and houses a set of ecosystems that result in a unique landscape, including mangroves, dunes, coastal vegetation, wetlands, and babassu groves. It is thus a relevant area for the conservation of wildlife. It is in this setting that traditional communities have been interacting with their ecosystems, seeking the resources necessary to maintain their community organization and to continue their culture and way of life based on fishing and agro-extractive activities. Amid this scenario of environmental conflicts, racism, and environmental injustice, the present study aims to analyze the environmental conflicts between artisanal fishers and public and private enterprises in the proposed area for the creation of the Tauá-Mirim Extractive Reserve and its surroundings, using decolonial cartography. The research will be conducted through an ethnographic study, following these stages: i) literature and documentary review; ii) on-site field research; iii) conducting decolonial cartography workshops with the fishers; iv) producing maps with artisanal fishers using decolonial cartography; v) collective development with artisanal fishers of an integrated management proposal for the community territories and strategies to improve the productivity of environmental systems using decolonial cartography. It should be noted that

artisanal fishers identify environmental problems as the main cause of the decline in local fish production, due to changes in the coastal environment caused by dredging activities carried out by companies established since the 1970s. They also identify that there were fishing communities in the area that were forcibly displaced.

Keywords: artisanal fishers; environmental conflicts; environmental justice and injustice; environmental racism; decolonial cartography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Atividades de Campo.....	30
Figura 2 - Interlocutores do território	59
Figura 3 - Comunidade de Embaúbal	66
Figura 4 - Comunidade Rio dos Cachorros	67
Figura 5 - Comunidade do Limoeiro	67
Figura 6 - Oficinas de cartografia decolonial	74
Figura 7 - Mapa decolonial produzido pelos pescadores	75
Figura 8 - Atividade de campo no perímetro da Resex Tauá-Mirim.....	85
Figura 9 - Feira da Resex Tauá-Mirim	88
Figura 10 - Pequena produção dos quintais.....	89
Figura 11 - Representações culturais do Taim	92
Figura 12 - Futebol feminino e masculino no Taim	93
Figura 13 - Cais do Taim.....	93
Figura 14 - Riqueza natural da comunidade do Taim	96
Figura 15 - Acesso a Ilha de Tauá Mirim	99
Figura 16 - Cais da ilha de Tauá Mirim	100
Figura 17 - Plantas com frutos e folhas doentes na ilha de Tauá-Mirim.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de Impactos.....	78
Quadro 2 - Comunidades deslocadas para implantação das empresas Vale e Alumar	80
Quadro 3 - Pontos georreferenciados coletados em campo.....	94
Quadro 4 - Ciclo de Ajuste – Modelo rentista neoextrativista	121
Quadro 5 - Atividades econômicas no entorno da Resex Tauá-Mirim (2019/2020).....	122
Quadro 6 - Empreendimentos localizados no entorno da Resex Tauá-Mirim	122
Quadro 7 - Empreendimentos localizados no entorno da Resex Tauá-Mirim 2021/2022	128

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa da área da proposta para a criação da Resex Tauá-Mirim	28
Mapa 2- Sobreposição das propostas de área	70
Mapa 3 - Mapa do Itaim	90
Mapa 4 - Mapa da localização da Ilha de Tauá-Mirim (Comunidade)	98
Mapa 5 - Mapa Decolonial da Resex Tauá-Mirim	116
Mapa 6 - Mapa Decolonial do Taim.....	131
Mapa 7 - Mapa Decolonial da Ilha de Tauá-Mirim.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALUMAR	Consórcio Alumínio do Maranhão
CF	Constituição Federal
CGR	Conselho Gestor da Resex Tauá – Mirim
CLA	Centro de Lançamento De Alcântara
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais
COVID	Corona Vírus
Confrem	Comissão Nacional de Fortalecimento Das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
Desoc	Departamento de Sociologia e Antropologia
Diman	Diretoria de Criação de manejo de Unidades de Conservação
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
EA	Educação Ambiental
ECO	Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
Eneva	Itaqui Geração de Energia
EUA	Estados Unidos da América
Fapema	Fundação de Amparo a Pesquisa do Maranhão
Fiema	Federação da Indústria do Estado do Maranhão
GEDMMA	Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
HO	História Oral
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Ambientais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
Monape	Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras
MDI	Movimento de Defesa da Ilha
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras
MPE	Ministério Público Estadual
MPU	Ministério Público Federal
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNPCT	Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

PNDA	Plano Nacional de desenvolvimento da Aquicultura
RESEX	Reserva Extrativista
Resex–MAR	Reserva Extrativista Marinha
Remulmana	Rede de Mulheres das Marés e dos Manguezais Amazônicos Maranhão e Piauí
Sema	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais
Sisnama	Sistema Nacional de Meio Ambiente
Sinduscon	Sindicato da Construção Civil
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	18
1	INTRODUÇÃO	19
1.1	O início de tudo.....	27
2	REFERÊNCIAS TEÓRICO - METODOLÓGICAS.....	36
2.1	Populações tradicionais, pesca artesanal e etnoconhecimento	37
2.2	Território e lutas pelo espaço	42
2.3	Reservas Extrativistas Marinhas (Resex-MAR) e Maretórios.....	47
2.3.1	<i>Pesquisa Qualitativa</i>	55
2.3.2	<i>A História Oral: uma relação entre os saberes popular e tradicional e o acadêmico científico que se entrelaça na práxis da pesquisa</i>	60
2.3.3	<i>Um estudo etnográfico.....</i>	64
2.3.4	<i>Construção dos Mapas</i>	71
3	NÃO É HISTÓRIA DE PESCADOR: A LUTA POR AUTONOMIA E PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO EM QUESTÃO	76
3.1	Do cais ao território de pesca: Taim e Tauá-Mirim.....	82
3.2	Comunidade do Taim (Itaim).....	89
3.3	Ilha de Tauá-Mirim (Comunidade de Tauá-Mirim).....	97
4	A CARTOGRAFIA DECOLONIAL EM DEFESA DO TERRITÓRIO PARA RE-EXISTÊNCIA DIANTE DOS CONFLITOS AMBIENTAIS... ..	107
4.1	Por uma Cartografia Decolonial das Comunidades Taim e Tauá-Mirim... ..	108
4.2	Uma breve abordagem sobre o Pós-Colonialismo	110
4.3	Grupos Subalternos uma breve abordagem	113
4.4	Grupos Latino-Americano de Estudos Subalternos.....	113
4.5	A Cartografia Decolonial na construção da justiça ambiental em defesa do território pesqueiro	115
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
	REFERÊNCIAS	138
	APÊNDICE A - MINIBIOGRAFIA DO CO-AUTOR ALBERTO CANTANHEDE LOPES, O BETO TAIM.....	148
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	150
	ANEXO A - PORTARIA INCRA	152

ANEXO B - CARACTERIZAÇÃO DA RESEX DE TAUÁ-MIRIM	153
ANEXO C - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO.....	154
ANEXO D - REGISTRO DO IMÓVEL.....	155
ANEXO E - ESCRITURA	157
ANEXO F - PARTE INICIAL DA CARTA DE APOIO À DECRETAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM.....	158
ANEXO G - PARTE INICIAL DA NOTA TECNICA DA RESEX DE TAUÁ-MIRIM PROCESSO DE CRIAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA ILHA DO MARANHÃO	159

APRESENTAÇÃO

Esta tese que chega as suas mãos é repleta de significados e identidade. Fruto de várias formas de ver e estar no mundo e do acúmulo de experiências enquanto educadora, militante de direitos humanos e pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma)¹, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) e ao Departamento de Sociologia e Antropologia (Desoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), grupo com o qual, mantemos vínculo para além das pesquisas e experiências de campo, fato que se dá pela escolha de fazermos ciência de forma integrativa, inter, multi e transdisciplinar, evitando fazer ciência simplesmente para cumprir ritos e normas acadêmicas, no entanto, primando pelo rigor acadêmico e respeito aos interlocutores.

A tese compõe um projeto de pesquisa aprovado através de edital universal de nº 031/2016 financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) intitulado: Reserva Extrativista de Tauá-Mirim e seu entorno: levantamento socioeconômico e iniciado em 2018. Com a pandemia de Covid-19, foi adiada a entrega de seu relatório final para agosto de 2022 e, em seguida, solicitado prazo maior devido às dificuldades de idas ao campo por intempéries do volume de chuvas do primeiro semestre o prazo foi mais uma vez ampliado, com o prazo final para novembro de 2023.

¹ Criado em 2004 por iniciativa de alguns estudantes da graduação em Ciências Sociais da UFMA e adesão de dois professores do Desoc, “seu registro oficial no Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA e no Diretório de Grupos de Pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – em 2005.” (Alves et al., 2018, p. 254).

1 INTRODUÇÃO

A ciência que acreditamos² é aquela que potencializa todos os saberes. Desde o ano de 2009, participamos do Gedmma e foi a partir da nossa inserção no grupo de pesquisas que iniciamos a aproximação com as comunidades³ da Zona Rural II do município de São Luís - MA⁴.

Houve muita influência das lideranças locais em todas as pesquisas que participamos desde então, todas estão relacionadas ao mesmo território. A participação das lideranças no processo da construção dessa proposta se fez desde a sua elaboração para concorrer a uma vaga na seleção de doutorado, motivo de muita alegria, mas, também de muito compromisso e responsabilidade. Vamos construindo esse processo de forma intensa, interativa, horizontal, possibilitando a construção de uma pesquisa autônoma com o intuito de potencializar o saber popular e científico e oferecer subsídios para as ações de resistência das comunidades que vivem na Zona Rural II de São Luís⁵.

Na relação que foi sendo construída, paulatinamente, na parceria com o Gedmma, sempre tivemos a troca de saberes como ponto de partida na construção do conhecimento e, nesses quase vinte anos de existência enquanto grupo de pesquisa, coube a nós pesquisadoras⁶ e pesquisadores contribuir com as comunidades através da assessoria, seja nos registros dos fatos e na apresentação dos dados coletados que compõem as monografias, relatórios do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)⁷, dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pós-doc, assim como, projetos de extensão, tendo como

² Usaremos a 1ª pessoa do plural por entender que a pesquisa que ora apresentamos foi construída a várias mãos e com muitas trocas entre as lideranças, pesquisadores, pesquisadoras durante todo o processo de construção.

³ A partir daqui utilizaremos o termo comunidade para nos referir aos povoados da zona rural de São Luís, pois é o termo que suas moradoras e seus moradores usam para se referirem a seus lugares de viver. Provavelmente, esse uso decorre da influência e atuação da Igreja Católica, principalmente, a partir da difusão das comunidades eclesiais de base.

⁴ Utilizamos a nomenclatura Zona Rural II, do município de São Luís, no Maranhão, para situar a área em disputa. Essa denominação se deve à Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís, de 1992, ainda em vigência. Apesar de constar nessa lei que nem todas as comunidades dessa região fazem parte da Zona Rural, muitos povoados, com o tempo, passaram também a incorporar essa denominação. Então, todas as comunidades localizadas desde a BR-135 até ao Porto do Itaqui são consideradas como Zona Rural II (Gonçalves, 2019, p. 19).

⁵ Popularmente conhecida com Ilha de São Luís, Ilha do Amor, Ilha Magnética ou mesmo Jamaica brasileira, Ilha de Upaon-Açu. Após a metropolização geograficamente passou a ser chamada de Grande Ilha do Maranhão, por abarcar quatro municípios. Optamos por utilizar em todo texto a expressão mais popular: Ilha de São Luís.

⁶ Optamos por utilizar os gêneros masculino e feminino.

⁷ O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) é um programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) cujo objetivo é contribuir para a formação de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, através da concessão de cotas de bolsas de iniciação científica diretamente às Instituições de Ensino e Pesquisa.

objetivo apresentar dados sobre o ambiente e o modo de viver das comunidades, Dados que ultrapassam os limites visíveis do território. Sobre isso, Alves et al. (2018, p. 260) afirmam que:

O Gedmma, enquanto grupo de pesquisa, encontrou “terreno fértil” para um tipo de produção acadêmica que foi sendo realizado, aliando à trajetória de seus membros a uma produção científica engajada. Dessa produção engajada, duas características do grupo: uma visão da produção científica como um instrumento a ser apropriado pelas comunidades no sentido de buscar os seus direitos e, também, a participação das lideranças comunitárias na concepção e elaboração de seus projetos e suas ações.

A partir dessa experiência que vem desde o engajamento nos movimentos sociais, passando pela militância política em defesa dos menos favorecidos socialmente, os laços se fortalecem, vamos percebendo e acompanhando a maturidade do grupo e a coesão em defesa do território. No entanto, algumas vezes existem conflitos internos bastante desafiadores.

A pesquisa no território e as relações estabelecidas, desde então, passam a atender a demanda das comunidades locais. Nesse cenário, vamos nos constituindo pesquisadoras e pesquisadores.

Consolidando-se na pauta ambiental, a partir da produção de conhecimento o processo vai se tornando mais perceptível e categorias como: desenvolvimento, modernidade, meio ambiente, justiça e injustiça ambiental, racismo ambiental vão se integrando a outras categorias abordadas e identificadas nas pesquisas e na atuação no território. Sendo assim, é perceptível, e cada vez mais urgente, realizar debates internos nas comunidades que lutam por seu reconhecimento enquanto populações tradicionais, através da proposta de criação da Reserva Extrativista (Resex⁸) Tauá-Mirim, assumindo, então, a luta contra hegemônica diante desse modelo de “desenvolvimento” imposto e implementado no Brasil desde a década de 1970 e chegando ao Maranhão de forma muito intensa e desigual.

Nesse sentido, provocadas por lideranças locais, mais especificamente, da comunidade do Taim, Rio dos Cachorros, Cajueiro e Porto Grande, algumas comunidades da Zona Rural II de São Luís começaram a discutir formas de resguardar suas terras e espaços marítimos juridicamente, chegando à proposta comum da constituição de uma reserva extrativista. Em 2003, através de um abaixo-assinado realizado pela União de Moradores do Taim, foi dada entrada na Superintendência do Maranhão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA) à solicitação da unidade de conservação que, inicialmente, recebeu o nome de Reserva Extrativista do Taim e seria

⁸ Abreviatura da categoria de Reserva Extrativista, modalidade de unidade de conservação ambiental, prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985/2000, que contempla a presença de população humana e atividades de baixo impacto ambiental e que garantam a conservação dos recursos naturais.

composta por seis comunidades: Taim, Limoeiro, Rio dos Cachorros, Porto Grande, parte da Vila Maranhão (Porto das Arraias) e Cajueiro.

Em 2006, após uma série de visitas, estudos e reuniões, o IBAMA produziu o primeiro Laudo Socioeconômico e Biológico para Criação da Reserva Extrativista do Taim (Ibama, 2006) e foi apresentado às comunidades no mesmo ano. Na audiência pública de discussão do laudo, surgiu uma demanda de inclusão das seis comunidades localizadas na Ilha Tauá-Mirim (Portinho, Jacamim, Embaubal, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim). Assim, foi feita uma consulta pública a essas comunidades e ampliados estudos do Laudo de 2006, gerando um novo documento (Ibama, 2007), permitindo a inclusão das comunidades da Ilha Tauá-Mirim, totalizando doze⁹ comunidades no perímetro da Resex do Taim. O processo de criação da Resex foi enviado, depois de concluído no IBAMA-Maranhão, para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), em Brasília. Lá, se constatou que já havia no estado do Rio Grande do Sul uma unidade de conservação com o nome de Estação Ecológica do Taim. Foi então solicitada a alteração do nome da Resex. Em 2008, por sugestão do IBAMA, foi feita uma consulta pública às comunidades envolvidas e o nome da Resex passou a ser Reserva Extrativista Tauá-Mirim.¹⁰

O lugar que as comunidades vivem, trabalham, plantam, colhem é o mesmo lugar que, segundo gestores públicos em vários níveis de governo e representantes da iniciativa privada, seria propício para a implantação de projetos industriais e portuários, ampliando o Distrito Industrial de São Luís (Disal) e o Complexo Portuário de São Luís (CPSL)¹¹. A ampliação do CPSL favorece a defesa de implantação de novas indústrias no DISAL, pois se argumenta a diminuição com os custos em transporte para importação de matéria prima e exportação da produção. Além disso, os discursos públicos e privados justificam uma possível constante ampliação do CPSL, argumentando existirem vantagens comparativas devidos a suas características geoambientais, dentre elas, a profundidade da baía de São Marcos, que possibilitaria receber navios de grande calado, e a proximidade com mercados da Europa e Estados Unidos (os portos ludovicenses são, entre os brasileiros, os mais próximos desses mercados) e ao acesso ao oceano Pacífico através do canal do Panamá, permitindo atender a demanda do capital internacional através de portos públicos e privados e garantir ao sistema econômico mundial a obtenção de mais lucro. A expansão portuária e industrial em São Luís

⁹ Mais adiante apresentaremos dados mais específicos sobre o território.

¹⁰ Por esse motivo alguns textos publicados anteriormente a 2008, utilizam a denominação Reserva Extrativista do Taim.

¹¹ O Complexo Portuário de São Luís é formado por três grandes portos: Porto do Itaqui (Administrado pela estatal Empresa Maranhense de Administração Portuária – Emap), Terminal Portuário da Ponta da Madeira (pertencente a Vale S.A.) e o Porto da Alumar (pertencente ao Consórcio de Alumínio do Maranhão) e alguns menores (Moreira, 2015).

tem se constituído em um dos fatores potencializadores de conflitos nos últimos anos, aumentando a pressão sobre as diferentes esferas governamentais, no intuito de deslocar compulsoriamente as comunidades locais.

A implantação do Complexo Portuário de São Luís, desde a década de 1970 e sua constante ampliação, potencializando e intensificando os conflitos ambientais, tornam imprescindível a busca, por parte das comunidades locais, de novas estratégias de mobilização e resistência na luta desigual pelo território.

Em 2011, resultado da atuação no território através da pesquisa e de assessoria às comunidades citadas, surgiu a demanda de algumas das lideranças locais de um projeto que possibilitasse maior engajamento da juventude das referidas comunidades. Nasceu, então, o projeto de pesquisa e extensão intitulado: Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II em São Luís – MA¹² que foi tema de nossa dissertação de mestrado em 2016 e do qual estivemos à frente enquanto coordenadora na primeira etapa. Esse foi o momento em que os laços entre a pesquisadora/educadora e as comunidades foram se estreitando, estendendo-se até o doutoramento.

Nas diversas incursões durante as atividades do projeto de Educação Ambiental (EA)¹³ ao território, como parte das atividades propostas, os temas relacionados às questões ambientais mundiais interligadas com os temas locais sempre estiveram presentes, tornando inevitável perceber a enorme biodiversidade e potencialidade do ambiente natural que havia sido confirmada com a conclusão do Laudo Socioeconômico realizado pelo IBAMA – MA em 2007 (Ibama, 2007).

No entanto, a criação da Resex ainda aguarda a emissão do decreto presidencial devido à necessidade de um posicionamento oficial favorável por parte do governo do Estado. O Governo Federal tem mantido uma posição extraoficial de somente criar unidades de conservação com a concordância dos governos estaduais a que se destinam. Já foram três negativas dos sucessivos governos estaduais do Maranhão: no governo José Reinaldo Tavares (2007), Jackson Lago (2013), Roseana Sarney e Arnaldo Melo (2014). No governo de Flávio Dino¹⁴, houve um silenciamento sobre a anuência ao projeto de implantação da Resex de Tauá-Mirim (Arcangeli, 2020, p. 33).

¹² Resultou na dissertação de mestrado finalizada em 2016 na Universidade Federal do Rio Grande (FURG/RS) no Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental. Disponível através do link: <http://www.argo.furg.br/?BDTD11129>.

¹³ Abreviaremos a partir daqui a palavra educação ambiental.

¹⁴ Governo Flávio Dino teve o primeiro mandato de 2015 a 2018 e o segundo mandato de 2019 a 2022. Atualmente o governador eleito é da sua base aliada.

Vale lembrar que a luta pela Resex se iniciou em 1996 e a solicitação para a criação oficial, conforme a legislação exige, foi realizada em 2003 e todo processo seguiu os trâmites legais finalizando, no Maranhão, de forma favorável com o citado Laudo do Ibama de 2007.

Nos deteremos, no entanto, ao território conhecido como Zona Rural II da Ilha de São Luís, geograficamente chamada de Ilha do Maranhão. Foram três anos entre a nossa conclusão do mestrado e a inserção no doutorado e, nesse intervalo de tempo, as idas e vindas ao território em questão foram constantes. A necessidade recorrente que moradores e moradoras têm de estar “vigiando” o tempo inteiro, leva ao monitoramento de quem entra e quem sai do território, das constantes investidas de atores externos, sejam eles pessoas que buscam ocupar espaços para moradia ou, por outro lado, políticos, assessores parlamentares em busca de apoio e votos que aparecem a cada dois anos entre as eleições municipais, estaduais ou federais, e de funcionários de empresas, que pretendem expandir seus empreendimentos para os territórios das comunidades. Fatos assim vão criando uma rotatividade de ações e de constante movimento.

Algumas comunidades, como as do Rio dos Cachorros e do Taim, por estarem mais próximas ao centro urbano da ilha, vivenciam investidas mais fortes do poder público local, obrigando o surgimento de formas internas e constantes de enfrentamento contra essas investidas.

Nessa relação estabelecida para a defesa do território vão surgindo os acordos entre as comunidades, através das suas representações nas Associações de Moradores de cada território especificamente. Podemos citar, o cuidado ao perceber movimentações diferentes de carros desconhecidos, com pessoas procurando informações sobre as lideranças locais, no intuito, muitas vezes, de fragilizar e criar disputas internas. Com esse cenário, vão surgindo necessidades de novas pesquisas que atendam às comunidades locais e congreguem a experiência no campo empírico com a de pesquisa, mantendo ativa a relação construída com pesquisadores e pesquisadoras. E é nesse aglomerado de ideias que emerge uma investigação mais profunda sobre a relação da pesca artesanal e os conflitos existentes com os empreendimentos instalados no território da área proposta para a criação da Resex.

Esta pesquisa para a obtenção do grau de doutoramento vai para além do título e para além das relações acadêmicas e científicas. Com fortes laços estabelecidos no decorrer dos anos, surge a possibilidade de retornar aos estudos formalmente para o doutorado, impulsionada por essas demandas, nos permitindo maiores reflexões, reafirmando, assim, os caminhos escolhidos outrora, assim como, a necessidade em ampliar a interlocução imprescindível para a pesquisa de forma holística e interdisciplinar entre a Geografia, as Ciências Sociais e outras

ciências afins, sem esquecer que “a ciência é apenas uma forma de expressão dessa busca, não exclusiva, não conclusiva, não definitiva” (Minayo, 2012, p. 9), mas que possibilite a ampliação do conhecimento já adquirido.

Consideramos, então, um enorme desafio para quem vem de uma carreira consolidada enquanto professora da Educação Infantil exercida por vinte anos. Essa experiência no campo da educação infantil, assim como a influência de Paulo Freire (1987, 2005) na prática pedagógica, possibilitam que a interlocução entre as comunidades e a educadora durante a pesquisa se fizesse de forma horizontal, fato esse que provém do campo empírico e da necessidade de uma fundamentação teórica mais aprofundada no campo das ciências sociais e humanas sem esquecer, no entanto, que “o campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições” (Minayo, 2012, p. 9).

Vale ainda ressaltar que a proposta dessa etapa da pesquisa parte das demandas oriundas das lideranças e dessa vez, por meio dos pescadores artesanais através de uma conversa em meados do ano de 2017, dez anos após todo o processo de criação da Resex Tauá-Mirim. Fato esse que traz uma carga de responsabilidade, mas, ao mesmo tempo, que torna mais valorosa para todos e todas, em especial, para as comunidades envolvidas no processo de luta e pesquisa. Diálogo feito com atuação ativa, coletiva e efetiva no vasto campo de pesquisa¹⁵ acerca do território, suas particularidades, potencialidades, conflitos, e mobilização na constante luta pela manutenção do modo de vida, assim como, as diferentes estratégias encontradas na coletividade nessa busca constante e no intuito de reforçar a resistência despertada, e cada vez mais expressiva diante do intenso conflito pelo uso e posse do território, em diferentes perspectivas, entre os empreendimentos e as comunidades que lá vivem.

Dessa forma, reforçamos o que diz Minayo (2012), no que se refere ao objeto e ao problema da pesquisa, como recorte ou parte da totalidade, ou fragmento, que, para ser estudada em sua significação, deve conter relações essenciais à identificação dos conflitos entre os empreendimentos e os pescadores artesanais. No entanto, os efeitos são perceptíveis nos territórios pesqueiros, que mais recentemente vêm sendo chamados por lideranças de movimentos de pescadores de maretórios, para se referirem diretamente aos espaços relacionados com o mar. Identificados primeiramente por quem pesca desde criança no maretório, que são os pescadores artesanais¹⁶, eles percebem desde o início os efeitos causados

¹⁵ Abordaremos mais adiante o termo utilizado aqui.

¹⁶ A pesca é uma das atividades extrativistas mais antigas realizadas pelo ser humano. No Brasil, antes do período colonial, era realizada pelos índios e consistia na captura de peixes, crustáceos e moluscos para subsistência dos indígenas. Com a chegada dos portugueses-colonizadores essa forma de pescar mudou de configuração, incluindo outras modalidades para além da pesca de subsistência até então realizada pelos indígenas (Diegues, 1983).

no ambiente após a implantação das indústrias no território, assim como todos e todas moradores e moradoras que lá vivem.

De acordo com o Ibama (2007, p. 8):

O primeiro sintoma do desequilíbrio ambiental sentido pela população foi a redução da produtividade pesqueira, diagnosticada pelo paulatino desaparecimento e diminuição de espécies estuarinas da região. A comunidade começou a questionar as razões desta diminuição e associar esse processo à instalação de uma fábrica de alumínio na região em 1984.

Os conflitos têm início com a implantação de empresas privadas e portos públicos e/ou privados que, ao longo de um período de trinta anos, vão se intensificando e as comunidades cada vez mais cercadas por novos empreendimentos.

São Luís, capital do estado do Maranhão, por ser uma ilha, tem especificidades e peculiaridades, com características muito próprias e fragilidades ambientais que serão descritas no decorrer da pesquisa.

O conflito chega aos pescadores quando os mesmos, por várias vezes, chegam ao ponto de serem encaminhados, por seguranças privados das empresas instaladas no território e em seu entorno, à delegacia local por conta da atividade pesqueira feita em locais que antes utilizavam livremente. Atualmente, possuem limitações de acesso que são impostas por grandes empreendimentos (Vale, Alumar¹⁷) e pequenas empresas, sendo que, a pesca artesanal faz parte da vida das comunidades e é exercida por várias gerações.

Ao restringirem o acesso aos produtos da natureza de onde provêm o sustento familiar e fonte de renda, já que vendem o que excede nas feiras próximas, os empreendimentos colocam em risco a soberania alimentar de muitas dessas famílias. Além disso, após a implantação de inúmeras indústrias e equipamentos de infraestrutura, tem estado cada vez mais escassa a diversidade e quantidade de pescado que conseguem capturar na área em disputa e em seu entorno. Fator que tem levado à extinção de algumas espécies identificadas pelas comunidades, especificamente pelos pescadores locais, como mostra a pesquisa de Costa (2017)¹⁸, espécies estas que serão mais adiante apresentadas.

Ao modificar o uso do território, atendendo à demanda do capital, que possui outra forma de entender, estar e perceber o ambiente natural, este passa a ser visto como potencial

¹⁷ A, anteriormente, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é, atualmente, conhecida como Vale S.A. Alumar é a sigla para denominação do Consórcio Alumínio do Maranhão, formado pelas multinacionais Alcoa e BHP Billington.

¹⁸ Tese de doutorado apresentada no ano de 2017 no Programa de Pós-graduação em Ciências Marinhas Tropicais do Instituto de Ciências do Mar da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, intitulada: Avaliação da sustentabilidade das pescarias artesanais na Área Proposta Para a Criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís, Maranhão (Costa, 2017).

gerador de lucro para pequena parcela da sociedade, ou seja, os grandes empreendimentos, e geram conflitos. Utilizamos como base teórica o conceito apresentado por Acselrad (2004) que entende conflitos ambientais como sendo:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas pelos impactos indesejáveis... decorrentes do exercício de prática de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. (Acselrad, 2004, p. 26).

Não podemos deixar de enfatizar que os conflitos são oriundos, principalmente, de imposições dos Estados neoliberais sobre a América Latina de forma assimétrica, potencializando as desigualdades sociais, o que tem possibilitado resistências, lutas, e disputas no sentido de valer outras cosmovisões e modos de vida (Rigotto; Aguiar; Ribeiro, 2018).

Para fim de melhor apresentarmos os resultados dessa pesquisa, vale ressaltar que a mesma foi se definindo e redefinindo à medida que estamos inseridos no processo, com metodologias, métodos e técnicas para alcançar os objetivos traçados nas diversas idas e vindas ao território, nas quais moradores e moradoras relatam os maiores desafios, facilidades e dificuldades e, mesmo diante do cenário, não pretendem sair dele.

A pesquisa que apresentamos tem por objetivo: Analisar e mapear os conflitos ambientais entre pescadores e empreendimentos, utilizando a cartografia decolonial¹⁹. A princípio, foi pensado em realizar a cartografia das doze comunidades que compõem o território, até mesmo por necessidade e para obtenção de dados que contraponham os dados “oficiais” apresentados pela Prefeitura de São Luís para a alteração no Plano Diretor do município, que apresentou a proposta de transformar cerca de 41% da zona rural municipal em zona urbana. Na aprovação do Plano Diretor pela Câmara Municipal de São Luís, em 2023, depois de muitos debates públicos e forte resistência por parte de lideranças das comunidades, acabou ocorrendo a conversão de cerca de 33% da zona rural em zona urbana. Parte desse território atinge, mais diretamente, a comunidade Rio dos Cachorros e indiretamente as demais do polígono pleiteado para a implantação da Resex.

No entanto, à medida que foi sendo elaborado o roteiro de atividades, a metodologia sendo definida e ocorrendo o acúmulo das experiências em campo e das últimas incursões ao território, foi possível detectar a impossibilidade de realizarmos a cartografia decolonial de

¹⁹ Mais adiante teremos um capítulo específico no intuito de caracterizar os conflitos e o que chamamos de Cartografia Decolonial nessa pesquisa.

todas as comunidades que estão no interior do perímetro da Resex, que conta com 1.698 famílias, conforme levantamento realizado em campo, em um período tão curto de tempo do qual dispomos no doutorado. Sendo assim, a opção foi realizar a cartografia decolonial de duas das doze comunidades: Taim e Tauá-Mirim, às quais nos dedicaremos mais adiante a caracterizar.

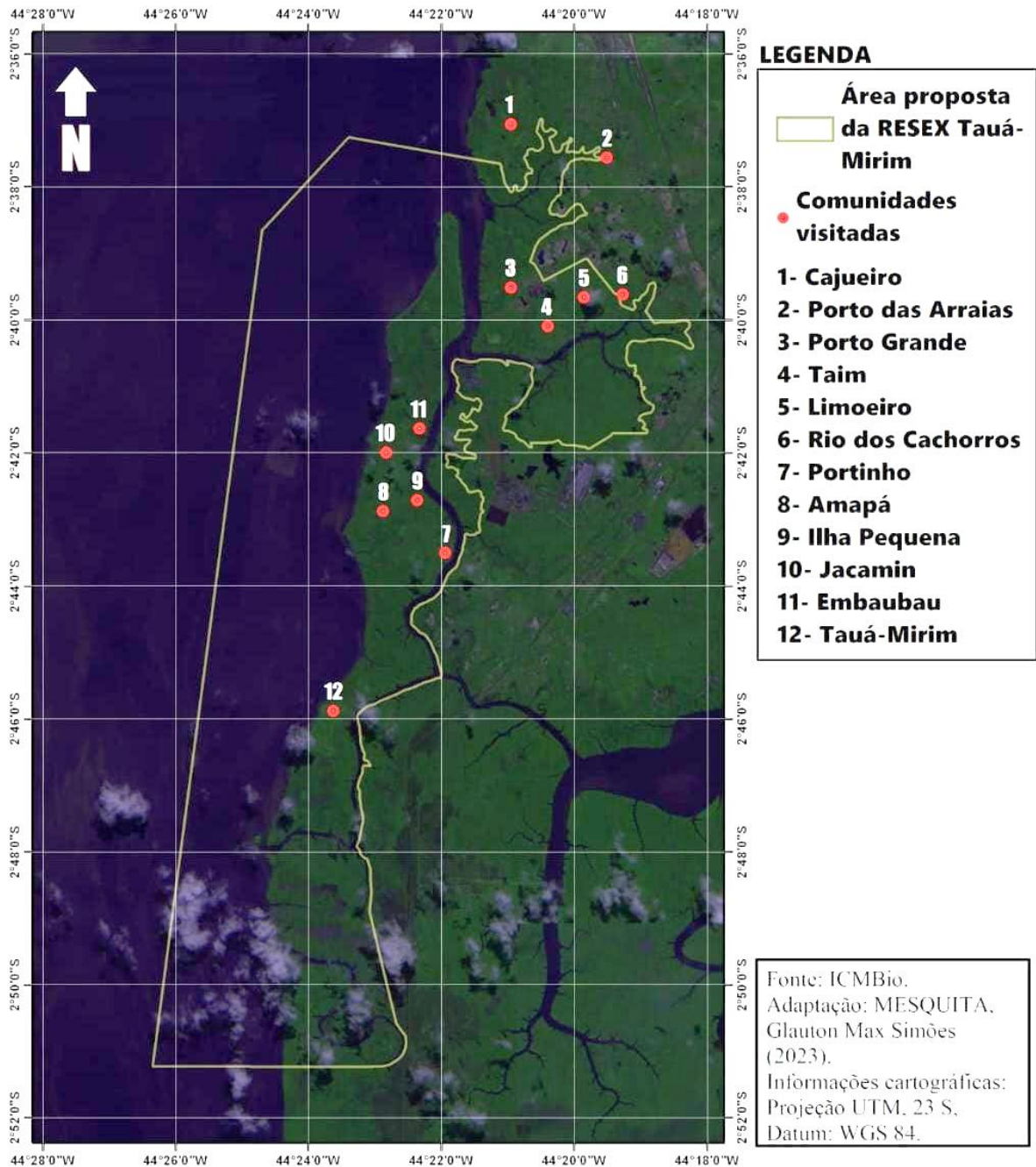
Ao definir as duas comunidades, usamos como critério, a distância dessas comunidades em relação ao centro urbano do município de São Luís. Escolhemos, então, duas das doze comunidades que estão em dois extremos no território: o Taim, mais próximo, e a Ilha de Tauá-Mirim mais distante da zona urbana, fator que possibilitará melhor identificamos quais os impactos ambientais provenientes da instalação dos empreendimentos na pesca artesanal e nas comunidades que estão no perímetro da Resex.

No decorrer das idas a campo, durante as entrevistas, mesmo com as relações já bem estabelecidas, laços mais apertados de afinidade e confiança, fomos percebendo as dificuldades que apresentavam ao responder questões diretas sobre a arte da pesca. Sendo assim, levamos essas perguntas semiestruturadas e em forma de diálogos. Dessa maneira, expressavam melhor e de forma mais clara as suas experiências ao responder oralmente às perguntas. Essas foram realizadas em atividades de campo, assim como, outras pesquisas realizadas anteriormente que servirão de base de dados na construção dessa etapa da pesquisa e, paralelamente a isso, servirão de subsídios no processo de criação da Resex Tauá-Mirim. Utilizaremos dados empíricos, diário e caderno de campo, relatórios de bolsistas de Pibic, material coletado nas inúmeras reuniões, audiências públicas, pesquisas de outros companheiros e companheiras que integram o GEDMMA/UFMA e, também, de parceiros dos diversos movimentos sociais e partidos políticos que se juntaram à luta.

1.1 O início de tudo...

O Mapa 1 mostra o polígono traçado e construído de forma coletiva, que foi levado aos órgãos oficiais da área em estudo no processo de criação da Resex Tauá-Mirim, com área de 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21km, contando com um amplo espelho d'água.

Mapa 1 - Mapa da área da proposta para a criação da Resex Tauá-Mirim



A área da Resex tem enorme potencial ambiental e hídrico, biodiversidade e beleza natural, mas nos últimos anos vem recebendo fortes influências externas de empreendimentos privados e governos das três esferas governamentais para expansão de projetos desenvolvimentistas, os quais visam atender a demanda do grande capital internacional. Como já afirmamos anteriormente, a proposta do novo Plano Diretor de São Luís é transformar parte da zona rural II em zona urbana e, posteriormente, através da Lei de Zoneamento, Parcelamento,

Uso e Ocupação do Solo, estabelecer a área com zona industrial, zona de logística ou zona portuária.

A solicitação de instalação da Reserva Extrativista configura-se, atualmente, como um dos desdobramentos conflituosos que surgiram da mobilização crescente dos povoados ameaçados pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento na Ilha do Maranhão. A área proposta para a Reserva abrange os povoados Cajueiro, Limoeiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros e Taim, engloba também parte da Vila Maranhão e a Ilha Tauá-Mirim, na qual localizam-se os povoados Amapá, Embaubal, Jacamim, Portinho e Tauá-Mirim, e um amplo espelho d'água, totalizando 16.663,55 hectares e perímetro de 71,21km (Sant'Ana Júnior et al., 2009 p. 24)

Foi através do projeto de extensão intitulado: Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II da Ilha de São Luís, referido anteriormente, que emergiu a pesquisadora/educadora, até então não desperta, com maior entendimento sobre a possibilidade e necessidade imprescindível de que a “professora/educadora” deveria e poderia vir a ser e tornar-se “pesquisadora”.

Ao Gedmma coube a tarefa de potencializar essa escolha. Sempre através da condução horizontal tanto na hora do embasamento teórico e fazer científico, quanto na *práxis* pedagógica, com respeito ao tempo que precisou disponibilizar nessa construção, oferecendo subsídios e propiciando momentos no território que pudesse, de forma autônoma, exercer esses papéis, até então dissociados.

Importante frisar que esse processo é contínuo e precisa ser feito de forma que atenda as normas acadêmicas, científicas, unindo o conhecimento empírico ao saber popular. A junção desses saberes, adicionada à militância político-partidária e ao ativismo nos direitos humanos, auxiliaram no burilamento do olhar e na elaboração da forma como escolhemos ser e estar no mundo.

Sendo assim, dessa necessidade tanto nossa (aprender pesquisar) quanto das comunidades em realizar um trabalho na área educacional e ambiental para fortalecer a luta, consideramos que o Projeto de Pesquisa e Extensão Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA foi o ponto de partida para a realização desta pesquisa, com as sementes plantadas e colhidas na dialética da vida.

A Figuras 1 são registros das atividades realizadas durante a execução do projeto. Na Figura 1-A, apresentamos a atividade de campo com as jovens e os jovens na comunidade do Rio dos Cachorros (Núcleo Taim)²⁰ no ano de 2011; a Figura 1-B refere-se ao II Encontro

²⁰ Devido às diferentes localizações e às dificuldades de deslocamento entre as comunidades, as ações do projeto de extensão foram divididas em dois núcleos: 1. Núcleo Taim, envolvendo jovens das comunidades Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto Grande, Vila Maranhão e Cajueiro; 2. Núcleo Tauá-Mirim, envolvendo as comunidades Portinho, Jacamim, Embaubal, Ilha Pequena, Amapá e Tauá-Mirim.

(encontros em que participavam jovens dos Núcleos Taim e Tauá-Mirim) na Ilha da Boa Razão, localizada na ilha Tauá-Mirim, em 2012; a Figura 1-C é um dos registros do Encontro na Comunidade do Amapá (Núcleo Tauá-Mirim), em 2012, e a Figura 1-D foi o encerramento da primeira etapa e do III Encontro na Ilha de Tauá-Mirim, no ano de 2013.

Figura 1 - Atividades de Campo



Fonte: Arquivos da autora

Na disputa pelo uso e posse do território, em que as comunidades lutam pela criação da Resex Tauá-Mirim e pela manutenção do seu modo de vida, as formas de uso dos recursos naturais e do território entre o Estado e as comunidades locais são antagônicas.

Em um cenário de crise civilizatória e planetária, marcado por desigualdades e injustiças ambientais, são preponderantes os agentes transnacionais do sistema do capital, os

quais impõem à América Latina e à África um processo de acumulação por espoliação²¹ que recrudescer o extrativismo colonial (Rigotto; Aguiar; Ribeiro; 2018, p. 9).

No contato com as comunidades ao longo dos anos, ficou nítido para nós que as mulheres sempre estiveram em maior número, provocando reações e animando a luta. Nas reuniões na Defensoria Pública Estadual ou Federal, nas audiências públicas, reuniões estratégicas para organizar alguma atividade na luta em defesa do território, elas estavam sempre em maioria. No entanto, os homens formavam os grupos de lideranças e quando não eram pescadores artesanais, tinham a pesca como atividade complementar da renda familiar.

Importante destacar os pescadores que estiveram sempre conosco no processo de pesquisa: Alberto Cantanhede Lopes²² (Taim), Clóvis Amorim Silva (Praia de Parnauçu/Cajueiro), Davi de Jesus Silva e Carlos Augusto Barbosa (Cajueiro). Os dois primeiros, Beto do Taim e Clóvis, estavam sempre levantando as questões e oferecendo os dados sobre a pesca, identificando os conflitos, apontando as necessidades de voltar os olhares para os efeitos ambientais que afetam de forma direta a pescaria e o modo de vida das comunidades, sempre com dados muito precisos ao relatar fatos, propondo ou tentando encontrar alternativas para potencializar e contribuir com a resistência e a luta que têm sido incansáveis pela criação da Resex Tauá-Mirim, tomando a experiência adquirida na pesca artesanal no território como categoria de análise.

Partindo das considerações iniciais, no intuito de apresentar um panorama do território e todas as idas e vindas no decorrer desse período de doze anos, com pesquisas no mesmo perímetro, foram surgindo alguns questionamentos e inquietações vivenciadas a partir desse convívio com moradores e moradoras, em especial, para esta pesquisa, com os pescadores artesanais das comunidades da Resex Tauá-Mirim em São Luís do Maranhão. Sem a participação deles²³ a pesquisa não teria o resultado esperado.

Não podemos deixar de registrar, no entanto, que, apesar de todas as dificuldades oriundas do trabalho pesado e árduo, da ausência de políticas públicas que atendam a categoria, jamais se esquivaram em contribuir com a pesquisa, ora como importantes interlocutores, ora como excelentes condutores das pequenas embarcações utilizadas por eles durante as incursões, quer seja em voadeira ou mesmo em pequenos cascos (embarcações pequenas de construção

²¹ “O conceito de acumulação por espoliação é formulado a partir da exposição da natureza do capitalismo que Harvey faz em seu livro teórico de maior fôlego: *The limits of capital* (1982)” (Almeida Filho; Paulani, 2011, p. 2).

²² Mais conhecido como Beto do Taim, uma liderança que está desde o início na luta pela Resex.

²³ Nos referimos a eles porque majoritariamente são os homens que realizam a pescaria. Identificamos uma mulher na Ilha de Tauá-Mirim e uma na Estiva, esse último, um bairro no entorno do perímetro proposto para a Resex Tauá-Mirim.

artesanal e movidas a remo) muito comuns na área em estudo, com muita habilidade e domínio nos percursos e trajetos percorridos.

Além de tudo isso, não poderia deixar de enfatizar a receptividade e a constante alegria, bom humor, parceria e disposição em auxiliar, oferecendo seus conhecimentos e vivência em todas as etapas da pesquisa. Participaram ativamente no campo, desbravamos caminhos, por mar e por terra firme. Mais adiante, destacaremos um subcapítulo especificamente sobre esses importantes interlocutores.

A partir dessa interlocução, buscamos unir nossos papéis. O nosso, o dos pescadores e dos moradores e moradoras das comunidades que abrange a área em estudo, além de algumas outras no entorno, aliados em diferentes frentes de atuação na luta e em defesa do ambiente, seja enquanto militante e ativista na área ambiental, ou enquanto educadora popular e pesquisadora, com o olhar integrado, aprendendo ou mediando os conhecimentos adquiridos e vivenciados, potencializando as descobertas compartilhadas e a fim de que sejam úteis em defesa do modo de vida e do território.

Entretanto, se homens e mulheres, indígenas, negras, camponesas e trabalhadoras resistem, também no campo acadêmico florescem grupos que revisitam a ciência, exercitam a reflexividade e a crítica, constroem escolhas éticas e políticas contra hegemônicas e reinventam suas práxis no campo científico e na universidade (Rigotto; Aguiar; Ribeiro, 2018, p. 9)

Leroy (2010, p. 15) afirma que “não podemos deixar aos donos do poder político a tarefa de traçar nosso destino” e a participação ativa na construção e troca dos conhecimentos auxiliam no enfrentamento das situações de conflito.

Apresentaremos a seguir os encaminhamentos dados para responder tais questionamentos e que, ao mesmo tempo, possam fortalecer a luta através do “aporte da tecnociência e recursos humanos” (Rigotto; Aguiar; Ribeiro, 2018, p. 9) iniciada há um pouco mais de vinte anos em busca da manutenção da autonomia e modo de vida das comunidades do território em questão.

A seguir apresentamos os objetivos da pesquisa.

Objetivo Geral:

Analisar, a partir da cartografia decolonial, os conflitos ambientais entre pescadores artesanais e os grandes empreendimentos públicos e privados na área proposta para a criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim e seu entorno.

Objetivos Específicos:

- Caracterizar as consequências dos efeitos ambientais, causados por empreendimentos públicos e privados, na atividade da pesca artesanal e nas comunidades de pescadores na área proposta para a criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim.
- Identificar a assimetria de poder nas tomadas de decisões entre os pescadores artesanais e grandes empreendimentos localizados no entorno das comunidades em estudo.
- Mapear as principais áreas pesqueiras e os conflitos ambientais existentes nas comunidades, através da Cartografia Decolonial.
- Avaliar a situação dos territórios tradicionais relacionados à diminuição das áreas de pesca.

Realizamos 14 entrevistas com os pescadores artesanais, com perguntas semiestruturadas, sendo, 10 do Taim e 4 da Ilha de Tauá-Mirim, nos baseamos na amostragem levando em conta a quantidade de famílias em cada comunidade, além do advogado José Guilherme Zagallo, integrante do Movimento em Defesa da Ilha, militante e advogado popular que acompanha a luta pela Resex; Gilberto Lima, educador popular do Conselho Pastoral dos Pescadores que contribuiu com informações e na ida ao campo para a realização do Mapa decolonial, e Kátia Barros, que esteve na gestão do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) – MA, durante a elaboração do Laudo Socioeconômico realizado em 2007 e deu entrada junto com as comunidades no trâmite legal para a criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim. Ainda utilizamos os registros de campo, através do diário e do caderno de campo.

Essa tese é fruto de compromisso assumido com as comunidades com as quais convivemos enquanto pesquisadoras/pesquisadores a exatos doze anos e apresentamos de forma que sintam o território, juntamente conosco, nas incursões realizadas.

No primeiro capítulo apresentamos uma breve introdução na qual descrevemos a nossa trajetória política, social até chegar na academia e como, através da pesquisa e extensão, se deu nossa chegada às comunidades, ao desenvolver o Curso de Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II da Ilha de São Luís, as portas das comunidades foram abertas progressivamente e o contato com jovens e seus pais foram momentos de muita troca e partilha.

Em seguida, após apresentar alguns interlocutores do projeto de extensão, descrevemos a importância das relações que se estreitavam a cada dia, dos laços de confiança que culminam na proposta da pesquisa.

Resgatamos a história da luta das comunidades pelo território, nos orientamos por teóricos que apresentam referencial teórico que nos auxiliam na compreensão e identificação dos conflitos ambientais e de como o processo de deslocamento compulsório é violento e como as comunidades que vivem no território lutam para manter seu modo de vida, baseado na pesca artesanal e agricultura familiar.

Descrevemos o território e suas variadas formas de uso, conceitos, vivências, nessa conexão entre o olhar de quem vive na zona rural e o as relações estabelecidas na coletividade de uma comunidade. Apresentamos o conceito de reservas extrativistas como uma unidade de conservação e como surgiram de lutas que ocorreram em todo território brasileiro e como essas lutas ganharam visibilidade com a experiência do companheiro Chico Mendes e como, a partir da experiência dele, a luta pelas reservas extrativistas marinhas ficaram mais fortalecidas.

Decidir analisar os conflitos através da História Oral, com o estudo etnográfico foi o ponto chave para que todos os campos e toda interlocução se encaminhasse de forma horizontal, buscando cada narrativa, muitas vezes sem que percebessem as anotações, deixando os pescadores artesanais bem à vontade no tempo e no seu ritmo, tendo em vista que a maioria são idosos e, muitas vezes ficaram constrangidos, buscamos outras oportunidades para obter as informações necessárias. Destacamos que a presença de Beto do Taim foi um diferencial, pois com ele os pescadores pareciam muito mais à vontade.

A construção dos mapas, desde a ida para georreferenciar os limites da comunidade do Taim, aproveitamos cada conversa durante o percurso, assim como para conhecer mais o território por dentro e sua história. Na Ilha Tauá-Mirim várias idas foram marcadas, desmarcadas, o percurso é mais difícil e requer a organização com a comunidade. Devido à difícil comunicação, o levantamento de informações foi realizado por Beto do Taim que repassou os dados, os quais foram levados para serem construídos, sendo desta forma realizada a Cartografia Decolonial, que explicaremos mais detalhadamente na metodologia.

Já encaminhando para os resultados da pesquisa no capítulo três, nesta etapa analisamos as entrevistas, ouvimos, transcrevemos e retiramos os trechos que atenderam ao que nos propusemos como resultado para análise, a partir dos relatos e vivências dos pescadores artesanais e de alguns interlocutores que estão na luta pelo território.

O capítulo quatro é dedicado a descrevermos cada comunidade. Foi muito prazeroso fazer o resgate das histórias contadas pelos avós e pelos mais velhos da comunidade.

O Taim, tem muito mais dados, no Tauá-Mirim as histórias contadas são muito abstratas, pois os mais velhos já não estão mais fisicamente no território e as histórias são contadas, em sua maioria, partir de uns 10 anos para cá, foram poucos dados levantados quando comparamos aos dados do Taim. Uma das interlocutoras da Ilha Tauá-Mirim, a agente comunitária de saúde, tentou ainda buscar mais dados sobre antigos moradores, no entanto, não obtivemos êxito.

No quinto capítulo apresentamos o resultado das horas de pesquisa, das tantas idas e vindas ao território e construímos os mapas de cada comunidade. Ao chegarmos em cada comunidade, combinados antecipadamente, foi muito boa a participação e interação dos pescadores, até alguns mais jovens se aproximaram, identificaram o território e o lugar das suas residências, foi um processo participativo no qual foram mostrando e discutindo quais lugares são importantes para reforçar o uso do território. Descreveram lugares que precisam ser utilizados, foi um momento muito íntimo para eles, ficamos na facilitação do processo e como resultado obtivemos os pontos descritos, as comunidades deslocadas identificadas, os conflitos que vivenciam dentro do território. Ao longo desse capítulo todo esse percurso está descrito.

Talvez não tenhamos conseguido expressar a riqueza dos detalhes da forma em que a pesquisa foi conduzida. Foram momentos em que as leituras sobre a “norma epistemológica dominante” (Santos; Menezes, 2009, p. 10) foram se encaixando com mais força a uma certeza de que o caminho escolhido, como forma de fazer ciência é possível, e que precisamos adequar as normas impostas a uma prática menos hierárquica e mais horizontal possível.

Segundo Santos (1995, p. 508 apud Santos; Menezes, 2009, p. 9), “aprender que existe o Sul, aprender a ir para o Sul, aprender a partir do Sul com o Sul” é mostrar que as realidades se diferem em relação aos modelos que nós do Sul do mundo vivenciamos.

Santos e Menezes (2009, p. 9) nos auxiliam na reflexão sobre a epistemologia do Sul ao afirmar o seguinte:

Epistemologia é toda noção ou ideia refletida ou não, sobre condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais.

Esse foi o caminho que nos conduziu até o final da pesquisa, partindo sempre do conhecimento empírico e das vivências encontradas e das narradas pelos interlocutores e apoiadores da luta pela criação da Resex Tauá- Mirim.

2 REFERÊNCIAS TEÓRICO - METODOLÓGICAS

A pesquisa sempre tem início com curiosidade e o intuito de solucionar algum problema, buscar alternativas que possam sanar dúvidas ou responder alguns questionamentos que vão se apresentando no cotidiano, sem esquecer que a pesquisadora ou pesquisador buscam temas afins àquilo que acreditam, e, também, escolhem fazer.

Conforme Minayo (2012, p. 12), “É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo”.

Sendo a pesquisa uma atividade básica para o desenvolvimento da ciência, através da qual a realidade poderá ser retratada e vivenciada, através dela o conhecimento se aprimora, se desenvolve, se expande, contribuindo para o desenvolvimento da humanidade apresentando suas conquistas, seu declínio em algum momento na história, entre outras possibilidades. O papel da ciência é nos impulsionar a buscar novos conhecimentos.

Partiremos desses pontos para a análise dos conflitos ambientais que vão se ampliando à medida que o projeto desenvolvimentista vai se consolidando e sendo fortemente implantando em todo Estado do Maranhão. Nesse sentido:

A construção da EFC²⁴ representou a porta de entrada para o capital e de saída para as *commodities* extraídas das minas no sudeste do estado Pará [...]. O desenvolvimento da região de influência do Programa Grande Carajás desde o início da empreitada capitalista, em terras “inóspitas e socialmente arcaicas foi marcado pelo lastro da modernizadora economia da expansão” (Moreira, 2015, p. 19).

Desde a sua implantação, que se iniciou nos finais da década de 1960 e foi mais intensificada nos últimos anos, o projeto desenvolvimentista tem sido impulsionado pelo avanço do capital internacional e, na maioria das vezes, encontra guarita nos agentes do legislativo, executivo e judiciário local e na esfera pública federal, através das parcerias público/privado. Essa expansão vem modificando o ambiente natural, interferindo na qualidade de vida de toda população e, mais ainda, daqueles e daquelas que necessitam do ambiente natural para sua sobrevivência e para geração de renda.

Cada homem e cada mulher do território do perímetro da Resex Tauá-Mirim possui um modo de vida e uma relação diferenciada com o ambiente natural. No entanto, essa relação tem sido tratada pelos governos e agentes empresariais como empecilho em seus discursos sobre o desenvolvimento e geração de emprego e renda para todo o Estado.

²⁴ Sigla para se referir à Estrada de Ferro Carajás utilizada pelo autor.

A luta por seu modo de vida despertou em nós a possibilidade de levantar dados através da pesquisa, os quais possam ser utilizados por essas comunidades no fortalecimento da luta, da resistência, assim como, nos enfrentamentos aos agentes externos que interferem o tempo todo na vida dessas famílias, à medida que fazem o enfrentamento a esse modelo de desenvolvimento que os expulsa dos seus territórios, tornam-se mais expostos e vulneráveis.

Pensar em propiciar subsídios para a luta nos estimulou a escrever a proposta de pesquisa interdisciplinar, agregando diferentes saberes e formas de fazer ciência, pesquisa e extensão universitária de grande relevância para toda população ludovicense²⁵, tendo em vista que o poder público, ao transformar a zona rural em zona industrial, afetará toda a ilha.

Fazer ciência com e a partir do olhar das comunidades, e mais especificamente dos pescadores artesanais, nos remete ao pensamento de Marconi e Lakatos (2003, p. 76) ao afirmarem que:

O conhecimento vulgar ou popular, às vezes denominado senso comum, não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do "conhecer".

Para Bunge (1976, p. 20), a descontinuidade radical entre a ciência e o conhecimento popular, em numerosos aspectos (principalmente no que se refere ao método), não nos deve permitir ignorar certa continuidade em outros aspectos, principalmente quando limitamos o conceito de conhecimento vulgar ou “bom senso”.

Fazer a crítica a uma pesquisa racional e objetiva não está dissociado do fato de que seja necessária a sistematização e análise dos dados levantados durante todo percurso, que esses sejam coerentes e fundamentados, além de passíveis de verificação por intermédio das teorias que possibilitem respaldar o conhecimento comum.

Aliar o referencial teórico aos dados empíricos e à necessidade de não ficar distante totalmente da pesquisa e dos interlocutores e interlocutoras foi o exercício realizado durante todo processo desta pesquisa. Fortalecer os laços já existentes das interlocutoras e interlocutores nos proporcionou o constante exercício de ver com os olhos da pesquisadora, sem perder o olhar científico e seu rigor.

2.1 Populações tradicionais, pesca artesanal e etnoconhecimento

²⁵ Nome dado a quem nasce no município de São Luís.

O Brasil é um país que apresenta grande variedade de modos de vida e culturas diferenciadas que podem ser consideradas “tradicionalistas” (Diegues, 2008, p. 18). Essas populações, tem origem na miscigenação brasileira: o branco colonizador, o português; a população indígena nativa e os escravizados (Diegues, 2008).

O estado do Maranhão é a segunda maior região costeira o país, com seus 640 km de extensão, com características geoambientais que oferecem grande potencial pesqueiro, turístico e portuário. Diante desse cenário e do rico ecossistema, a arte da pesca artesanal se faz presente em grande parte do território maranhense, seja rio, mar, lagunas e, no caso da área de nosso estudo, um grande estuário.

Vale ressaltar que a primeira frente de colonização ocorrida no território maranhense foi a frente litorânea, sob o controle do estado português (Cabral, 1992, p. 61). Ou seja, a costa do estado sempre teve, e continua a ter, um papel importante na formação do povo maranhense. “A vasta extensão do litoral, o cenário fisiográfico onde o relevo colaborou para a concentração na foz dos rios e do golfo maranhense” (Trovão, 2008, p. 33).

Os recursos marinhos pluviais e lacustres estavam no centro dos núcleos e nos estuários, avançando, assim, a montante dos rios, o que promoveu um povoamento linear-ribeirinho, se estendendo aos grandes rios²⁶ (Ribeiro, 2016, p. 50).

Em seguida, após um século, foi a vez do sertão que, apesar de ter como foco as pastagens, de certa forma, não ficou afastado dos rios, o que acentuou foi o aparente vazio demográfico diante da comparação entre o sertão e o litoral maranhense, pois não foi levado em conta que esses territórios eram ocupados pelos povos originários quando os colonizadores chegaram.

As cidades portos fluviais se reequilibram, surgindo pequenos povoados rurais, cuja cultura e hábitos tipicamente nordestinos²⁷ vão se distanciando da cultura e dos costumes de origem portuguesa, formando as populações tradicionais²⁸ (Ribeiro, 2016).

Em lugares aparentemente vazios como as florestas brasileiras por exemplo, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de tradicional), de seus mitos próprios e de

²⁶ Rios Itapecuru, Mearim, Grajaú e Pindaré com grande navegabilidade e que contribuíram para o povoamento acontecer de forma linear (Trovão, 2008).

²⁷ Nos referimos aqui ao surgimento de dois perfis sócio humanos: dos portugueses, com heranças escravocrata, e novos de “virtudes” nordestinas, os cearenses e piauienses (Ribeiro, 2016, p. 50).

²⁸ Instituída pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais por meio do decreto Nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, artigo 2º, inciso I que define povos e comunidades tradicionais como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Brasil, 2007).

relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais (Diegues, 2001, p. 13).

Mesmo diante de uma definição legal para populações tradicionais (Pereira; Diegues; 2010, p. 39) relembram que, segundo Almeida e Cunha (1999, p. 3 apud Brasil, 2001), este termo é permeado de aspectos semânticos e está sujeito a modificações.

Vale a pena ressaltar ainda Ramalho (2006, p. 52) quando destaca o corpo de conhecimentos e o vasto patrimônio sociocultural que o pescador carrega durante toda a sua vida:

Ser pescador artesanal é tornar-se portador de um conhecimento e de um patrimônio sociocultural, que lhe permite conduzir-se ao saber o que vai fazer nos caminhos e segredos das águas, e amparar seus atos em uma complexa cadeia de inter-relações ambientais típicas dos recursos naturais aquáticos.

Diante disso, a pesca artesanal associada ao conhecimento tradicional dos pescadores sobre o ambiente marinho, sobre o território e sobre a ictiofauna²⁹ marinha, demonstrando profundo conhecimento sobre a dinâmica da pesca e do mar é herança dos seus ancestrais (Rodrigues et al., 2021).

A pesca artesanal é uma das atividades humanas mais antigas (Castro, 2023, p. 18) e, no Brasil, é regulamentada pelo Decreto-Lei Nº 221/1967, que dispõe sobre o Código de Pesca, e pela Lei Federal Nº 11.950/09, sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura da Pesca (PNDA), que no Art. 2º, Inciso III, define a pesca como “Toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, capturar recursos pesqueiros, que por sua vez são animais e vegetais passíveis de exploração” (Brasil, 2009).

O mar e a pesca servem de inspiração para muitos poetas, cantores, cantadores de bumba-meu-boi³⁰. No entanto, a vida no mar, o vai-e-vem das ondas, os dias fora de casa, as noites, os perigos das marés tornam a atividade pesqueira muito desafiadora e as marés por essas bandas do Maranhão apresentam altas amplitudes, chegando a atingir variações de quatro a sete metros na Costa Maranhense (Rebelo-Mochel apud Teixeira; Souza Filho, 2009, p.70).

Importante destacar que a arte da pesca artesanal possui uma relação muito estreita com o ambiente, seja ele ecológico ou simbólico (Adomilli, 2002). Com certeza não é um trabalho leve e, muito menos, oferece possibilidade de estabilidade financeira aos pescadores artesanais. Um dos indicadores dessa instabilidade é a diminuição do pescado após a instalação

²⁹ De acordo com o dicionário online: ictiofauna. Peixes. Agrupamentos dos peixes que vivem em determinados ambientes e/ou região. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ictiofauna/>. Acesso em: 27 jun. 2024 às 13h38.

³⁰ Manifestação da cultura popular que representa as raças que formam o povo maranhense: branco, negro, indígena.

dos empreendimentos instalados dentro do polígono e no entorno da área de estudo desta pesquisa e que tem grande influência dos governantes que usam a falácia da oferta de empregos nos empreendimentos, além da ampla divulgação de que as comunidades tradicionais representam o “atraso” ao desenvolvimento³¹.

A falta de acesso às políticas públicas, como saúde, educação, transporte, assistência técnica, financiamento para a produção, traz consequências significativas para as comunidades e afeta diretamente os pescadores. A baixa escolaridade e as doenças adquiridas com a idade são fatores que tornam a profissão um tanto insalubre, por falta de políticas públicas que atendam às necessidades dessa categoria de trabalhadores.

A pesca pode ser, quanto ao local, dividida basicamente em duas: de rio e de mar (Vieira, 2011, p. 44). A área de estudo, “é uma área recortada de manguezais e esses são ecossistemas costeiros estuarinos restritos às regiões tropicais e subtropicais” (Ibama, 2007, p. 19). O “rio no fundo de casa”, mesmo para quem não pesca mais profissionalmente, possibilita uma relação muito estreita com o ambiente natural.

Nesse sentido, o manguezal e a pesca são fundamentais na vida das comunidades, não só para quem vive exclusivamente da pesca, ou para quem tem a pesca como complemento da renda, mas também, porque faz parte da cultura alimentar das famílias brasileiras.

Nos últimos 40 anos, houve uma drástica mudança na dinâmica da pesca artesanal e tal fato vem se agravando devido à poluição e contaminação dos ambientes marinhos, o avanço da pesca comercial, atividades industriais próximas das comunidades pesqueiras e o processo acelerado de urbanização (Araújo *et al.*, 2014; Porto; Teixeira 2002).

Vale explicar que a pesca marítima é formada por duas modalidades: a pesca industrial e a pesca artesanal. A distinção desses processos de trabalho se dá de acordo com o nível de tecnologia empregada e com a forma de apropriação da natureza, sendo comum a diferenciação primeira entre os setores artesanal e empresarial.

Enquanto a pesca artesanal caracteriza-se por ser uma atividade realizada de forma responsável e legalizada, pela função econômica, que assegura a principal fonte de renda ao pescador e sua família, e pela função cultural, que assegura ao pescador artesanal uma rica cultura tradicional, a pesca empresarial visa apenas o valor comercial.

³¹ Não iremos nos deter desse tema de relevante interesse para essa pesquisa porque temos nos debruçado nessa categoria nos estudos do GEDMMA e aprofundamos esse tema na dissertação apresentada em 2016 (Ribeiro, 2016) que foi fruto dessa interlocução com pescadores artesanais e moradores, moradoras das comunidades da Resex Tauá-Mirim.

Quando a pesca industrial disputa o mesmo espaço/território marítimo ou maretório, os mesmos recursos naturais e interferem diretamente na produção e no modo de vida do pescador artesanal, emergem graves conflitos pela apropriação dos espaços, territórios e recursos pesqueiros (Cardoso, 2001). Nesse contexto, o conhecimento tradicional pode ser caracterizado como “próprio”, “individual” e “local” através de diferentes sujeitos de uma determinada região.

Esses conhecimentos são evidenciados através da oralidade e da forte conexão com o ambiente e território/maretório habitado pelos pescadores artesanais, assim como a fixação dos mesmos esteve diretamente acoplada aos ecossistemas locais, devido ao desenvolvimento das atividades culturais e de subsistência dessas populações (Pereira; Diegues, 2010, p. 39).

No ano de 1952, foi iniciado um estudo por Balick e Cox (apud Pereira; Diegues, 2010, p. 45) enfatizando o uso de plantas pelas populações indígenas. A partir de então, surgiram outras pesquisas que buscaram vincular a conservação ao manejo dos recursos naturais feitos pelas populações tradicionais. Esses estudos evoluíram e a fusão desses conhecimentos envolvem a etnociência, dando origem à etnoconservação (Pereira; Diegues, 2010).

No caso do Maranhão, os maiores conflitos não vêm da pesca industrial. Segundo Clóvis Amorim, uma das lideranças da comunidade do Cajueiro, atual Presidente do Sindicato dos Pescadores e Pescadoras de São Luís e importante interlocutor no processo de luta e com vasta experiência na pesca e nos movimentos sociais, “não ocorre a pesca industrial na área da Resex por ser um estuário³²”, diz ainda que “na área da Resex, além de pescadores dos municípios de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Alcântara, Axixá, Presidente Juscelino³³, também há presença de pescadores dos municípios de Cajapió, Santa Rita, Anajatuba, Bacurituba³⁴, e que a pesca industrial é mais frequentes no território da Ilha dos Caranguejos³⁵, essa não está no perímetro da área de estudo, ou seja, não há relatos de conflitos entre pescadores pelo controle do território.

É perceptível, que apesar de toda expansão industrial e especulação imobiliária nas áreas costeiras, os pescadores artesanais resistem e buscam manter a pesca como fonte de renda familiar. Em muitos locais com rio ou mar, esses recursos naturais servem como a principal

³² Relato realizado em trabalho de campo, registrado no caderno de campo.

³³ Municípios da Região Metropolitana da Grande Ilha.

³⁴ Municípios da Região da Baixada Maranhense.

³⁵ A Ilha do Caranguejo é uma ilha localizada no estuário do Mearim, ao sul da Baía de São Marcos, a cerca de 30 quilômetros de Ilha de São Luís, entre Bacabeira e Cajapió e é a segunda maior ilha do Maranhão. A ilha é uma reserva ecológica, deserta e misteriosa, só é visitada por pescadores e catadores de caranguejo.

fonte de onde tiram a alimentação para a sua família, quando os homens³⁶ ficam sem trabalho, e, além disso, em muitos casos, utilizam a pesca, também, como fonte de renda.

As comunidades e povos tradicionais praticam, na maioria, a pesca artesanal e a agricultura, ambas em pequena escala. A utilização da terra e do mar evidenciam um pluralismo econômico e as duas atividades associadas garantem o modo de vida (Costa, 2017, p. 24).

2.2 Território e lutas pelo espaço

A disputa pelos territórios ancestralmente construídos tem sido uma constante para os povos e populações tradicionais em todo Brasil, desde o processo colonizador. Os olhares diferentes, quanto à forma de uso do território, têm gerado conflitos intensos nas comunidades que lutam pela criação da Resex Tauá-Mirim.

Etimologicamente, a palavra território vem do latim “territorium”, que significa pedaço de terra apropriado. Segundo conceitos geográficos presentes nas pesquisas que nos trouxeram até aqui, nessa etapa, o território vem assumindo distintos significados em diferentes momentos na sociedade e/ou nos grupos sociais.

“A ideia de território já existia e era debatida desde antes o século XV, ligada a questões políticas inerentes à época” (Golttmann, 1973, p. 27). Seu uso se ampliou através da ocupação do chamado Mundo Novo que correspondia, para a classe dominante de alguns países europeus, a novos territórios para dominação e exploração. A imposição dessa lógica dos povos e classes dominantes sobre os povos e classes dominados se dá até os dias atuais, pois o território passa a ser compreendido para além de abrigo, ou seja, como um receptáculo de investimentos econômicos (Ribeiro, 2016, p. 58).

O debate em torno do conceito de território não é nenhuma novidade no campo das discussões da geografia, mesmo tendo suas raízes no campo da Geografia Política Clássica, “a polissemia do termo território, dada sobretudo, pela falta de apropriação de um conceito trabalhado, remete às dificuldades em se definir concepções de outros termos advindos deste” (Carvalho, 2009, p. 41).

A distribuição territorial pode ser vista como uma porção do espaço geográfico, ou seja, o espaço concreto, acessível às atividades humanas (Golttmann, 2012, p. 523). Santos (2007, p. 14), afirma ainda que: “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do

³⁶ No Maranhão, o percentual de mulheres na pesca artesanal não é muito significativo, em algumas regiões elas exercem a mariscagem ou o beneficiamento do pescado ou caranguejo.

homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. O território, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder (Souza, 2007, p. 78).

Desse modo, para “os mercantilistas, o território abre portas para a liberdade de competição e mais acúmulo de capital” (Ribeiro, 2016, p. 63). Visões diferenciadas de modo de ver e usar o território vão se espalhando, tomando conta dos planejadores governamentais e empresariais que mantêm o discurso do desenvolvimento para que possam vir ocupar os diversos espaços, não importando se existem populações com modo de vida diferenciado naquele território e que compreendem o território a partir do seu uso, e não apenas um território, como um simples objeto de análise. O território, assim, emerge como uma arena de conflitos em áreas, mais ou menos delimitadas (Ribeiro, 2016, p. 64).

O território do qual estamos nos referindo nessa pesquisa é entendido por gestores públicos e privados a partir da concepção de que a Amazônia brasileira seria “um grande vazio demográfico” (Sant’Ana Júnior et al., 2009, p. 18), mantendo esse discurso até os dias atuais, priorizando os empreendimentos que ocupam a área, sem levar em conta o modo de vida de quem ocupa o território secularmente.

A partir dessa reflexão sobre o conceito de território, gostaríamos de compartilhar a definição de território apresentada por três moradores da Zona Rural II da Grande Ilha do Maranhão.

Essas falas foram feitas durante a Oficina sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) que foi realizada no dia 17 de outubro de 2020 na comunidade do Rio dos Cachorros organizada pelo Gedmma, Associação Agroecológica Tijupá e pela Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM) – MA³⁷. A pergunta feita no início da atividade para os representantes das comunidades presentes, foi a seguinte: Qual o significado de território? As respostas destacadas foram as seguintes:

Território é uma junção de terras que faz parte de uma comunidade ou várias, onde tem várias vivências. O território é muito importante para a formação do núcleo familiar harmonioso, sempre em busca do bem viver. Pela parte dos governos, empresas, empresários vêm a disputa e os conflitos e assim vivemos sempre em luta pelo nosso território e modo de vida que queremos (tradicional). Infelizmente, estamos perdendo muitos espaços em nosso território, por causa da ganância dos outros, mas a luta ainda não acabou, ainda estou aqui para lutar pelo meu território, se depender de mim, esses outros que querem destruir o nosso território, não vão conseguir, eu estou em defesa dos territórios, do bem viver, dando continuidade aos

³⁷ Parceiros na luta pela criação da Reserva Extrativista Tauá- Mirim, um grupo de pesquisa e duas organizações não-governamentais sem fins lucrativos com atuação nacional e até internacional.

que já lutaram muito e hoje não estão aqui (ancestrais). (F. G. S.³⁸, 2020, Relato oral registrado no Caderno de Campo).

A segunda diz que:

Território pra mim é um espaço importante com uma junção de elementos importantes. Para quem vive e necessita desse espaço para continuar suas atividades e modo de vida e costumes. O território é nossa referência de quem somos e porque somos (R. M., 2020, Relato oral registrado no Caderno de Campo)

A lógica do pensamento das pessoas que vivem nesses territórios vai se fortalecendo e buscam a manutenção da própria vida, do viver seguindo suas tradições. E o último a falar foi o D.J., 62 anos, morador do Cajueiro que disse o seguinte: “Moro no Cajueiro e não tenho arrependimento. 62 anos de amor puro por nosso território sagrado” (2020, Relato oral registrado no Caderno de Campo).

Diante do palco de disputas e conflitos vividos pelas comunidades, a questão territorial ou espacial se encontra no cerne de muitos conflitos ambientais que envolvem relações entre poder e meio ambiente (Zhouri, Laschefski, 2010, p. 18). Nessa luta desigual, as comunidades marcam posição e estratégias de enfrentamento na luta por interesses heterogêneos, já que o modo de produção e o uso do território é distinto.

“A luta avança, criando formas de enfrentamento a esse modelo de desenvolvimento capitalista primário-exportador, que favorece a pilhagem e a destruição – seja de vidas, seja de recursos naturais – demonstra a subordinação aos interesses do grande capital nacional ou multinacionais” (Arcangeli, 2020, p. 25).

Assim, compreendemos o território como um espaço que foi sendo socialmente construído com as experiências vividas (Little, 2002).

Sobre a origem dos pescadores artesanais da Resex Tauá-Mirim, Costa (2017, p. 50) em um universo de 100 entrevistas realizadas no território foram levantados os seguintes dados: “55,92% nasceram na localidade, 11,47% na capital do Estado, 31,97% migraram de municípios vizinhos, 0,82% de outro Estado brasileiro, e 0,82% afirmaram desconhecer sua origem”. Esses relatos vão ajudando a buscar conceitos que melhor expressem a forma que sentem, vivem e constroem o território.

A luta se intensifica e as comunidades, através de suas lideranças e diante das constantes ameaças de perda do território, precisaram mais uma vez se mobilizarem fortemente diante de mais uma tentativa de ocupação de seu território e, dessa vez, a ideia dos governantes

³⁸ Moradora da comunidade do Taim. Vamos manter o anonimato dos 3 interlocutores por não termos solicitado autorização para expor seus nomes.

vem com a possibilidade de implantação de um Polo Siderúrgico³⁹, em 2004, que afetaria diretamente o modo de vida das comunidades.

Os conflitos já existentes são então potencializados, emerge a necessidade de enfrentamento ao discurso desenvolvimentista contra o suposto atraso que as comunidades ofereciam ao município e ao estado do Maranhão. Nesse cenário nasce o Gedmma e o processo de investigação científica sociológica agregando e potencializando o fortalecimento da luta no território em questão. É nesse sentido que, ao se formar o grupo de pesquisa, a princípio com pesquisadores da Sociologia, vai se ampliando e os conflitos ambientais na zona rural de São Luís se tornam o foco das pesquisas e estudos do grupo, conforme explicado na introdução deste escrito.

Diante de tudo, nos arriscamos a dizer que, se ao enveredarmos no universo da pesquisa, partimos da curiosidade e do intuito de solucionar algum problema, torna cada vez mais urgente buscar alternativas que nos possibilitem sanar dúvidas ou responder alguns questionamentos que vão se apresentando no cotidiano, sem esquecer que a pesquisadora ou pesquisador buscam temas afins àquilo que acreditam e, neste caso, não é diferente.

Sobre isso (Minayo, 2012, p. 12) reforça ainda que: “É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo”. Essa clareza nas ideias dos pesquisadores se junta à luta no sentido de fortalecer e ampliar a base de apoio e a partir de então, pesquisa, extensão, representantes de movimentos da sociedades civil e movimentos da igreja católica potencializam as diversas vozes em defesa do ambiente e do território acerca do qual buscamos diferentes conceitos, tanto a partir da ciência geográfica, quanto da sociologia, que atendam ao que vamos construindo e percebendo nas incursões com o olhar das comunidades, em especial, do pescador artesanal.

É nesse sentido, na convivência durante as incursões, conversas, ao relatar as histórias de vida naquele ambiente tão conhecido por eles, arriscamos questionar o que entendem por território e Beto do Taim com muita precisão e segurança responde: “território pra mim é aquele que construímos as relações sociais, ambientais e a cosmológica com o ambiente.” Ele ainda cita a possibilidade de ter os seres não mais na forma física, materializada, mas, que existe e compõem o território.

Nessa interação entre o saber popular e a pesquisa vamos entendendo e fazendo da pesquisa uma atividade básica para o desenvolvimento da ciência, através da qual a realidade, poderá ser retratada e vivenciada. O conhecimento se aprimora, se desenvolve, se expande,

³⁹ Mais detalhes sobre esse tema podem ser encontrados em Sant’Ana Júnior *et al.* (2009).

contribuindo para o desenvolvimento da humanidade, apresentando suas conquistas, seu declínio, em algum momento na história, além de inúmeras outras possibilidades. O papel da ciência é nos impulsionar a buscar novos conhecimentos. Conhecimentos esses que são potencializados pelos saberes de cada homem e cada mulher do território em questão, com seu modo de vida e sua relação com o ambiente natural, a partir dos mais diversos usos e fins que dão a ele.

Entender que o Brasil tem muitos resquícios da colonização, nos faz afirmar que a ciência não está isenta de contribuir, em parte, com esse domínio e com as desigualdades e injustiças ambientais em todo território brasileiro e, portanto, no Maranhão.

Uma das linhas escolhidas durante a definição da metodologia é a necessidade de decolonizar também o fazer científico. A partir dessa compreensão, optamos como parte da metodologia utilizar referências, autores e autoras latino-americanas no intuito de fortalecer o diálogo com as comunidades na qual estamos inseridos, enquanto educadora/pesquisadora e ativista, e potencializar as ideias debatidas e convicções sobre a forma de estar e ser no território em questão.

Identificar e selecionar autores latino-americanos foi uma das primeiras etapas realizadas que nos possibilitou construir e contribuir com uma ciência autônoma, participativa e integrativa. Ainda nesse cenário de descobertas, trocas de experiências e *práxis* atuando no território, ora como pesquisadora, ora como militante, buscando uma troca de experiências e vivências construtiva, emancipatória e contra hegemônica como tem sido a nossa prática desde o início.

A nossa inserção na pesquisa sempre foi muito intensa. Durante as incursões, os debates foram tomando uma dimensão imprevista, visando sempre entender a dimensão e a ideia de território que atendesse ao que nos deparamos no campo.

As categorias populações tradicionais e território foram se interligando, a partir daí vai tomando forma a necessidade em desenvolver o olhar para além, percebendo nessa interação do homem/mulher/ambiente/território, a fim de que possibilite maior entendimento de como se dão essas relações com o ambiente natural, nesse território, em especial.

Moreira (2015, p. 29) afirma que o território emerge como uma arena de conflitos em áreas, mais ou menos, delimitadas. Ao analisar os diferentes conceitos sobre território/territorialidade, a geografia e as ciências sociais se complementam, deste modo, fomos descobrindo alguns conceitos que se misturam. Sendo, o lugar, o sentimento de pertencimento, a identidade, que não é objeto desse momento da pesquisa, mas que vão aparecendo nas falas não só dos pescadores, mas das pessoas, em geral, do território.

Encontramos em Reis (2002, p. 17) uma abordagem epistemológica das territorialidades e do território, ele destaca ainda que “o território e economias de proximidade, por um lado, e poder e relações assimétricas, por outro, não são questões disjuntivas (o território é um objeto que deve ser interpretado enquanto lugar de relações de poder)”.

A ideia de que o território é produto resultante da ação dos atores sociais, denuncia aquilo, que em outro momento, Raffestin (1993) havia chamado à atenção, ao percebê-lo como espaço de manifestações de todos os tipos de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades (Moreira, 2015, p. 34).

Desse modo, de acordo com o que foi apresentado, pode-se afirmar que na contemporaneidade há um esforço epistemológico em empreender uma interpretação do território. Além disso, é necessário romper com a visão simplista e superficial de que basta compatibilizar territorializações e mobilidade para entender as estruturas espaciais e suas disposições (Reis, 2002; Raffestin, 1993).

O pensar nessa perspectiva ganha relevância quando tratamos da epistemologia do território enquanto esforço para empreender uma análise que supere as dimensões essencialmente geográficas e dicotômicas que por muito suprimiram os debates acerca da questão territorial.

2.3 Reservas Extrativistas Marinhas (Resex-MAR⁴⁰) e Maretórios

Para entender o que é uma Reserva Extrativista e como foi se constituindo historicamente, vamos voltar um pouco no tempo, lá no estado do Acre. Voltaremos às décadas de 1970 e 1980, através de uma ilustre figura que ficou conhecida mundialmente, por sua incansável luta pela natureza e por tudo que ela nos oferece, além dos seringais que ela e os outros seringueiros tanto defenderam.

Essa figura era Francisco Alves Mendes Filho, o “nosso” Chico Mendes (Sant’Ana Júnior, 2004), o mesmo homenageado da famosa música Xote Ecológico do Rei do Baião Luiz Gonzaga ou Gonzagão⁴¹.

Capitaneada pelos governos ditatoriais, por volta do ano de 1970, teve início uma ofensiva modernizadora tendo o estado como controlador da economia na época, em um

⁴⁰ Sigla de Reserva Extrativista Marinha para diferenciar da Reserva Extrativista.

⁴¹ Luiz Gonzaga foi um cantor, compositor nordestino e multi-instrumentista brasileiro. Também conhecido como o Rei do Baião, foi considerado uma das mais importantes e criativas figuras da música popular brasileira. Nasceu em 1912 faleceu em 1989.

processo vertical, sem a participação popular, potencializando as desigualdades sociais, econômicas e regionais fortemente percebidas no Brasil (Sant’Ana Júnior, 2004).

Segundo Brito (1998), um dos vetores desses conflitos foi a “Operação Amazônia”, deslanchada em 1966, que tinha como principal objetivo intensificar o processo de modernização da região por meio da criação de estruturas produtivas e relações sociais ditas “modernas”⁴².

Visando integrar, nacional e internacionalmente a Amazônia brasileira ao projeto modernizador, o governo iniciou a construção de múltiplos projetos de desenvolvimento com as construções das primeiras grandes rodovias amazônicas, portos, aeroportos e o estabelecimento de programas de desenvolvimento regional, dentre eles, o Programa Grande Carajás (Little, 2002, p. 12).

Damasceno (2016, p. 45) afirma que:

Nos anos de 1970, com vários projetos implantados em toda Amazônia Oriental iniciaram a luta pelos territórios dos povos da floresta, devido a derrubada de seringais. Iniciaram os enfrentamentos pacíficos de vários seringueiros em defesa da floresta, os seringueiros, suas mulheres, seus filhos.

Devido à sua luta no movimento dos seringueiros e em defesa dos povos da floresta, Chico Mendes ganhou projeção internacional e se tornou inimigo número uma das elites locais que o consideravam “contrário” ao progresso (Allegretti, 2008). Chico Mendes foi assassinado em 1988 e a luta dele e dos seringueiros tornou símbolo e referência para outras lutas de povos e populações tradicionais. “A ausência de Chico transformou uma liderança forte em muitas lideranças” (Ventura, 2003, p. 226). O movimento ambientalista cresceu, as pressões sobre o governo brasileiro exercidas pelo movimento dos seringueiros forçaram a criação das primeiras Unidades de Conservação de uso direto, entre elas a Reservas Extrativista (Allegretti, 2008).

Segundo Almeida (2008, p. 29), quando a palavra “Reserva” veio a público, lida por Chico Mendes na declaração que encerrou o Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, em 1985, não tinha um sentido preciso, indicava a necessidade de que as terras dos seringueiros tivessem a mesma proteção que as reservas indígenas.

⁴² Para a compreensão do conceito de vida moderna consideram-se os postulados de Berman (1986), que destaca “o dinamismo das populações humanas em alterar suas necessidades e hábitos num mercado capitalista mundial em expansão como um de seus principais pressupostos. Segundo o autor, a vida moderna alicerça-se nas grandes descobertas científicas que geraram/geram a industrialização dos processos produtivos, os sistemas de comunicação de massa e, conseqüentemente, o crescimento urbano, com descomunal explosão demográfica em Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos. Esses Estados lutam com obstinação para expandir seu poder, penalizando milhões de pessoas que são ‘arrancadas’ de seus habitats ancestrais e empurradas pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas. O próprio ritmo de vida é acelerado. São geradas novas lutas de classes e movimentos sociais de massa e de nações que lutam para obter algum tipo de controle sobre as próprias vidas” (apud Nascimento, 2021, p. 42).

A partir de 1990, devido à pressão dos seringueiros e dos movimentos ambientalistas internacionais, o Brasil incorporou o conceito de Reservas Extrativistas, tendo como marco a criação de Reservas Extrativistas na Amazônia. O Decreto-Lei nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, instituiu as reservas extrativistas enquanto instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981 (Curado, 2014; Brasil, 2011 apud Costa, 2017 p. 25).

Sendo assim, a Reserva Extrativista saiu do papel e se tornou uma categoria do grupo Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que visa garantir a reprodução dos meios de subsistência de uma população tradicional e a sua cultura, bem como os recursos naturais dos quais elas dependem (Curado, 2014).

As Reservas Extrativistas foram incorporadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9.985, no artigo 18, com a seguinte descrição:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

O modelo de Reservas Extrativistas Marinhas (Resex-MAR) teve como base a prática de manejo procedente da Amazônia que originou as primeiras Reservas Extrativistas (Diegues, 2008). Desde então, a Reserva Extrativista é de domínio público e sua concessão de uso, destinada ao modo de vida e a conservação do ambiente, é dado à comunidade e não aos indivíduos. Segundo a fala de Beto do Taim “É um tipo de Reforma Agrária para o povo do mar, ribeirinhos, marisqueiras”, em defesa do seu território.

Visando regulamentar o processo de criação das Resex, no ano de 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT busca atender à demanda das comunidades e é composta por objetivos, diretrizes, eixos, estratégias e ações do Estado direcionada para os povos e comunidades tradicionais. A política destina-se a categoria de pescadores, pescadoras artesanais e extrativistas, ao estabelecer garantias legais para regularização de territórios de uso coletivo e acesso aos recursos naturais para a manutenção do seu modo de vida. As Reservas Extrativistas Marinhas (Resex-MAR) visam garantir esses direitos a comunidades tradicionais das faixas litorâneas, ou seja, costeiro/marinho.

A partir de contextos de luta desigual contra os “poderosos”, há um enorme engajamento na luta pelo direito aos territórios pesqueiros no Brasil. A experiência de Chico Mendes desencadeou uma luta em nível nacional que se desdobrou em reivindicações por

melhorias e estratégias de resistências que assegurem, também, os modos de vida dos homens e mulheres do mar, nossos interlocutores nessa pesquisa, mas, que repercutiram em outras inúmeras lutas, inclusive as dos povos indígenas, a quem o povo brasileiro deve muito por tanta violência que enfrentam diariamente.

Nessas conexões e lutas que possibilitam a organização do movimento da pesca nacional, as entidades se fortalecem no enfrentamento, nos territórios tradicionais às forças antagônicas do capital nacional e internacional. Vale ressaltar a importante contribuição da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no apoio aos movimentos de pescadores em todo território nacional, através do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

Maria Máxima Pires, uma das mulheres que esteve desde o início na luta para a criação da Resex Tauá-Mirim, por exemplo, sempre esteve vinculada ao movimento da igreja católica local, liderando outras mulheres e trazendo as pessoas das comunidades para a luta.

As mulheres detêm um poder na organização interna nas comunidades e se integraram aos movimentos nacionais e nas trocas de experiências com pescadores, pescadoras e marisqueiras do Brasil inteiro, através da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem) e pela Rede de Mulheres das Marés e das Águas, dos Manguezais Amazônicos do Maranhão e do Piauí (Remulmana) ou mesmo pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) e chegaram com um termo inovador no diálogo local.

Termo esse, muito utilizado pelos pescadores do Pará e de outros Estados ao se referir ao território marinho que é a palavra “Maretórios”. Achamos um termo bem apropriado e que precisa ser mais difundido nos territórios da Zona Rural de São Luís. Ao pedirmos melhores esclarecimentos sobre o significado da palavra, D. Máxima explicou, de acordo com o seu entendimento naquele momento, que elas iniciavam as conexões e relações mais próximas no sentido de se empoderar do conhecimento como estratégia de luta pela Resex e falou assim: “tem o território, que é a terra firme e os maretórios são esses que as famílias dos ribeirinhos e pescadores vivem e tiram seu sustento” (Relato de Maxima Pires, dia 18/02/2021, anotações no caderno de campo). Entendemos que ela se referia ao mar especificamente.

Após esses primeiros momentos de troca de conhecimentos, fomos confirmar as informações com a assessora da Confrem, Katia Barros Aroucha, uma importante interlocutora, que tem estado junto, na luta, desde a construção da proposta da criação da Resex Tauá-Mirim e indicou procurar no site da Confrem a página do Projeto na Virada da Maré, projeto com

parcerias e que tinha como ponto principal Estratégias de Educomunicação⁴³ para o fortalecimento da Pesca Artesanal em âmbito nacional e lá encontramos o seguinte conceito:

MARETÓRIOS⁴⁴ – Áreas costeiras marinhas de uso coletivo dos recursos naturais, da soberania alimentar, composta por pessoas que lá vivem tradicionalmente. Tendo como premissa, a produção de bens de consumo, economia sustentável, trabalho digno, zelo pelo patrimônio/sociobiodiversidade, reconhecimento e valorização dos saberes /fazeres, descobertas e relação de afeto com a natureza e a ancestralidade.

Ao nos depararmos com o conceito elaborado por pescadores, pescadoras e marisqueiras, nos pareceu uma definição mais adequada à luta que presenciamos pelo território pesqueiro e não conseguíamos encontrar nas referências algo que tivesse essa representatividade.

O termo maretório ainda não está popularizado e não foi utilizado em momento algum pelos pescadores que fazem parte da pesquisa, com exceção de Beto do Taim e Maria Máxima Pires, que o incorporaram em suas falas cotidianas. Os demais pescadores, falam, vivem e sentem o território sem precisar de um conceito mais elaborado e possuem seus próprios conceitos, disso não há dúvidas.

No entanto, importante entender que a partir da imersão na pescaria, nas idas ao mar, os conceitos de território se externalizam na relação que eles possuem com o mar, nesse caso específico o estuário que circunda essas comunidades.

Desse modo, as moradoras e moradores, pescadoras e pescadores artesanais contribuem na luta travada pelo território que vivem, trabalham, vivenciam e contam suas histórias, praticam sua fé, intensificam a relação de compadrio, ainda muito presente na divisão das tarefas, das despesas e do peixe, assim que atracam no cais de cada comunidade.

Ah! E não podemos deixar de enfatizar a alegria que expressam ao sair e ao chegar para a boa e velha pescaria junto às parcerias firmadas, ao atracar no cais improvisado dessas comunidades, ainda dividem parte do apanhado da pescaria com algumas famílias.

Nas últimas décadas, com o avanço dos empreendimentos privados em territórios tradicionais, os estudos sobre as populações espalhadas por todo Brasil e os conflitos ambientais em decorrência dos processos em que estão envolvidas, desencadeou também uma grande produção científica sobre essas categorias (Maurício, 2019).

⁴³ A educomunicação é uma abordagem educacional que integra a comunicação e a educação, com o objetivo de promover uma construção de conhecimento colaborativa e participativa.

⁴⁴ Projeto executado pela Confrem. Disponível em: <https://confrem.wordpress.com/>. Acesso em 13/01/2021

Ao pensar na metodologia para essa tese, levamos em conta aspectos relevantes que possibilitaram alcançar os objetivos traçados, potencializando a troca de saberes compartilhada nas pesquisas anteriores e que muito nos auxiliaram nos resultados aqui apresentados. Arriscamos afirmar que a escrita foi coletiva e, sobre essa perspectiva, podemos destacar: i) dados identificados de pesquisas anteriores e que ainda não foram registrados; ii) o processo de construção do empoderamento e resistência que foi sendo desenvolvido no território; iii) diversas estratégias já existentes no território para enfrentamentos dos conflitos; iv) as histórias contadas sobre o modo de vida de cada comunidade nas escutas realizadas durante as incursões no território; vi) a riqueza dos detalhes expressos por cada um e cada uma.

A pesquisa, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), é utilizada por procedimentos reflexivos que buscam um caráter científico e se baseiam na busca do conhecimento sobre a realidade estudada ou a compreensão de verdades parciais. Segundo as autoras, não há ciência sem o uso de métodos científicos, pois “[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo [...] traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (Marconi; Lakatos, 2010, p. 65).

Durante a construção da metodologia, na busca do método que atenda à demanda da pesquisa realizada, é natural que surjam dúvidas. Buscamos, em algumas vezes, a ideia e a participação dos próprios interlocutores, nesse caso, especificamente, os pescadores artesanais. Nesse exercício, vamos sentindo mais segurança, já que os desafios que vão surgindo nos permitem compartilhar e buscar solucionar o que vem sendo demandado. Nessa interlocução, na troca de ideias, na análise dos fatos, falas convergentes e divergentes, experiências em cada etapa no campo é que se consolida, sem que seja finalizada, nessa escrita que apresentamos.

É importante narrar essas experiências com o intuito de entender acerca da necessária procedência de um trabalho de pesquisa e de reflexão que seja pessoal, autônomo, criativo e rigoroso (Severino, 2013, p. 169). Diante desses fatores, a interlocução entre pesquisadoras, pesquisadores e os interlocutores locais é essencial para que o resultado seja mais fidedigno à realidade factual.

Essa troca de saberes partilhados tornou quase que natural as frequentes trocas, inclusive das “descobertas”. Quando, por exemplo, identificamos a necessidade em delimitar as áreas para a realização das oficinas de cartografia decolonial (pretendíamos fazer de todas as comunidades do território), pensávamos que seria viável e levamos esse fato ao conhecimento dos pescadores.

Argumentamos a necessidade de levantar dados complementares de outras pesquisas, para o enfrentamento dos conflitos ambientais com mais precisão, considerando a importância em conhecer e levantar dados de forma mais abrangente. No entanto, com o tempo que temos para a pesquisa de doutoramento, é possível afirmar ser inviável realizar o levantamento mais abrangente a contento, sem perder de vista o fato de que nesse caminho tivemos a pandemia da Covid 19⁴⁵. No entanto, há a possibilidade de que, em uma etapa posterior, possamos dar continuidade aos estudos.

Ao trazer essa informação sobre a necessidade de delimitar a área de atuação, Beto do Taim⁴⁶, o considero coautor direto dessa pesquisa, sugeriu a opção por duas comunidades: Taim e a Ilha de Tauá-Mirim. Ouvimos dele a seguinte frase: “apresenta essas duas aí na qualificação então, vamos fazer os campos planejados usando os recursos necessários, e daí ver como vamos nos comportar na próxima etapa vendo o que conseguimos fazer” (Registro no caderno de campo no dia 25/10/2020). Clóvis Amorim, outro interlocutor da pesquisa, não reagiu de forma diferente. No entanto, de forma mais crítica, ao reafirmar que é necessário a realização dos estudos mais abrangentes utilizando a cartografia não só do território em questão, mas, também dos que ficam no entorno ou em todo estado do Maranhão. Importante ressaltar que, durante as incursões nos locais, são sempre mencionados outros territórios afetados por esses empreendimentos nos últimos anos.

Apesar de entender tais necessidades de realizar o levantamento dos dados em todo território, foi preciso, nesta etapa, delimitar o número de comunidades para a realização da cartografia decolonial em duas das doze comunidades. Lançado o desafio, definimos as áreas, daí em diante, não nos sentimos sozinhos na execução da pesquisa, o fato de optarmos por uma pesquisa interdisciplinar, possibilita, ao nosso ver, potencializar e ampliar os conhecimentos, juntando a Geografia e Ciências Sociais, proposta de enorme relevância para nós.

A etapa seguinte, partindo dos questionamentos mais gerais aos mais específicos, a busca por teorias que nos deram o suporte consistente para responder as questões que nortearam essa pesquisa: Existem conflitos ambientais entre os pescadores artesanais e os grandes empreendimentos na zona rural II da Grande Ilha do Maranhão? Será possível mapear os locais

⁴⁵ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/covid-19>. Acesso em: 04 jun. 2024.

⁴⁶ Os demais pescadores e moradores das comunidades com certeza entram nessa categoria de coautoria, no entanto, Beto esteve em cada campo realizado nessa etapa. No apêndice A, apresentamos uma minibiografia desse pescador que é um intelectual nato formado pela vida.

de conflito e identificar as comunidades pesqueiras já deslocadas? Há assimetria de poderes nas tomadas de decisões relacionadas ao território? De que forma podemos contribuir na elaboração de uma proposta para a gestão do território em questão? Os questionamentos nos impulsionam a seguir adiante de forma integrativa, potencializando a interlocução entre pescadores artesanais e comunidades, desde a elaboração, a execução das etapas e com diversas experiências vivenciadas nas comunidades.

Durante a experiência no contato direto com os conflitos ambientais no território, com interlocutores, prioritariamente, pescadores artesanais, vamos percebendo quão importante é a construção metodológica compartilhada da pesquisa. A observação dos fatos, a problematização, razão, criatividade, vai seguindo uma lógica e chega ao método. Ao chegar nesta etapa, vamos percebendo as subjetividades nas relações. No entanto, não basta seguir um método e aplicar técnicas para se completar o entendimento do procedimento geral da ciência (Severino, 2013, p. 79).

A ciência evoluiu muito, porém, precisa, antes de tudo, ser epistemologicamente justificada e se sustentar através da metodologia que é utilizada (Machado, 2019, p. 32). Ainda mais que “[...] a ciência é sempre o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, é sempre uma articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real” (Severino, 2007, p. 100).

Seguindo os pressupostos conscientes de que as concepções de mundo que foram sendo construídas irão orientar as ações e as práticas eleitas para a investigação, assim como, os procedimentos e técnicas adotadas na presente pesquisa, buscamos de forma sistemática e rigorosa as informações necessárias dentro de uma lógica e encontramos as respostas bem fundamentadas, problemas bem delimitados, para que, dessa forma, possamos contribuir no conhecimento específico na área de estudo, de acordo com objetivos definidos.

Observamos que existe uma lógica diferenciada diante da noção de território e na apropriação dos recursos naturais ainda observadas mais diretamente no campo e que está relacionada também com a noção de pertencimento, lugar que se confunde em alguns momentos (Ribeiro, 2016, p. 54).

Essa lógica diferenciada entre os empreendimentos e as comunidades fica explícita nas falas dos pescadores artesanais quanto ao modo de usar o território. Atualmente são encontradas diversas atividades industriais na ilha, deixando efeitos que desdobram para além desses locais. A cadeia produtiva e de transportes das retiradas das matérias-primas até o produto finalizado, deixa uma complexa teia de problemas ambientais e sociais por onde avança: infiltração de elementos químicos no solo, inserção de organismos exóticos nas águas

e solos, remoção de material do fundo do mar, desperdício de água, alterações no modo de vida locais, quebra de relações sociais (Lopes *et al.*, 2020, p. 415).

A proposta metodológica utilizada nesta pesquisa esteve baseada em estarmos mais próximos ainda da fala de quem vive e resiste ao modelo de desenvolvimento que tem sido priorizado no estado do Maranhão: pescadores artesanais das comunidades do Taim e do Tauá-Mirim e, para tal, está no Apêndice B o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que utilizamos; além dos dados coletados oralmente através da Agente Comunitária de Saúde da Ilha de Tauá-Mirim, Dona Lusa, como gosta de ser tratada, moradoras e moradores das comunidades em todo processo de pesquisa e de campo.

Além de identificar durante o processo de luta, desde quando adentramos esse processo e a construção de formas de resistir, o fizemos academicamente trazendo conceitos e categorias que atendam à demanda e nos auxiliem na compreensão de termos utilizado e vivenciado localmente o conflito.

A injustiça ambiental tem sido vivenciada ao longo dos anos por essas comunidades, além do Racismo Ambiental que tem sido perceptível nos discursos por parte dos grandes empreendimentos, assim como, dos gestores públicos que assumem posturas favoráveis à implantação de grandes empreendimentos na Zona Rural II de São Luís.

A assimetria de poder nas tomadas de decisões são desrespeitosas e não atendem as normas da legislação ambiental, não levam em conta os direitos das comunidades, apenas o discurso vazio do desenvolvimento.

Desse modo, a pesquisa interagiu continuamente no trabalho de campo, aprofundando o olhar da pesquisadora através do olhar dos sujeitos com os quais nos relacionamos. Preferencialmente, partir de teóricos e teóricas com olhar através do sul do mundo, aqueles e aquelas que vivenciam os conflitos e convivem diuturnamente com a eminência de que, a qualquer momento, sejam expulsos dos seus territórios construídos com relações afetivas, familiares, mas também, com relações muito tênues com o ambiente natural, de onde tiram seu sustento. Para tal, procuramos nos aprofundar mais sobre as metodologias decoloniais, buscando, assim, teorias que nos ofereçam maior entendimento sobre o conflito.

Ancoramo-nos nos referenciais que encontramos em: Santos e Meneses (2009); Castro-Gómez e Grosfoguel (2007); Mendonça (2019); Quijano (2005).

2.3.1 Pesquisa Qualitativa

Gostaria de reafirmar quão desafiadora é a nossa proposição em realizar a cartografia do território, que por hora adjetivamos de decolonial⁴⁷.

Primeiramente, dizer que a proposta inicial seria realizar a cartografia social dos conflitos. O orientador da tese, Prof. Dr. Jeovah Meireles veio com seu olhar mais além, e prontamente aceitamos, devido a nossa sintonia de ideias, leituras, visão de mundo e de junção da militância política em direitos humanos com a pesquisa científica. Quanto a essa última, aprendendo muito mais nessa etapa da vida acadêmica.

No entanto, a caminhada, pessoalmente, não foi muito tranquila, não houve da nossa parte compreensão imediata, apesar de já ter uma leitura sobre a colonialidade e decolonialidade, porém, ainda não com propriedade nesse campo. Aos poucos as coisas foram clareando e até trazer essa proposta para a perspectiva da geografia humanista foi um processo. O período pandêmico, interrompendo a pesquisa por questões diversas⁴⁸, contribuiu para que o processo se tornasse mais lento. No entanto, conseguimos fazer a leitura com base na interdisciplinaridade, o que possibilitou um olhar holístico.

Fomos assim, percebendo as nuances e traçando o percurso metodológico até chegar ao entendimento do que vem a ser e fazer uma cartografia decolonial. Ser decolonial é, ao nosso ver, para além de ser social. Ir em busca de referências na construção dessa cartografia nos permitiu uma análise mais aprofundada e busca por entender como foi o processo de colonização ocorrido em toda América Latina e, no caso específico de nossa pesquisa, no território maranhense. Levantando referências que nos encaminharam para um diálogo a partir de um olhar que nos possibilitou utilizar dados levantados *in loco* nas comunidades e que nos remeteu a sair para além do aparato científico-metodológico, aliado com as experiências adquiridas a partir do convívio, do diálogo e da interlocução com vários agentes sociais envolvidos no processo de luta, nos ajudou a cumprir tal tarefa.

Então, com o desafio aceito, protocolado entre nós, ao adjetivarmos de decolonial, com firmeza dos nossos propósitos, com que fim traremos essa temática, não só enquanto pesquisadores e pesquisadoras que somos, de forma que contribua, em potencializar ainda mais a autonomia e a reexistência⁴⁹ das comunidades que nos acolhe há quase duas décadas. Mas,

⁴⁷ Proposta feita pelo orientador logo nas primeiras reuniões de orientação após início de semestre, ouvir qual era a nossa (minha e dos interlocutores e interlocutoras) expectativa e objetivo geral do projeto de pesquisa ao qual fui selecionada para o doutoramento e prontamente aceita por nós!

⁴⁸ Lidar com isolamento social voluntário por 3 meses em outro estado, sozinha em uma casa e com muitas notícias de mortes, deixou sensações jamais vividas o que dificultou a concentração na leitura para aprofundar o tema.

⁴⁹ Reexistir é uma alusão que fazemos nesse caso a duas ações: resistir e existir diante dos conflitos instalados no território em questão.

para além disso, a pretensão de chegar até outras, quem sabe inúmeras, comunidades tradicionais do país, quiçá, da América Latina, ou até mesmo, do mundo.

Encontramos como base metodológica a pesquisa qualitativa. Após vários questionamentos na construção de qual visão de mundo atenderia com mais eficiência e eficácia à pesquisa que propomos, tendo em vista que esses fenômenos não podem ser quantificados.

A pesquisa qualitativa não tem um padrão único porque admite que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem do pesquisador – sua concepção, seus valores, seus objetivos. Assim, a epistemologia significa os fundamentos do conhecimento que dão sustentação à investigação de um problema (Chizzoti, 2006, p. 26).

A pesquisa quantitativa, segundo Chizzotti (2006, p. 19), é uma busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto aparentemente disperso e desconexo de dados para encontrar uma resposta fundamentada a um problema bem delimitado, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento em uma área ou em uma problemática específica.

Para investigar tais conflitos ambientais, os pontos onde esses ocorrem, como acontecem, qual tipo de conflito ambiental, como vão se instalando no território e quais consequências na vida dos pescadores artesanais, os dados foram analisados através da fenomenologia. A partir das observações realizadas, anotadas e discutidas coletivamente, possibilitando melhor entendimento sobre o fenômeno, como ele acontece e a possibilidade de a partir dele, encontrar formas de reagir, rearticular e reexistir.

Como adverte Santos (1988), a ação humana é eivada de subjetividade; por essa razão não há como explicá-la, na sua completude, tão somente a partir dos cânones positivistas, que se fundamentam em características exteriores e objetiváveis.

Enquanto na pesquisa positivista seja indicado que a pesquisadora ou pesquisador (observador) precisa apresentar neutralidade no campo de sua pesquisa, na qualitativa utilizada nas ciências humanas torna-se imprescindível o diálogo, a troca que vai para além de algo somente descritivo, contribuindo para que a prática social se dê na construção, interpretação e troca de conhecimentos, fruto da interlocução que se torna repleta de significados.

Enfim, as escolhas feitas emanam de princípios ontológicos e epistemológicos do pesquisador ou pesquisadora que fundamentam o modo pelo qual a pesquisa será desenvolvida. Diante disso, buscamos partir da convivência, da prática social e histórica, o que nem sempre é uma relação pacífica, por algumas vezes possuírem distinções e visões de mundo diferentes e de fazer ciência.

Por se tratar da identificação dos conflitos ambientais entre pescadores artesanais e os empreendimentos implantados no território, essa pesquisa terá com análise a percepção fenomenológica que, em tese, “[...] busca compreender o que determinado fenômeno significa e como ele é experienciado” (Bicudo, 2011, p. 49).

A fenomenologia busca descrever o fenômeno como ele se deixa conhecer, partindo de uma descrição de como as coisas se manifestam por si só, objetivando, com isso, uma descrição das experiências vividas e dos significados que as mesmas têm para os sujeitos que as vivenciam (Capalbo, 2008; Sadala, 2004).

Ainda segundo Sadala (2004), a fenomenologia se divide em três passos, sendo eles: a descrição fenomenológica, a redução do fenômeno e a interpretação fenomenológica. A descrição é a parte em que se deve retratar e expressar a experiência consciente do sujeito da pesquisa; a redução se dá pela crítica reflexiva acerca daquilo que foi descrito; e, por fim, a interpretação fenomenológica, que trata da interpretação dos resultados colhidos nas etapas anteriores.

A fenomenologia pensada por Husserl [...] é uma volta ao mundo vivido, ao mundo da experiência, que, para ele, é o ponto de partida de todas as ciências. A fenomenologia propõe descrever o fenômeno, e não o explicar ou buscar relações causais, voltando-se para as coisas mesmas como elas se manifestam (Sadala, 2000, p. 15).

Mediante o exposto, através da fenomenologia, investigaremos os conflitos ambientais a partir do olhar dos pescadores artesanais da Zona Rural II de São Luís do Maranhão. Ao nos depararmos com histórias de vida, com relatos orais carregados de afetos, lembranças, experiências que ocorreram no decorrer desses 50 anos, após o início do processo de implantação de empreendimentos de grande porte em uma ilha com suas especificidades e fragilidades ambientais, vão se ampliando chegando ao ponto de os pescadores perceberem as modificações no ambiente natural, tão conhecido por eles a olho nu.

A Figura 2 trata-se de dois dos interlocutores do território. O primeiro é Sr. Valdir Magalhães Barbosa (Figura 2-A), mais conhecido como Dandão, 59 anos, pescador artesanal e morador do Rio dos Cachorros; na Figura 2-B outra atividade de campo, sendo conduzida por Beto do Taim, pescador artesanal e morador da Comunidade que traz em seu nome, uma das mais influentes lideranças na luta pela Resex de Tauá-Mirim, 62 anos e que sempre acompanhou a luta e contribuiu, desde o seu início.

Figura 2 - Interlocutores do território



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Durante os relatos sobre os conflitos, ouvimos de vários moradores, sobre os danos causados ao ambiente local em todo território. Onde, antes da implantação dos empreendimentos, eram lugares de pesca, atualmente, não é permitido a pescaria, pois fica nas mediações do porto e as constantes dragagens de areia feitas no território têm ocasionado mudanças perceptíveis ao ambiente natural. Dandão, um de nossos interlocutores, ia detalhando tudo que via e explicando como a Empresa Brasileira de Bebidas (Ambev), instalada no entrono da Resex lança os rejeitos químicos diretamente na área de mangue, local de pescaria da comunidade. O pescador explica:

Aqui nós chama Mãe de Rio, porque é mais larga e agrega todos igarapé. A AMBEV joga cevada na baixa-mar, se fosse na preamar não matava os peixes, só que na baixa-mar não dá pra ver a cevada, mais nós olha quando vamos pescar. Avisamos para a equipe de monitoramento da Sema⁵⁰ e foi definido que vão fazer um cais para nós como compensação ambiental. Essa área toda nós ía pescar, agora ninguém pode mais se aproximar porque a empresa proibiu, tapou os igarapé, diminuiu os peixe e o sururu sumiu desde 2010, 2011 nós não pega mais sururu aqui nessa área (Relato oral feito por Dandão, no dia 18/08/2021)

O pescador que nos acompanhou nesta incursão ainda se ofereceu para coletar a água quando vier para a pesca e ver a cevada descendo e diz: “ai nós dá pra vocês mandar fazer o exame da água e comprovar o que eles falam e a empresa nega. Temo que provar pra eles que tão jogando cevada no mangue e tá matando os peixes” (Relato oral feito por Dandão, pescador do Rio dos Cachorros, em 18/08/2021). Com base na análise dos relatos dos sujeitos e a partir

⁵⁰ Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA - MA

deles vamos construindo a nossa pesquisa investigando os fenômenos humanos. A Fenomenologia trabalha com o conceito de suposições que devem ser respondidas.

2.3.2 A História Oral: uma relação entre os saberes popular, tradicional e o científico que se entrelaçam na práxis da pesquisa

As inquietações sobre os conflitos entre os pescadores e empresas foi se consolidando até se transformar em um projeto de tese após os anos de atuação no território por meio de Projetos de Pesquisas como bolsista e pesquisadora do Gedmma, que foi paulatinamente intensificada e criando mais vínculo e força na atuação e participação direta no território ao coordenar o Projeto de Extensão.

Foi nesse cenário de partilha, cumprindo o papel que cabe às universidades públicas, unindo militância à ciência, além da experiência como educadora, de forma coletiva e com participação de jovens, lideranças, moradores e moradoras das comunidades que possibilitou que a proposta do curso de extensão fosse colocada em prática. Com uma proposta pedagógica baseada na práxis educativa e inspirada por Paulo Freire e outros nomes na educação brasileira, surgiu o Projeto de Pesquisa e Extensão: Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II da Ilha de São Luís – MA, conforme relatado anteriormente.

Essa experiência pedagógica, as atividades das aulas mensais e as atividades de campo coletivas, unindo os dois núcleos (Taim e Tauá-Mirim), nos possibilitaram encontrar no campo empírico questionamentos, estimulando a busca de soluções baseados na pesquisa e que possibilitassem o diálogo horizontal, democrático, participativo. Definimos, assim, utilizar a pesquisa quantitativa nessa junção entre a Geografia e as Ciências Sociais.

A primeira, resulta da graduação finalizada em 2003, já a segunda, por uma afinidade aos temas e abordagens metodológicas que as ciências sociais proporcionam, e junto com a Geografia permite interligar categorias apresentadas nas pesquisas que antecederam ao mestrado, e, agora, se torna mais necessária a sua continuidade, com olhar teórico mais profundo e outro enfoque, uma vez que os conflitos ambientais ora apresentados se intensificaram, com o avanço do capital globalizado e mais empreendimentos sendo instalados no entorno do território.

As abordagens e metodologias utilizadas nos remetem a Rigotto, Aguiar e Ribeiro (2018, p. 9) ao afirmarem que “no campo acadêmico também florescem grupos que revisitam a ciência, exercitam flexibilidade e a crítica, constroem escolhas éticas e políticas contra hegemônicas e reinventam suas práxis no campo científico e na universidade”.

Tudo isso transcende e vai para além da ideia de vivenciar e fazer a pesquisa científica dialógica junto com a prática pedagógica através de teorias, métodos e técnicas que viabilizem a integração das duas ciências pura e simplesmente, mas que possibilitem ir para além, ou seja, colocar em prática a interdisciplinaridade das ciências, de forma que aborde também outros aspectos, como os filosóficos, antropológicos, geográficos e apresente um arsenal de possibilidades na construção de uma sociedade mais justa, equânime e solidária. Acreditamos poder contribuir nessa construção ligando a ciência acadêmica com a ciência do saber tradicional, vivenciado pelas comunidades. Sendo assim, juntando a ciência, o conhecimento e a teoria, podemos dizer que essa tríade nos impulsiona positivamente na continuidade do processo da pesquisa científica.

Ao desenvolvermos a metodologia que não seja tão somente no intuito de alcançar os objetivos traçados, mas, que promova ações em defesa daquilo que acreditamos, ou seja, que as comunidades da Resex Tauá-Mirim possam permanecer no território ocupado secularmente, mantendo seu modo de vida com autonomia e participação mais efetiva, no que tange às decisões tomadas pelo poder público. Atualmente, fazem isso de forma muito desigual e no intuito de, apenas, cumprir o protocolo legal (na maioria das vezes ilegal).

Sendo assim, podemos reafirmar que a pesquisa científica emerge da necessidade de resolver problemas que encontramos no cotidiano e que nos inquietam enquanto pesquisadores e cidadãos⁵¹. Desta forma, a fim de responder a um determinado problema, a pesquisa científica se distingue de outras categorias pela técnica utilizada, bem como pelo método aplicado. O método é o caminho a ser percorrido, demarcado, do começo ao fim, em que estarão inseridos o cunho metodológico e as etapas a serem cumpridas e serve de guia para o estudo do problema (Demo, 2007).

Partindo desse princípio da “necessidade de resolver problemas” ao qual Demo se refere, o território no qual está inserida essa proposta de tese, possui inúmeras potencialidades, tanto no sentido ambiental, quanto cultural, relações afetivas e de identidade que vão para além de uma corporeidade com um lugar, numa simbiose que encanta, potencializa as descobertas, as trocas e os enfrentamentos na luta para a manutenção do modo de vida e de seu uso.

Enfim, essas vivências no contato, na troca de saberes foram nos direcionando para definirmos a História Oral (HO)⁵² como método de abordagem na investigação de forma mais

⁵¹ Como se trata de uma citação, optamos por deixar o texto na íntegra, mas no decorrer do texto utilizaremos os gêneros homem, mulher.

⁵² Pretendemos incorporar as narrativas e vozes dos pescadores artesanais da zona rural II de São Luís do Maranhão sobre o processo de implantação das diversas indústrias no território que ocupam e no qual exercem a arte da pesca desde gerações passadas.

concreta, com um nível de abstração mais elevado dos fenômenos da natureza. Aproveitando as narrativas sobre o território e as relações entre pescadores artesanais e o ambiente, identificando os conflitos, relatando os percursos feitos na atividade pesqueira e como os conflitos com as empresas tensionam e impactam suas vidas.

Marconi e Lakatos (2003, p. 117) afirmam que “a teoria serve para indicar os fatos e as relações que ainda não estão satisfatoriamente explicados e as áreas da realidade que demandam pesquisas” e através da vivência e ouvindo os “causos”, refletindo juntos, analisando as falas com um método que possibilite melhor compreensão daquilo que observamos nesse tempo de convivência com esses interlocutores, almejamos chegar aos objetivos dessa proposta de forma simples, no entanto, analisando profundamente aspectos relevantes da vida cotidiana dos pescadores artesanais do sudoeste da Ilha de São Luís.

A HO preocupa-se, fundamentalmente em usar diversas possibilidades de manifestação para aqueles que são excluídos da história oficial, tanto a “tradicional” quanto a contemporânea, e que não possuem formas suficientemente fortes para o enfrentamento das injustiças sociais (Guedes-Pinto, 2002, p. 95).

Nesse sentido, os conflitos ambientais relatados e registrados através da história oral junto aos pescadores artesanais do território da Resex de Tauá-Mirim foram realizados através das conversas informais, manifestações públicas, idas a campo, anotações dos cadernos e diário de campo os quais subsidiaram os dados para análise, além de contribuir na resistência e no empoderamento das comunidades em questão.

A História Oral foi devidamente escolhida por estar diretamente ligada às memórias, narrativas, subjetividades e foi através desses diálogos, que moldamos a forma de mostrar os caminhos percorridos e construídos no decorrer da pesquisa.

As fontes orais têm sido utilizadas com mais frequência na História e nas Ciências Sociais, já que essas narrativas coletadas vão além de mais uma ferramenta, e sim, servem como fonte de inspiração para a pesquisa e para pesquisadores e pesquisadoras.

Importante ressaltar que as narrativas coletadas durante o campo e as imersões planejadas, foram incorporadas de forma crítica por meio de abordagens e procedimentos específicos e adequados ao objeto de pesquisa. Pesquisadora e pescadores artesanais são cocriadores, já que, ao contrário da maioria dos documentos, as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador (Portinelli, 2016, p. 10).

Portinelli (2016, p. 10) ainda afirma que “A história oral, então, é primordialmente uma *Arte da Escuta*”. Nesse sentido, entendemos que as informações obtidas nessa pesquisa devidamente anotada, analisada, através da agenda e diário de campo, é proveniente da imersão

feita durante todo o processo de coleta dos dados e, que agora, compartilhamos aqui nos resultados obtidos e descritos na presente tese.

Possibilitamos junto aos interlocutores, a liberdade de expressar seus conhecimentos a partir das suas vivências e experiências, de forma atenta aos detalhes nos relatos, para que, então, a escrita possa descrever todo o processo através da liberdade para pensar, se expressar sobre a pesca artesanal e sobre as dificuldades em praticar essa arte em um cenário de conflitos ambientais e que sirva de instrumento na construção coletiva.

Nós (pesquisadora e interlocutores) conseguimos identificar os conflitos ambientais entre os pescadores artesanais e os empreendimentos instalados na zona rural II da Ilha de São Luís, construindo narrativas obtidas nas anotações do campo. Esperamos que a Cartografia Decolonial⁵³ dos conflitos, após a identificação dos mesmos e a partir desses dados, oriundos do processo de construção coletiva, sirva, mais adiante, como instrumento nos enfrentamentos diários, assim como na resistência, autodefesa na luta pelo território e na manutenção do modo de vida das comunidades Taim e Tauá-Mirim.

Dessa forma, com base ainda em Portelli (2016), reafirmamos que “a história oral, no entanto, não diz respeito só ao evento. Diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”. Sendo assim, utilizamos o método da História Oral no estudo etnográfico.

No intuito de estimular o diálogo, com base no conjunto de relações, entendendo a escuta como uma arte a ser guiada na relação estabelecida de confiança entre pesquisadores, pesquisadoras, narradores e narradoras tendo um roteiro a ser seguido, Portelli (2016) destaca:

i) a relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo); ii) a relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória); iii) a relação entre a esfera pública e privada, entre autobiografia e história, entre, digamos, a História e as histórias; iv) a relação entre a oralidade da fonte e a escrita da pesquisadora. (Portelli, 2016, p. 12)

Nesse sentido, buscando experienciar um diálogo possível baseado em uma estrutura que atenda às diferenças identificadas, a interlocução foi construída tendo como base a confiança e o respeito, oportunizando aos protagonistas da pesquisa (os pescadores artesanais) desenvolver a “confiança” durante todo processo, desde a construção até a partilha dos conhecimentos durante o percurso da pesquisa.

⁵³ Mais adiante as informações sobre a Cartografia Decolonial serão brevemente apresentadas.

2.3.3 Um estudo etnográfico

A pesquisa tem nos proporcionado desenvolver sentimentos que, talvez, outrora não teriam sido despertados em nós e a partir da convivência que estabelecemos nas comunidades rurais do sudoeste da Grande Ilha do Maranhão, arrisco até em dizer que não só com eles e elas, mas com apoiadores e apoiadoras que foram se agregando na luta e com a intensificação dos conflitos, no ano de 2014. As fortes pressões externas para transformar a área rural em urbana intensificaram o conflito já existente, motivo pelo qual precisamos intensificar a articulação para a resistência. Nesse cenário, outras lutas em defesa do modo de vida das populações tradicionais foram se unindo e se fortalecendo, a partir da troca de experiências.

Sendo a comunidade do Cajueiro⁵⁴ o foco principal nessa etapa da expansão do capital internacional, motivo pelo qual tem sido muito atacada e pressionada por todos os lados, para que sejam deslocados compulsoriamente pelo atual modelo de desenvolvimento⁵⁵ que foi fortemente implantado no Maranhão, no entanto, diante de todo processo de injustiça ambiental, racismo ambiental que o Cajueiro vivencia, a situação tomou uma dimensão internacional.

Está em jogo a vida de famílias inteiras que tiram seu sustento dos recursos naturais disponíveis, atuando de forma cada vez mais violenta, desigual. Fomos, assim, encontrando um campo minado de conflitos, estes, intensificados de forma violenta e passando por trâmites legais para atender à lógica do desenvolvimento. Dentre os mais atingidos, encontramos os pescadores artesanais.

Dos Campos Alagados⁵⁶ à Amazônia Maranhense, incluindo ainda o Cerrado, os rios e todos os recursos naturais disponíveis em abundância em todo estado tem se tornado, nos últimos 30 anos, palco de disputas pelo uso e manutenção do território entre empreendimentos e as diversas comunidades e populações tradicionais espalhadas pelo estado: trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, catadores de caranguejo e em alguns pontos do litoral Maranhense.

⁵⁴ Cajueiro é uma comunidade rural do município de São Luís do Maranhão que desde 2014 resiste à construção e um porto privado em suas terras. Muitas casas já foram derrubadas, moradores deslocados e parte significativa do território desmatado (Arcangeli, 2020, p. 13).

⁵⁵ O “desenvolvimento” foi, por várias décadas, aquela ideia que, “como um altíssimo farol orientando marinheiros até a praia, guiava as nações emergentes em sua viagem pós-guerra. Ao se libertarem do jugo colonial, todos os países do Sul, fossem estes democratas ou ditaduras”, proclamavam como sua aspiração primordial (Sachs, 2000, p. 11).

⁵⁶ Os Campos alagados estão localizados na Baixada Maranhense no entorno do Golfão Maranhense e são formados por um relevo plano a suavemente ondulado com extensas áreas rebaixadas que são alagadas durante o período chuvoso, originando extensos lagos interligados. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Baixada_Maranhense. Acesso em 23 fev. 2021.

Encontramos, ainda, as marisqueiras, em um quantitativo menor, mas, não menos importante, na complementação da renda familiar. E, através do seu trabalho no beneficiamento dos mariscos, em maior quantidade, na comunidade do Jacamim, elas, as mulheres, beneficiam o camarão, para, então, serem vendidos fora da comunidade.

Na Ilha de Tauá-Mirim, as mulheres, além do camarão, beneficiam polpas das frutas cultivadas nos quintais e revendidas em bairros próximos. As frutas beneficiadas são: acerola, cupuaçu, bacuri, cajá, tudo feito na época da safra e sob encomenda, destaca-se que a produção é realizada em pequena quantidade.

É nesse cenário de disputa que fomos buscando caminhos para construir uma metodologia que atenda a demanda e responda às perguntas. Utilizamos como base de informações que antecedem esse projeto de tese pesquisadores e pesquisadoras que integram o Gedmma, para os estudos etnográficos dos pescadores artesanais do território que forma a Resex Tauá-Mirim. Podemos citar: Mendonça (2006); Gaspar (2007); Silva (2009); Santos (2013); Damasceno (2009); De Jesus (2014); Sbrana (2014); Sbrana (2015); Maia (2014); Moreira (2015); Oliveira (2016); Ribeiro (2016); Sbrana (2017); Arcangeli (2018); Costa (2017).

Quando escolhemos realizar uma pesquisa, junto dessa escolha vem o desejo de fazer tudo da melhor forma possível e que atenda um pouco aquilo em que acreditamos e, nesse caso, não é diferente. Nos sentimos parte desse processo ao adentrarmos no território e vivenciarmos juntos aos interlocutores e interlocutoras, enquanto educadora popular pautada e inspirada no grande pensador brasileiro Paulo Freire ao afirmar que: “Gosto de discutir sobre isto porque vivo assim. Enquanto vivo, porém, não vejo. Agora sim, observo como vivo” (Freire, 1987, p. 9).

Analisar os conflitos ambientais, a partir da cartografia decolonial, entre pescadores artesanais e os grandes empreendimentos públicos e privados na área proposta para a criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim e seu entorno, com idas a campo, nas apresentações de Tambor de Crioula⁵⁷, as reuniões do Conselho Gestor da Resex, reuniões e audiências públicas

⁵⁷ O Tambor de Crioula do Maranhão é uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou associado a outros eventos e manifestações, é realizado sem local específico ou calendário pré-fixado e praticado especialmente em louvor a São Benedito. Essa manifestação afrobrasileira ocorre na maioria dos municípios do Maranhão, envolvendo uma dança circular feminina, canto e percussão de tambores. Dela participam as coreiras ou dançadeiras, conduzidas pelo ritmo intenso dos tambores e pelo influxo das toadas evocadas por tocadores e cantadores, culminando na punça ou umbigada – gesto característico, entendido como saudação e convite. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/63>. Acesso em 21 out. 2021. O Tambor de Crioula é considerado Patrimônio Cultural e Imaterial Brasileiro desde 2007.

realizadas através das Defensorias Públicas do Estado do Maranhão e da União e outras tantas ações que vão surgindo em defesa do território que são de suma importância para a Grande Ilha.

Nessas relações afetivas, na confiança, durante as trocas de conhecimentos entre a pesquisadora/educadora com o ambiente de atuação e a possibilidade de, nesses momentos, ir juntando os dados necessários para a concretização da pesquisa com êxito, o caminho não foi fácil, inclusive no meio de uma pandemia, essas comunidades ficaram ainda mais vulneráveis nesse processo e que o estudo etnográfico ao qual nos propomos pressupõe uma imersão nas duas comunidades que foram definidas para este estudo: Taim e Tauá-Mirim.

As incursões aconteceram, foram reiniciadas nos meses de outubro de 2020, na comunidade do Embaúbal, do Núcleo Tauá-Mirim, e suspensas novamente com o avanço do contágio da pandemia, tendo em vista que pescadores, em sua maioria, idosos, que demonstravam tanta alegria ao nos rever, tornando impossível impedir o abraço apertado, tendo em vista que, estivemos fora do território desde 2019 devido a ida para Fortaleza a fim de cumprir os créditos do doutorado, ainda presenciais, antes da pandemia, e ficamos assim por mais meses até que diminuísse o contágio e a vacinação avançasse.

Figura 3 - Comunidade de Embaúbal



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Voltamos a campo em fevereiro de 2021, dessa vez na comunidade do Rio dos Cachorros, para que pudéssemos fazer registros fotográficos de urgência da ação das mineradoras no período pandêmico e que está gerando impactos as comunidades do Núcleo Taim: Rio dos Cachorros, Limoeiro (Figuras 4 e 5).

Figura 4 - Comunidade Rio dos Cachorros



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 5 - Comunidade do Limoeiro



Fonte: Arquivo pessoal da autora

As comunidades relatam que, mesmo durante a pandemia, as empresas, tanto de grande porte: Vale, Alumina, Ambev, quanto as mineradoras que atuam dentro do perímetro da proposta para a criação da Resex, e até mesmo as de fora dele, funcionaram sem parar, enquanto eles não podiam pescar para o sustento das suas famílias.

Ao nos referirmos a essa pesquisa especificamente temos autodeclarado que a mesma tem um cunho “etnogeosocioantropológico” devido à forma como foi conduzida, seja no diálogo com os interlocutores e interlocutoras, seja, na construção metodológica e de saberes diversos caracterizando, assim, pesquisa interdisciplinar e também como está sendo o uso do território e os conflitos existentes por posse e uso diferenciados. Esse termo utilizado também

serve para nos lembrar das opções feitas no decorrer da carreira do magistério, assim também, enquanto pesquisadora.

A opção por realizar uma etnografia dos pescadores artesanais da área proposta para a criação de uma reserva extrativista foi desde o início uma construção coletiva. Lembramos ainda do dia em que a ideia foi tomando formato mais definido, ainda em meados do ano de 2017. Naquele ano, fui chamada para integrar a equipe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁵⁸ – uma autarquia pública criada em 28 de agosto de 2007, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integrante o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), temporariamente, para executar um plano de trabalho na contratação e organização de serviços, com o plano de trabalho previsto para organizar o processo de criação de três Reservas Extrativistas no Estado do Maranhão: Reserva Extrativista da Baía do Tubarão, localizada entre os municípios de Icatu e Humberto de Campos ao Norte do Maranhão; Reserva Extrativista de Itapetininga, localizada no município de Bequimão nas reentrâncias maranhenses; e a Reserva Extrativista de Arapiranga-Tromai⁵⁹, localizada entre os municípios de Carutapera e Luís Domingues ambas no litoral maranhense. Essas áreas protegidas por lei, criadas no ano de 2018, são fruto de uma luta de muitos anos dos pescadores artesanais, marisqueiras e populações dos municípios citados e seu entorno que viram atendida sua demanda de muitos anos atrás.

Durante as audiências públicas, vários pescadores se reencontraram, debateram, trocaram ideias e experiências sobre a importância da criação das reservas, tanto para a manutenção da pesca artesanal, como para as famílias que vivem dessa atividade e para a participação das organizações sociais que representam a categoria no Estado do Maranhão, a citar: os sindicatos e Colônia dos Pescadores locais e associações de moradores dos respectivos municípios.

Essa troca de experiências potencializou os debates e foi nesse importante acontecimento que a pesquisa foi tomando forma, ainda no mundo das ideias, com a participação de Beto do Taim. Voltamos das viagens com objetivos e título traçados.

Nessa ocasião, foram levantados alguns questionamos ao ICMBio, no intuito de entender, qual o motivo da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim não ter entrado na lista de reservas a serem criadas no ano de 2018, tendo em vista que haviam sido cumpridos todos os

⁵⁸ Maiores informações, disponíveis em: <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso em 13 jan. 2022.

⁵⁹ Maiores informações sobre o processo de criação das áreas de proteção, disponíveis em: <http://www.icmbio.gov.br> e através do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação Sociobiodiversidade Associadas a Comunidades, Povos Tradicionais, disponíveis em: <https://www.icmbio.gov.br/cnpt/>.

trâmites legais, desde o abaixo-assinado, as consultas dos órgãos nas comunidades que fazem parte do polígono descrito para a sua criação, aos estudos necessários.

A Resex Tauá-Mirim não sai do papel, porque o governo do estado do Maranhão a tem como território estratégico para o desenvolvimento local. Dentro do discurso capitalista e neoliberal, o território está sob olhares do capital internacional por representar local estratégico para o escoamento de matéria prima produzida nessa mega infraestrutura instalada desde a década de 1970. Conforme falamos anteriormente, essa estrutura tem se ampliado cada vez mais.

O que antes era formado pelos portos da Alumar, da Vale e da Emap; pela Termoelétrica; pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA); por monocultura agrícola extensiva (soja, sorgo, milho) no sul e sudoeste do estado e monocultura de eucalipto, apresentada como “projetos de reflorestamento” em várias regiões do estado; extensa rede, em grande parte ilegal, de madeireiras, na região da Amazônia maranhense; criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, em todo Maranhão; projetos de carcinicultura, no litoral (Sant’Ana Júnior, 2009, p. 3-4), tem se ampliado e as ameaças aumentaram com a chegada de um porto privado a ser implantado na Praia de Parnauçu, área dentro do perímetro da Resex, outro porto na comunidade de Camboa dos Frades, esta última, não fica dentro do perímetro, mas, no seu entorno, gerando conflitos e, paralelamente a tudo isso, foi possível identificar durante as pesquisas de campo, o aumento de empresa de fertilizantes, empresa de fabricação de cimento, postos de gasolina, todos servindo de base para os caminhões que ter relação direta com os portos.

O descaso dos órgãos ambientais sucateados, e não acreditamos que seja sem um propósito, traz muita instabilidade emocional a toda população que mora no território em disputa. Com o processo para a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim parado, propostas revistas, acordos sobre a mudança do perímetro feito no ano de 2012, conforme registro.

O mapa 2 apresenta a sobreposição da primeira proposta feita em 2007 (em vermelho) e da segunda (em amarelo) feita em 2012. Em função de demandas do Governo do Estado do Maranhão, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do Ministério de Minas e Energia, o ICMBio promoveu uma rodada de reuniões e visitas à Resex, envolvendo representantes das comunidades, do governo estadual, de empresas e pesquisadores.

Mapa 2 - Sobreposição das propostas de área



Fonte: Google Earth alterado pela autora

Essas reuniões e visitas resultaram em uma alteração do perímetro da Resex, excluindo áreas à norte, de interesse portuário ou da mineração, e acrescentando áreas de manguezais ao sul.

Várias outras estratégias têm sido utilizadas pelos governos nas esferas estadual e municipal para ter a posse decisiva do território, sem escutar os mais interessados, no caso, as comunidades, e percebemos uma ampla divulgação de políticas que chamam de “desenvolvimento”, ainda com o mesmo discurso da década de 1970, que é a de gerar trabalho e renda para o povo maranhense.

Fatos como esse e outros como os aumentos significativos dos números de assassinatos no campo e a violência na cidade intensificada com a extrema pobreza e fome que nunca deram trégua no Estado do Maranhão, se intensificaram.

Os últimos anos foram de intensos conflitos pela posse e uso dos territórios e os dados do Maranhão são alarmantes, é o que informa o Caderno de Conflitos no Campo do ano de 2023 da Comissão Pastoral de Terra – CPT e o livro Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão ano de 2020 lançado pela Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão – Fetaema.⁶⁰

2.3.4 Construção dos Mapas

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa de doutoramento contaram com uma vasta revisão bibliográfica; a partir dos dados obtidos, foi realizado o uso e cruzamento de dados coletados nas etapas anteriores da pesquisa e trabalho de campo do projeto de pesquisa “A Reserva Extrativista de Tauá-Mirim e seu entorno: levantamento socioeconômico”, desenvolvido pelo Gedmma, já descrito na apresentação desta tese.

Os primeiros trabalhos de campo foram para a obtenção de pontos de GPS⁶¹ e registros fotográficos dos empreendimentos de médio e grande porte localizados na porção oeste-sudoeste do município de São Luís – MA, onde se localiza a área da autodeclarada Reserva Extrativista (Resex) Tauá-Mirim (Mesquita, 2020). Esses foram os primeiros resultados utilizados para o Mapa Decolonial, juntando os dados preliminares aos demais que foram sendo realizados no decorrer da pesquisa.

Passada essa primeira etapa, para a construção dos mapas, precisamos então dividir em cinco etapas distintas e teve como primeiro resultado: o mapa principal que chamamos de Mapa Decolonial que leva o título da presente tese - Cartografia decolonial dos conflitos ambientais na área proposta para a criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim, São Luís – MA. Para sua elaboração, foram percorridos os seguintes passos:

- Coleta de pontos nas comunidades sempre com a presença de um pescador;
- Levantamento de dados secundários (poligonal da Resex em formato shapefile e identificação e classificação de empresas situadas na área de estudo);
- Exercício de mapeamento participativo utilizando o software Google Earth Pro;
- Montagem do banco de dados georreferenciado;

⁶⁰ Ambos disponíveis nos sites das referidas entidades: www.fetaema.org.br; www.cpt.org.br disponíveis para baixar gratuitamente.

⁶¹ GPS é a sigla em inglês para Sistema de Posicionamento Global. Esse sistema de localização se utiliza de uma rede de 24 satélites artificiais para captar dados e fornecer informações a respeito da posição de qualquer ponto na superfície terrestre por meio da latitude e da longitude, isto é, das coordenadas geográficas.

- Confecção iconográfica;
- Elaboração do mapa no software ArcMap 10.5.

O mapeamento via Google Earth foi realizado junto com o Beto do Taim com auxílio da Geógrafa especializada Júlia Letícia Pereira Ferreira. Nessa etapa, foi possível identificar comunidades existentes anteriormente, as que foram deslocadas, locais de pesca comprometidos pelas atividades portuárias no canal do Estreito dos Coqueiros, além de outros pontos relevantes para as comunidades locais, como, por exemplo, o perímetro da Ilha de Tauá-Mirim.

De posse dos dados secundários e primários, realizamos a correção e ajustes dos pontos georreferenciados, para então organizá-los no banco de dados. Os arquivos em formato shapefile da Resex, tanto a primeira proposta como a segunda, foram fornecidos pelo ICMBio. Os arquivos coletados em campo e produzidos no mapeamento participativo foram juntados em um mesmo shapefile para organizar as colunas com informações que pudessem facilitar a plotagem dos mapas, a exemplo dos dados referentes às empresas. Por haver uma grande quantidade de empresas, foram agrupadas em "tipologia do empreendimento⁶²", assim, foram criadas as categorias apresentadas na legenda do mapa.

Com base nos relatos de violências indicados em campo e conversas informais, elaboramos as tipologias de conflitos socioambientais. Os demais pontos apresentados foram apontados como de relevância para as comunidades.

Em seguida, realizamos a confecção iconográfica, que consistiu na escolha de ícones prontos disponíveis em sites especializados em vetores e, quando da ausência desses, a criação de símbolos que pudessem ser facilmente compreendidos pelos interlocutores. Em seguida, o mapa foi elaborado e plotado no software ArcMap 10.5.

Para a produção dos mapas da Cartografia Decolonial dos territórios de Itaim⁶³ e Tauá-Mirim foram percorridas as seguintes etapas, quais sejam:

- Ida a campo no dia 14/10/2021 e com o uso do GPS foram coletados os pontos georreferenciados do perímetro da comunidade do Taim;
- Ida a campo no dia 02/06/23 com uso do GPS foram coletados os pontos georreferenciados do perímetro da comunidade da Ilha de Tauá-Mirim;
- Montagem do banco de dados georreferenciado;
- Confecção iconográfica;

⁶² Serão apresentadas mais adiante.

⁶³ Mais adiante explicaremos o motivo do mapa da comunidade ter sido modificado.

- Elaboração do mapa no software Qgis, versão 3.28. 13-Firenze

Após georreferenciamento dos pontos coletados, quando levados para a sobreposição do polígono, os mesmos estavam dando fora do perímetro, foi necessário então ajuda de uma das moradoras da Ilha de Tauá-Mirim que fez novamente o georreferenciamento de alguns pontos e, em seguida, de posse desses dados, foram tabulados e plotados no software Qgis para representação dos pontos, com toponímias discutidas durante as oficinas, de forma participativa na construção dos mapas decoloniais do Taim e da Ilha de Tauá-Mirim (Figuras 6 e 7).

Na etapa seguinte, a partir dos dados representativos em cada comunidade, foi realizada confecção iconográfica da legenda, para a qual foram majoritariamente utilizados os desenhos feitos nas oficinas. Quando ausentes, foram escolhidos ícones vetorizados, prontos e disponibilizados do site Flaticon.

Na confecção iconográfica da legenda foram majoritariamente utilizados os desenhos feitos nas oficinas, quando ausentes foram escolhidos ícones vetorizados, prontos disponibilizados do site Flaticon⁶⁴. O mapa foi confeccionado e finalizado no *software Qgis*, versão 3.28. 13-Firenze.

Com os mapas elaborados e impressos seguimos para as Oficinas de cartografia decolonial realizadas nas seguintes datas:

- Dia: 14/04/24 foi realizada a Oficina para a construção do mapa decolonial da comunidade do Taim, com a participação de 8 pescadores locais;
- Dia 21/04/24 foi realizada a Oficina de cartografia decolonial na Ilha de Tauá-Mirim com a participação de 4 pescadores locais.

Durante a oficina realizada na comunidade do Taim, um dos pescadores e liderança local, solicitou que fosse colocado no Mapa decolonial o nome utilizado pelos seus antepassados “Itain”, origem indígena que significa: Pedra Grande. Ele conta que naturalmente no decorrer do tempo a comunidade foi mudando o nome e quando foi realizada a demarcação do território, a qual deu direito à posse coletiva, o Instituto de Terras do Maranhão (Iterma) utilizou no documento do assentamento do estado o nome já popularizado Taim e assim ficou.

Além disso, no Taim, ao apresentarmos o mapa feito a partir da coleta dos pontos do polígono da comunidade, eles identificaram, que o perímetro não havia sido

⁶⁴ Disponível em: <https://www.flaticon.com/br/>. Acesso durante a elaboração do mapa decolonial por Sarah L.M. Nascimento.

georreferenciado corretamente e fizeram o ajuste diretamente no mapa decolonial, que também será refeito após a defesa durante a validação posterior.

Figura 6 - Oficinas de cartografia decolonial



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 7 - Mapa decolonial produzido pelos pescadores



Fonte: Arquivo pessoal da autora

O pescador conversou com os demais companheiros presentes, os mais velhos da comunidade, e propôs que fosse identificado no mapa como Itaim. Segundo ele, uma forma de defesa do território, para marcar posição diante do conflito. Os demais pescadores que estavam na oficina acataram a sugestão, inclusive, Beto do Taim. Atendendo a esse pedido, os mapas foram produzidos com a alteração do nome para Itaim.

Devido alguns contratempos que surgiram após a oficina da cartografia decolonial na elaboração dos mapas, não conseguimos em tempo hábil para a defesa da tese que fosse realizada a oficina de validação e aprovação dos mapas, presencialmente em cada comunidade. O combinado então, com os pescadores foi que após a defesa da tese retornaremos às comunidades com os mapas impressos para que possam validar o mapa coletivamente e utilizar no processo de reconhecimento do mapa pelos moradores e moradoras das duas comunidades.

3 NÃO É HISTÓRIA DE PESCADOR: A LUTA POR AUTONOMIA E PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO EM QUESTÃO

“Eu amava como amava um pescador/
Que se encanta mais com a rede que com o mar”

Oswaldo Montenegro//Arlindo Carlos

Nesse capítulo abordaremos aspectos relevantes sobre o cotidiano dos pescadores do território da Zona Rural II de São Luís e o entorno. A nossa abordagem se faz a partir dos relatos coletados nas entrevistas, conversas logo no início da luta, após a implantação das grandes empresas no território da pesquisa.

Inicialmente pretendemos situar o contexto dos conflitos relativos às condições ambientais e territoriais que envolvem a pesca na área proposta para a criação da Zona Rural II da Ilha de São Luís.

“No Brasil, a pesca está fortemente ligada a antropologia, sobre populações tradicionais e suas práticas de trabalho” (Adomilli, 2007, p. 2). Podemos destacar ainda, as relações de parentesco, afinidade, reciprocidade que regem a vida social, bem como, o conhecimento acerca das pescarias, o qual é passado de uma geração a outra.

Os problemas ambientais identificados pelos pescadores na área da pesquisa têm início com a implantação das primeiras indústrias na zona rural e no entorno das comunidades.

Caracterizada por sua sazonalidade, a pesca artesanal depende das condições naturais e o pescador tem uma relação muito próxima com a natureza, pois é dela que tira seu sustento, adquire sua renda e alimenta a sua família.

Quando questionados sobre o trabalho de pesca e os conhecimentos sobre o mar, os pescados e o ambiente local, é perceptível o domínio e conhecimento sobre o ambiente, as espécies de pescado existentes e aquelas que não tem mais tanta disponibilidade, além do orgulho dessa atividade laboral e de viver da atividade pesqueira.

Beto do Taim em uma entrevista concedida a Miranda, Maia e Gaspar (2009, p. 203) explica como se dá o sustento das famílias e a pesca artesanal nas comunidades do território:

Pesquisadores: A maior parte do sustento de vocês era retirada da própria terra, não é?

Beto: Hoje, isso reduziu. É quase impraticável sobreviver só da pesca, mas quem tinha a sua atividade centrada só na pescaria, aí, conseguia. Inclusive, essa pessoa não precisava se preocupar com a roça, porque como o camarão sempre foi mais caro, com 1kg de camarão ela conseguia 3kg de farinha.

Pesquisadores: Então, havia essa relação de troca entre vocês?

Beto: É, e assim, esse foi um outro prejuízo que eu não contei ainda agora que foi a implantação aqui do projeto da Alcoa. Que assim, nós tínhamos uma relação com as comunidades de lá, elas eram mais agricultoras do que nós daqui. Nós, desse lado éramos muito mais pescadores. Eles eram muito mais agricultores, eles não se aventuravam ir a Boa Razão pescar, eles pescavam aqui mesmo no rio, só para complementar a alimentação, mas quando era no período de fazer farinha, eles não tinham tempo nem para ir a beira do rio pescar. Então, nós sortíamos eles de peixes e eles traziam farinha, traziam farinha para cá. Além de que, como a área deles lá era maior, sempre foi maior, a gente ia buscar a palha, o cipó para a construção das casas aqui. Com a implantação da Alcoa, várias pessoas aqui foram presas por tentar fazer isso, então, foi um outro recurso que a gente perdeu, a relação que a gente tinha com com o outro lado do rio, com as comunidades de lá, Carnaúba, Pindotíua, Paquatíua. Essas comunidades depois do igarapé, a gente tinha essa relação muito estreita com eles, a gente chegava da pescaria, já tinha uma demanda: “olha, é pra ti mandar quantos quilos de peixe para fulano lá, ele tem um paneiro de farinha para ti.” A gente fazia muito isso, a troca, porque o peixe tinha um valor econômico maior do que a farinha, sobretudo o camarão, era o que mais a gente levava para cidade, o peixe a gente fazia essa troca por aqui mesmo, o camarão geralmente ia para a cidade, e ia nesse trajeto aqui, via Gapara ou via Maracanã.

O relato de Beto do Taim nos faz perceber que o modo de vida das comunidades foi totalmente modificado após a chegada das empresas. As comunidades citadas por ele estão na lista de comunidades deslocadas durante a implantação da Alumar e da Vale na Ilha de São Luís.

De acordo com Zhouri e Laschefski (2010, p. 18), “a questão territorial ou espacial se encontra no cerne de muitos conflitos ambientais que envolvem as relações entre poder e meio ambiente no terreno”.

Os autores classificam esses conflitos da seguinte forma: “conflitos distributivos”, sendo aqueles que indicam graves desigualdades sociais no acesso e uso de recursos naturais; “conflitos ambientais espaciais”, quando se apresentam efeitos ou impactos ambientais que atingem os territórios de agentes e grupos sociais diversos como, por exemplo, aqueles que causam efeitos nas emissões gasosas e poluições das águas; e “conflitos ambientais territoriais”, quando há sobreposição de reivindicações por seguimentos distintos da sociedade sobre um mesmo recorte espacial (Zhouri; Laschefski, 2010, p. 18). Entendemos, então, que a área em questão apresenta essas três formas de conflito.

Tais fatos merecem uma reflexão, tendo em vista que não podemos ignorar o fato de que tais os conflitos foram impostos através do modelo de desenvolvimento que se implantou no Maranhão. Assim, o esforço em analisar minuciosamente os dados, requer um trabalho investigativo e de mediação no processo da pesquisa dando um tratamento analítico às questões que foram apresentadas no decorrer do processo (Almeida, 2008).

O Quadro 1, apresenta uma matriz dos diferentes efeitos no território após a implantação de vários empreendimentos industriais na localidade do Distrito Industrial de São

Luís. Carvalho (2008, p. 54) se refere a uma lista demonstrando os prováveis problemas que poderiam, na época, ser enfrentados pelas comunidades locais e as do entorno das empresas. No período dessa análise ainda não havia a quantidade e diversidade de empresas que hoje estão implantadas no território.

Quadro 1 - Matriz de Impactos

IMPACTOS – MEIO BIOFÍSICO
Alteração das condições climáticas locais
Alteração da qualidade do ar
Alteração da qualidade do solo
Alteração da qualidade e quantidade dos recursos hídricos
Alteração ou destruição de habitats
Diminuição da produtividade dos ecossistemas
Deslocamento ou perda da fauna
Destruição de áreas de preservação permanente
IMPACTOS – MEIO ANTRÓPICO
Impacto visual
Desconforto ambiental
Riscos á saúde humana
Destruição de ambientes já existentes
Perda de traços culturais
Alteração ou perdas de sítios arqueológicos
IMPACTOS – MEIO ANTRÓPICO
Destruição ou perda de Patrimônio arquitetônico
Alteração do turismo local
Possíveis acidentes (ferimentos e mortes)
Redução da produtividade agrícola
Aumento populacional
Aumento da atividade comercial
Aumento da demanda de serviços públicos
Perturbação da vida comunitária
Capacitação da força de trabalho
Sobrecarga da infraestrutura
Aumento da arrecadação tributária
Alteração do modo e vida comunitária
Alteração no modo de vida socioculturais
Limitações das opções o uso desolo
Valorização/desvalorização imobiliária

Fonte: Carvalho, 2008

Essa análise feita em 2008 está sendo comprovada com os dados levantados em várias pesquisas realizadas na Zona Rural II de São Luís e que, atualmente, enfrenta problemas ambientais decorrentes da implantação de empreendimentos de médio e grande porte, os quais

têm afetado, diretamente, a pesca e a agricultura, além de potencializado os conflitos instalados em decorrência de tal fato.

Assim, repetem-se discursos que defendem ter a área portuária de São Luís uma vocação portuária (Sant'Ana Júnior, 2016, p. 287) sem, no entanto, levar em conta que as famílias que lá vivem, não precisam dessas empresas e nunca, sequer, foram ouvidas sobre os problemas que enfrentam desde então.

O Estado tem uma localização geográfica que é percebida por planejadores estatais e empresariais como fator de importância estratégica na distribuição política de um território e que serve de diretriz para definir quais políticas públicas devem fazer parte do planejamento regional para o mercado exportador (Ribeiro, 2016, p. 35). É com esse intuito de elevar a produção e exportação de grãos que negociam as terras coletivas, com o propósito de desenvolvimento.

A manutenção do território e seu modo de vida são os principais motivos de ser a área escolhida para a criação de uma Unidade de Conservação (UC) na categoria de Reserva Extrativista, para que assim, os pescadores ali possam continuar a viver com suas famílias.

Durante o percurso investigativo, nos foi relatado pelos pescadores mais velhos a existência de outras comunidades no território, as quais foram extintas, para que as empresas pudessem se instalar. Segundo as narrativas de Beto do Taim e de outros pescadores, as comunidades não tiveram oportunidade para permanecer no seu local mantendo, assim, seu modo de vida. Esse fato alertou alguns dos moradores como Beto do Taim e Máxima Pires para a necessidade de se movimentar em defesa das suas comunidades, sendo que, no caso de Máxima, já havia passado por outros deslocamentos até chegar ao Rio dos Cachorros.

No quadro 2, apresentamos a lista nominal das respectivas comunidades deslocadas e que, atualmente, é área privada da empresa Alumar e Vale.

Os pescadores foram nomeando cada comunidade com muita precisão, inclusive, identificando o local onde estava cada uma, em alguns trechos conseguem identificar o que funciona atualmente no local. Algumas eram territórios pesqueiros que foram ocupadas pelas empresas e enfatizaram ainda que, atualmente, não é permitido o acesso para a atividade pesqueira, pois o local foi transformado em porto para atracar navios de grande porte.

Quadro 2 - Comunidades deslocadas para implantação das empresas Vale e Alumar

Anajatiua	Inhaúma	Samambaia
Andiroba	Itaperuçu	Santa Efigênia
Aracaua	Lava – Pés	Santa Fé
Areia Branca	Paquatua	Tainha
Boa Vista	Pindotua	Tambaú
Carnaúba	Remela	

Fonte: Organizada pela autora, 2021.

A comunidade do Taim foi, então, uma das primeiras a sentirem os efeitos das indústrias. Inicialmente, os pescadores artesanais detectaram a diminuição da quantidade de peixes, posteriormente, e, paulatinamente, algumas espécies chegaram a ser extintas da área, como nos apresenta Costa (2017, p. 37):

Pescadores relatam que desde a década de 1980, com a instalação da ALUMAR, houve redução na quantidade de peixes dos igarapés e poluição dos corpos hídricos, devido a problemas com lagoas de contenção de rejeitos industriais (registro a partir de depoimentos de moradores locais).

Desde as primeiras pesquisas exploratórias realizadas pelo Ibama para verificar a viabilidade da reserva, com levantamentos preliminares sobre as características ocupacionais das famílias, as informações indicam que grande parte da população se caracteriza por um modo de vida peculiar adaptado às condições ecológicas locais (Sant’Ana Júnior *et al.*, 2009).

Foi então que, a partir das incursões, nos predispomos a construir um conceito que mais se adapte aos entendimentos e anseios dessa categoria estudada. No entanto, era muito perceptível que esses conceitos importam mais para nós da academia. Aos pescadores e moradores, o importante é a continuidade da vida pacata e muito simples, isso os faz muito felizes e, então, resolvemos que não seria tão importante focar nesse tal conceito que pensamos em elaborar.

Por algum tempo, ficamos inquietos porque sentíamos que os conceitos que temos elaborados não faziam muito sentido naquele lugar. Não há essa noção de um território dividido, todo o estuário serve para que de lá tirem seu sustento e não foi encontrada uma reflexão mais profunda sobre essa relação desses homens e dessas mulheres com “o lugar que vivem”.

Passado o período mais grave da pandemia, na companhia de dois pescadores das comunidades do Taim e do Rio dos Cachorros, por onde reiniciamos o trabalho de campo,

destacamos que a tentativa de retomada ocorreu somente em outubro de 2020, apesar das restrições ainda impostas pela pandemia naquele momento, foi possível retomar.

Com o deslocamento feito em uma embarcação pequena, a motor, chegamos à comunidade do Embaubal. Mesmo diante das explicações e da compreensão de que a doença provocada pela epidemia era muito séria, os idosos queriam nos abraçar e manter contato mais próximo. Mesmo com muito receio, foi inevitável, o contato físico se fez, pois continuaram convictos de que nós não oferecíamos perigo, motivo pelo qual, ficamos pouco tempo, sem poder coletar muitas informações e a promessa de voltar em outro momento para acompanhar as atividades da comunidade por uns dias. Esse campo foi realizado no dia 18 de outubro de 2020.

Decidimos, assim, suspender por mais tempo as atividades de campo retomando mais tarde já em fevereiro de 2021 e, dessa vez, na Comunidade do Rio dos Cachorros. Fomos atender a uma demanda urgente, feita por Máxima Pires que solicitou a nossa ida com o propósito de observarmos, *in loco*, o mais recente conflito que a comunidade estava enfrentando com a mineração dentro do território e cada vez mais próxima das casas das famílias.

Constatamos o conflito com o minerador, pois, segundo informações obtidas no local, estão minerando sem a devida licença ambiental. Ressaltamos ainda a existência de uma Ação Civil Pública proibindo a implantação de qualquer atividade que explore os recursos naturais das comunidades que pleiteiam a criação da Resex de Tauá-Mirim antes que seja resolvido a atualização do Plano Diretor da Ilha de São Luís⁶⁵.

Várias estratégias foram sendo pensadas, porém, a necessidade em manter a organização e o enfrentamento ao avanço da mineração em tempos pandêmicos foi se mantendo de forma virtual, com algumas tentativas presenciais, quando possível, e sendo mantido o diálogo entre os movimentos sociais, apoiadores e comunidades para informações que pudessem ocorrer e as negociações sobre as mudanças no Plano Diretor de São Luís que tem sido forte instrumento de pressão. De um lado, os empresários da construção civil, da mineração de areia, da Federação da Indústria e Comércio do Maranhão (Fiema) e do Sindicato da Construção Civil do Estado do Maranhão (Sinduson) pressionando políticos locais para que ocorram as mudanças que favoreçam os empreendimentos e expulsem as comunidades e, do outro lado, as comunidades atentas a toda movimentação, com apoiadores e apoiadoras, para que, se preciso fosse, acionar o Ministério Público Estadual (MPE), o Ministério Público da

⁶⁵ Decisão de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal da União tendo como réus o Estado do Maranhão e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Processo de nº 36138-02.2013.4.01.3700

Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), caso percebessem qualquer tentativa de mudança da lei que ordena o Uso e Ocupação do Solo de São Luís fora da lei em vigor.

A luta é constante e as comunidades, apesar da resistência, em alguns momentos demonstram cansaço pelas desigualdades vivenciadas e pelo poder de decisão que sempre é no sentido de invisibilizar a luta ou colocar as comunidades e apoiadores e apoiadoras como “contrárias ao desenvolvimento do estado” e, apesar disso, tem se mantido firmes nas lutas travada em prol das suas vidas e das suas comunidades, com seu modo de vida peculiar.

3.1 Do cais ao território de pesca: Taim e Tauá-Mirim

“Se o Cajueiro cair, todas as outras comunidades da Resex vão cair, tipo efeito dominó”.

Maria Máxima Pires⁶⁶

Iniciamos esse subtítulo com a lembrança dessa fala de Máxima Pires, diante da eminência do último morador que ainda resistia na comunidade do Cajueiro ser deslocado, compulsoriamente, em uma das nossas inúmeras reuniões estratégicas para a luta, o ano era 2019.

Ela sempre teve umas falas fortes e convictas, uma presença marcante, oriunda das suas experiências na luta e sua sabedoria ancestral. Sempre destacava os ensinamentos do seu pai, da sua mãe e avós que, agora, transmitia aos seus netos e sua neta. Sempre em defesa da incansável luta pela criação da Resex Tauá-Mirim iniciada formalmente em 2003. Ao lembrarmos dessa passagem, a memória afetiva foi ativada. Têm sido fortes as lembranças durante todo esse momento final da escrita e, muitas vezes, o choro saudoso nos conectava à necessidade de finalizar esse ciclo em grande estilo.

Dona Máxima é uma das incansáveis lideranças ou, podemos dizer, uma das referências, como prefere ser chamada, importante interlocutora no processo da pesquisa, juntamente com os pescadores artesanais citados anteriormente. Sempre atenta. Ávida pelo conhecimento e de uma capacidade reflexiva e de interpretação da natureza como uma mulher além do seu tempo. Lembramos de um certo diálogo no momento em que nos preparávamos para a ida até uma das mineradoras e, em sua casa, sempre tinha aquele café antes de sair para

⁶⁶ Referência da comunidade Rio dos Cachorros. Anotação do caderno de campo na pesquisa realizada em 2016 para o mestrado. Ver sobre ser referência na dissertação de mestrado: Educação Ambiental e Cidadania na Zona Rural II de São Luís – MA. (Ribeiro, 2016). Em dezembro de 2023 ela se encantou, nos deixando um legado e o compromisso de continuar a luta pela criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim. Vamos continuar falando sobre ela no tempo verbal do presente, pelo fato de estar em cada uma e cada um de nós na luta.

o trabalho de campo. Era uma interlocutora que sabia todos os detalhes e lugares a serem visitados. Ela parou, me olhou e disse: “professora, a nossa liberdade tem um preço, a solidão.” Ela estava se referindo a luta pelo território que se disponibilizara a enfrentar em favor das comunidades, não somente a que ela morava, mas, todas que estavam em conflito. Os familiares nem sempre entendiam e ao encontrar essa anotação no caderno de campo, do dia 21/02/2021, uma fala muito relevante sobre a luta e o intuito é mostrar que os conflitos, a luta pelo território nas comunidades tradicionais, vão para além do enfrentamento com o Poder Público e privado.

Dito isso, tomando como ponto de partida, uma fala dessa magnitude nos reporta ao compromisso assumido com as comunidades em questão. Dona Máxima faz menção aos conflitos ambientais vivenciados por ela e demais moradores e moradoras da zona rural da Ilha de São Luís e as várias tentativas de deslocamento compulsório⁶⁷ que datam do ano de 1996 até os dias atuais.

Vale lembrar que os debates ambientais ganham forte repercussão no Brasil a partir da ECO 92, sem perder de vista que a Constituição Federal (C.F.) de 1988 que dedica um capítulo específico⁶⁸ em defesa do ambiente natural (meio ambiente) em território brasileiro.

O reconhecimento da tão falada crise ambiental surgiu nos anos de 1960, época que os temas abordados sobre as questões ambientais foram progressivamente tomando mais espaço nos debates políticos, científicos, acadêmicos e se intensificaram nos anos de 1970.

De fato, a problemática ambiental está na ordem do dia. Basta atentar para as fontes de informação e ver que as agressões ao meio ambiente desfilam diuturnamente nos noticiários, nem sempre sensibilizando a sociedade e seus dirigentes (Milaré, 2016).

Os povos e populações tradicionais representarem parte significativa da população brasileira e sofrem constantes ameaças em seus territórios ancestrais com o processo de expansão da industrialização iniciado na década de 1970, trazendo consequências funestas e cada vez mais perceptíveis, atingindo diretamente as comunidades tradicionais, interferindo negativamente no modo de vida dessas populações em todo território brasileiro.

A destacar, a Amazônia brasileira, especificamente por sua biodiversidade, que desde a Ditadura Militar é vista como um grande vazio demográfico. Esse argumento foi

⁶⁷ Almeida define deslocamento compulsório como sendo “o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e rever os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos” (Almeida, 1996, p. 30).

⁶⁸ Estamos nos referindo ao Art. 225 da Carta Magna do Brasil – Constituição da República Federativa do Brasil Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 nov. 2021.

utilizado pelos governos militares no intuito de ocupar a Amazônia brasileira abrindo espaço a grandes projetos de desenvolvimento e é utilizado até os dias atuais e, agora, não só pelos militares. É utilizado, inclusive, por políticos mais progressistas que vêm no ambiente um bom negócio para trazer divisas financeiras ao Estado.

O estado do Maranhão é um dos nove estados que compõem a Amazônia Legal, acompanhou o restante do Brasil no sentido de impulsionar o “desenvolvimento” com o mesmo discurso desde anos remotos.

Há uma Amazônia que resiste, que “re-existe” (Porto-Gonçalves, 2005, p. 10). E a Amazônia maranhense tem sido e continua sendo alvo de grandes empreendimentos capitaneados por empresas privadas e apoiados por governos nas três esferas de poder público. As populações tradicionais que vivem nos territórios são simplesmente ignoradas, invisibilizadas, como se não existissem, e vão buscando alternativas para continuar resistindo e existindo nessa luta desigual e assimétrica.

E foi diante dessa invisibilidade que, no ano de 1996, as comunidades rurais da Ilha de São Luís, sob os efeitos da implantação de indústrias e projetos de infraestrutura (portos, ferrovias, rodovias, empreendimentos energéticos), percebem algumas modificações no ambiente natural. Tomam a iniciativa de realizar reuniões, assembleias com participação de representantes de comunidades que vivem no mesmo território, ou não, e que sentem da mesma forma os efeitos *in loco* do processo de industrialização.

Os interlocutores vivenciam todo processo violento e a tentativa de desapropriação dos territórios desde tempos remotos, o que os impulsionam também a manter relações fora do estado, com outros pescadores artesanais que enfrentam problemas iguais em todo território nacional nos últimos anos, com o avanço do capital em áreas pesqueiras.

Anteriormente a essa projeção nacional, participavam de movimentos locais. Podemos citar: associações de moradores e moradoras, Pastorais do Movimento Eclesial de Base, muito forte na zona rural, que deu origem ao adjetivo de “comunidades” ao invés de povos e populações tradicionais como vem posteriormente no Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Populações Tradicionais – PNPPT - no entanto, se reconhecem e se autodeclaram populações tradicionais e esse diferencial de participação em movimentos de classe influencia e fortalece a luta em busca de estratégias que agreguem mais atores sociais externos na luta. A Figuras 9 mostra alguns registros das atividades de campo.

Figura 8 - Atividade de campo no perímetro da Resex Tauá-Mirim



Fonte: Arquivo pessoal autora

Ainda sobre as comunidades deslocadas ou desapropriadas dentro do território em questão, Beto do Taim afirma que:

Dentre as comunidades listadas, que foram alvo de desapropriação, duas eram formações mais recentes: A Remela, segundo moradores da Tainha, Andiroba e do Lava-pés, era um grupo de migrantes do estado do Ceará que chegaram na região no início da década de setenta do século passado, adentraram na “capoeira” formaram roças e a comunidade na atual administração privada de preservação ambiental, o Parque da Alumar. A outra, da mesma época, era formada por famílias de origem japonesa acrescida de outras famílias que prestavam serviços na produção agrícola controlada pelos orientais (as demais enquadram-se no conceito de comunidades centenárias)⁶⁹.

A disputa pelo território em questão, se estende, se potencializa com o passar dos anos, fato que deixa as comunidades vulneráveis, arredias e buscam estratégias mais apuradas

⁶⁹ Entrevista concedida a pesquisadora.

dentre as ações, e muitas vezes não conseguimos associar a um conceito propriamente dito e o que é vivenciado por eles e por elas.

Na busca pela manutenção e reconhecimento do território enquanto realidade vivenciada, voltam com mais intensidade a está a produção local de pequenas hortaliças, que nunca deixaram de produzir para seu consumo, no entanto, após a intensificação da luta, do distanciamento em alguns momentos em busca de empregos formais, com carteira assinada e por não obterem êxito, e em alguns casos, como o de Beto do Taim, não conseguem se adaptar a rotina do trabalho formal, retomaram em seus quintais à produção de pequenas roças, para venda e consumo de: vinagreira, maxixe, quiabo, cheiro verde⁷⁰ e comercializam nas feiras próximas da Vila Maranhão ou nas Feiras Agroecológicas organizadas pela Associação Agroecológica Tijupá, duas vezes ao mês. Conseguiram integrar o grupo de economia solidária apoiado pelo governo estado do Maranhão, através da Secretaria de Economia Solidária do Estado do Maranhão, através da Remulmana, com vendas da culinária maranhense: galinha caipira, tortas de camarão, arroz de cuxá⁷¹. E não podemos esquecer da retomada de uma das casas de farinha do Major, um dos mais velhos da comunidade que tomou a iniciativa em construir, do zero, uma casa de farinha e foi uma festa na comunidade e motivo de emoção para seus familiares.

Esse é o cenário encontrado no território. Uma retomada de atividades e nesse espaço de tempo na luta pelo território, a pesca artesanal, sempre foi presente, sempre foi uma atividade exercida por pescadores profissionais que permanecem no território e mantiveram a “tradição pesqueira”, mesmo para aqueles que buscam emprego formal, a pesca sempre foi complementar na base alimentar familiar.

Essa forma de produção tem o intuito de mostrar à população ludovicense que a zona rural tem potencial produtivo, abastece as feiras locais, mas, não desenvolveram formas para quantificar essa produção inicial. Por ser esta em pequena escala, não é levada em conta pelos planejadores governamentais e não aparece nas estatísticas oficiais.

Assim, de acordo com os gestores estaduais, municipais, não há produção familiar na zona rural, utilizam desse argumento, sem nenhuma comprovação técnica, pois, não há política pública de incentivo à agricultura familiar de pequena escala. Divulgam amplamente essa percepção como se fosse verdade, na tentativa de mostrar que a produção com base da agricultura familiar é irrelevante, e menos importante, do que o potencial industrial, que visam

⁷⁰ Hortaliças de fácil manejo e produção em pequenas escalas.

⁷¹ Arroz tradicional com vinagreira e faz parte da culinária maranhense.

implementar com a industrialização na área prometendo milhares de empregos que seriam gerados com a transformação de 41% da zona rural em zona industrial, portuária ou de logística.

Ações como essa de enfrentamento, ou seja, a retomada da produção, mesmo que com o pouco investimento por parte da comunidade, mostra que, caso haja investimento e políticas públicas, a zona rural está pronta para viver do seu modo de produção, evitando o deslocamento compulsório e ainda promovendo o fortalecimento dos laços afetivos existentes.

Seu Zé Reinaldo, pescador artesanal e morador do Taim, um dos mais velhos e importante liderança, sempre esteve à frente da luta. Em uma entrevista realizada no dia 04/07/2022 ele nos conta o seguinte sobre a produção local que realizavam na comunidade:

Pesquisadora: E qual é o uso coletivo que vocês fazem aqui ainda?

Zé Reinaldo: Olha, nesse momento, nessa atualidade nossa, nós não tamos fazendo utilidade do uso coletivo das terras para produzir.

Para produzir, mas agora só individual, porque o coletivo, a gente teve, não vou dizer que não é bom, mas a experiência que a gente teve assim, em 97, com o pólo de produção, que no começo foi bom, mas depois as pessoas vão procurando outro tipo de serviço, como construção, um trabalho de renda fixa. Aí, com isso, nos desestruturou. E agora, eu gosto muito do trabalho de produção, mas eu, por exemplo, estou trabalhando com a produção individual, minha mesma. Por exemplo, aqui no meu quintal, eu tenho quase uma linha e planto muita, muita macaxeira. Tem muita macaxeira, graças a Deus.

Pesquisadora: Então, a produção de vocês aqui, a sua, é macaxeira ou tem outra coisa?

Zé Reinaldo: Macaxeira com outras plantas frutíferas que, dentro de uma linha, eu plantei muitas mangas de qualidade, cupuaçu e outras variedades de frutíferas.

Pesquisadora: Entendi. Então, assim, aquele trabalho que vocês chegaram em algum momento a fazer, tipo assim, uma roça junto, duas famílias se juntarem para fazer roça. Teve um momento de vocês fizerem essas parcerias?

Zé Reinaldo: Teve. Foi em que ano, mais ou menos em 97. Em 97, na época do Dr. Jackson Lago, na transição do Dr. Jackson Lago pra Conceição Andrade, tinha a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a SEMAB. E, na época, ela colocava nas comunidades técnicas, agrícolas, para ajudar as comunidades a terem um conhecimento maior, para produzir mais e com boa qualidade. E, com isso, a gente morava na comunidade e, com isso, nós tivemos um ponto de produção que agregava quase 20 famílias.

E nós íamos para as feiras ali e vendíamos muita, muita produção. mas aí foi o tempo também que nós não tínhamos uma mesa diante de outros produtores, a gente ainda estava se estruturando. Com isso, muitos consumidores, ainda mais época chuvosa, via os produtos assim, em cima de caixas, já não comprava tanto quando estavam em uma mesa bem organizadinha, mais higienizada, aí, nossa produção foi caindo. Aí, foi o tempo também que nos roubaram um motor de irrigação.

Aí, nós plantávamos a banana, que era para com a bananeira. Todas as nossas produções tinham que ser irrigadas. Com isso, nós não tivemos como comprar um outro motor. Aí, foi se desfacelando. Aí, também a assistência técnica também foi saindo, né? Mudou a parte de governo, né?

Sem nenhuma assistência técnica, algumas comunidades, como Rio dos Cachorros e Taim, voltaram a ter pequenas roças no quintal, por incentivo próprio ou através de apoiadores e organizações da sociedade civil para vender na Feira da Resex⁷².

⁷² Abordaremos sobre a Feira da Resex mais adiante.

A geração de empregos pelos empreendimentos é um argumento forte nas narrativas de legitimação social para sua implantação, mas os riscos impostos aos trabalhadores são frequentemente ocultados. Informações perversas – porque incompletas, distorcidas ou falsas – são divulgadas aos ameaçados e afetados por empresas e agentes do estado e seus aliados. (Rigotto; Aguiar; Ribeiro, 2018, p. 16).

Em tempos nefastos e de barbárie recrudescida, revigora-se a crença de que é possível lutar e resistir. A brava resistência dos moradores das comunidades que formam a Zona Rural II de São Luís, organizados em torno da defesa do seu território e modo de viver, consegue dissipar as nuvens pesadas de desesperança que insistem em pairar a cada vislumbre do atual estado de coisas no nosso quadro societário (Sousa, 2016, p. 32).

Conviver com eles e com elas por todos esses anos de pesquisa e de luta vivenciando, muitos momentos dos conflitos que travam com representantes dos governos, que vão se reinventando a cada época, para que a sua luta se encaminhe de tal forma que, seu modo de vida seja valorizado, respeitado por toda a população, buscando, assim, várias formas de fortalecer a identidade das suas comunidades entre elas, destacamos a Feira da Resex, onde vendem seus produtos na retomada da produção de quintal local, como mostramos nas Figuras 9 e 10.

Figura 9 - Feira da Resex Tauá-Mirim



Fonte: Arquivo do Gedmma.

Figura 10 - Pequena produção dos quintais



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Durante as incursões no território, com as observações *in loco* foi possível fazer o recorte territorial para fim de análise do conflito instalado e foi decidido, com mais contra, do que à favor, devido à necessidade de mapear os conflitos existentes em todo território.

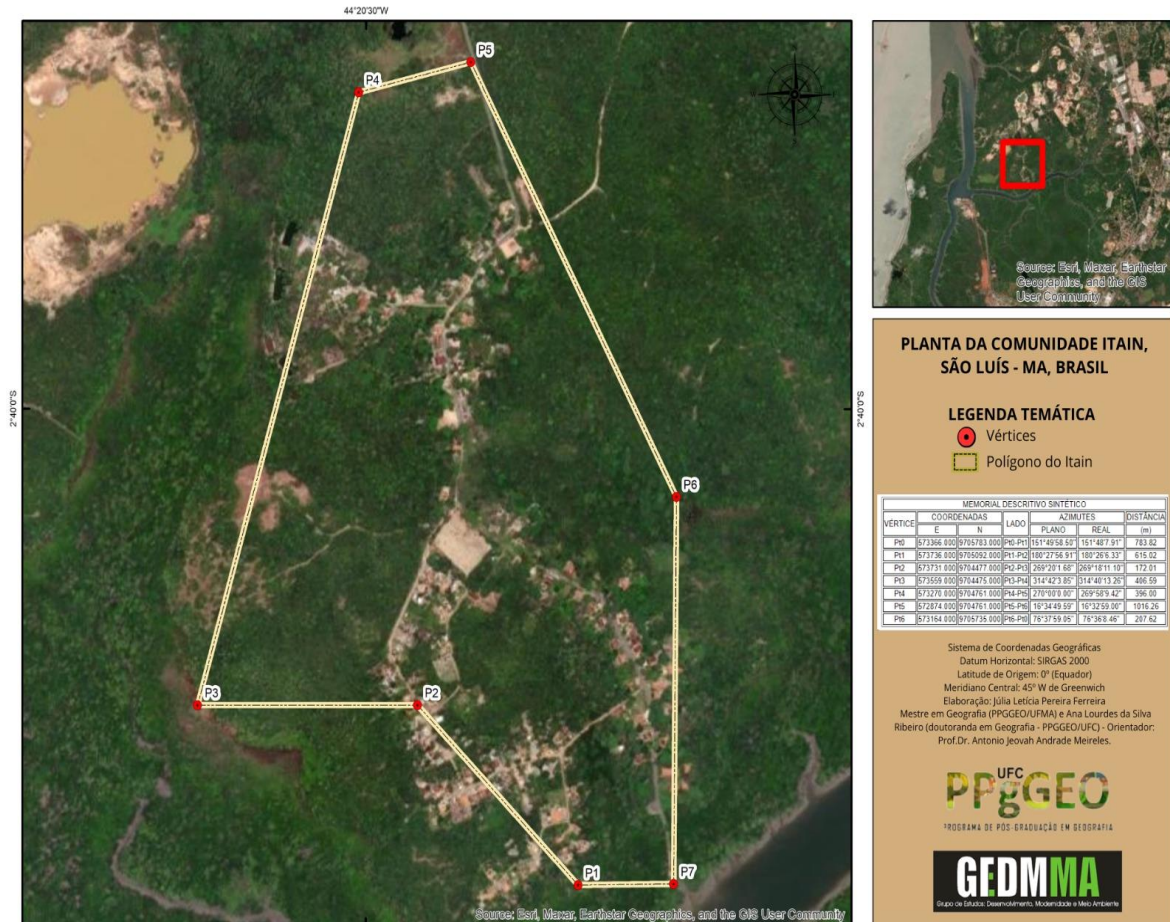
Agora vamos conhecer um pouco mais as comunidades que foram escolhidas para a construção dos mapas decoloniais.

3.2 Comunidade do Taim (Itaim)

A comunidade do Taim (115 a 130 famílias) é uma das pioneiras na luta pela Resex de Tauá-Mirim e sofre maior influência da cidade devido maior proximidade espacial com o centro urbano da Ilha de São Luís.

Ainda integram o Núcleo do Taim da Resex Tauá Mirim as seguintes comunidades: Limoeiro (4 famílias), Rio dos Cachorros (300), Porto Grande (350 famílias), Vila Maranhão (600 famílias), e Cajueiro que ainda resiste as investidas do Poder Público sobre a área e tem enfrentado muitos desafios desde o início da luta.

Mapa 3 - Mapa do Itaim



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

De acordo com o Programa de Desenvolvimento Agrário (PDA) do Governo do Maranhão, o Taim passou oficialmente à categoria de assentamento a partir de 27 de setembro de 1997, depois que o governo do estado o classificou como Área de Assentamento, através da regularização feita pelo Iterma⁷³.

No período da qualificação ainda havia a resistência do morador da Praia de Parnauçu, no entanto, em maio de 2024, devido a avançada idade do Seu Joca, hoje com 91 anos, juntamente com os filhos e filhas resolveram vender a casa para a empresa TUP Porto São Luís S.A. Gostaríamos de ressaltar a importância da resistência do Seu Joca diante de toda violência que vivenciou na luta pelo território.

A comunidade do Taim assim como as demais, vivem da pesca artesanal, da agricultura familiar e enfrentam toda a investida de agentes externos nas tentativas constantes e ameaças de deslocamento compulsório.

⁷³ Anexos A, D, E.

Segundo alguns moradores, através da História Oral, na memória dos mais velhos, nas lembranças que possuem dos seus avós, a comunidade tem em torno de 200 anos de existência, perdendo apenas para a Vila Maranhão, que possui um pouco mais de tempo de existência.

Seu Zé Reinaldo, em entrevista a Gaspar (2007, p. 35), afirmou que as ruínas existentes de construções antigas remontam ao período colonial, a citar: aquelas presentes no igarapé chamado Tanque. Essas ruínas serviam de moradia e próximo a um local que lembra um caís, que servia de carga e descarga de mercadorias e tem indícios da existência de negros no território. Seu Zé Reinaldo nos conta o seguinte:

Seu Zé Reinaldo: Olha, eu sou... a minha chegada é uma descendência, né? Porque eu sou praticamente das raízes da comunidade, né? Eu sou fruto do repovoamento há mais de...

Depois de Vila Maranhão, é a segunda ou terceira comunidade mais antiga. Então, mais ou menos, a gente estima que tem muito mais de 200 anos. E eu do repovoamento, com a história que nos conta, que aqui antes era uma aldeia, fazia parte da aldeia dos Tupinambás, aí com a vinda dos escravos para a comunidade, que na época era dominada pela Ana Jansen, que também dominava as terras daqui do Itaim. E depois que foi extinta a escravatura, os escravos vindos para cá eram os itaínos, daí então é a descendência do nome de Itaim. E com o repovoamento, Aí o nome primeiro foi Laranjal, depois passou para Taim, que é da sua descendência. E desse recurvamento eu sou da raiz da descendência, que foi uma mistura aí de escravo com índios. E eu sou da quinta geração.

Pesquisadora: Mas o seu já nasceu aqui, então?

Seu Zé Reinaldo: Já nasceu aqui. Meus tataravós, os avós tataravós, todos nasceram aqui. Sério!

Pesquisadora: E aí sobre esses processos de luta e resistência, como foi que vocês no decorrer dessa história foram resistindo e como é que vocês permanecem aqui até hoje? Se vocês têm a titularidade da terra, como é que é esse processo da luta de vocês para permanecer aqui nesse local?

Seu Zé Reinaldo: Olha, como eu também sou negro e não é por menos a gente não ter resistência, né? E assim, a minha jornada de comunidade foi uma formação de CEBs. Com meus 16 anos, eu já andava nas caminhadas de desabrigo e, para mim, foi um conhecimento muito amplo de saber lidar com comunidades. Então, com meus 16 anos, já fui presidente do time. Com meus 20 e poucos anos, já fui líder da comunidade, presidente da comunidade, que nos encorajou, porque, por um determinado tempo, que meus tios...

Chegou pessoas de bonzinho aqui, querendo tomar as terras de Itaim, e eu ainda muito novo, mas aí eu disse, olha, meu tio, a gente não vai brigar forças econômicas com a nossa, nós vamos fundar uma entidade para ganhar mais resistência. Aí com isso, eles aderiram ao meu ponto de vista, nós fundamos a União de Moradores, aí criou mais resistência para lutar contra esses poderosos. Daí, então, veio a luta pela terra, que queriam tomar. Daí, então, nós já conhecíamos o padre Fernando Levesca, que vinha para cá, para Itaim, ele junto com a CPP, CPT, na época Bia, Preta, nos ajudaram a elaborar um documento que era para uso campeão das terras e esse nós demos entrada no interno daí então já começou.”

Pesquisadora: Isso foi que ano mais ou menos?

Seu Zé Reinaldo: Nos anos 80. Já nos anos 80 Antes de começar esse processo de luta pela terra, a gente já discutia a titularização. Porque a gente viu que, nessa luta, a CDI⁷⁴, que era o órgão do Estado, também estava ao lado dos poderosos.

⁷⁴ Não conseguimos descobrir qual órgão era esse e nem ele soube explicar.

Pesquisadora: E aí, por exemplo, depois com essa ideia da luta, da formação da reserva extrativista Tauá-Mirim, vocês estiveram nessa luta e como é que foi que o senhor se juntou a essa luta, o que o senhor acha sobre a Resex?

Seu Zé Reinaldo: Olha, o que fez a gente estar eu, aí depois veio o Alberto, o Coqueiro nos deu muita força também logo no começo dessa construção de luta pela resistência, mas aí depois veio o companheiro Beto também nesse processo pegando muita experiência. Eu ficava na luta mais interna. Já o Beto ficava na luta mais externa. Então, isso foi nos dando mais força, conhecimento, e juntando força para que a gente tivesse essa resistência. Havia alguns companheiros depois na luta para titularização, porque para mim é uma titularização quando o Estado faz uma parceria com a União, pede essas terras de volta. Não foi o título que a gente sonhava, mas estilo condominial, deu para a comunidade, para a gente garantiu mais e até hoje a gente considera como título. Da terra para a gente (Relato oral, dia 04/07/2022).

Essa parte da história que Seu Zé Reinaldo contou, Beto do Taim sempre repete em vários momentos.

O Taim sempre foi uma das comunidades com maior troca econômica com as comunidades vizinhas, além de ser uma referência local em seus rituais festivos como o Tambor de Crioula e a Festa de São Benedito, que buscam manter até os dias atuais. Mais recentemente, a comunidade possui cultura forte com campeonatos de futebol feminino⁷⁵, radiolas de reggae e serestas⁷⁶. As Figuras 11, 12 e 13 são uma amostra da riqueza que há na comunidade do Taim e nos relatos orais. A convivência com as pessoas desse ambiente natural acolhedor, nos proporcionou vivenciar durante o processo da pesquisa a alegria e o forte laço com o lugar, além do sentimento de pertencimento que não aprofundaremos nessa etapa da pesquisa, por ter sido categorias trabalhadas na pesquisa anterior durante o mestrado.

Figura 11 - Representações culturais do Taim



Fonte: Arquivos seu Zé Reinaldo (Taim)

⁷⁵ O Taim possui times masculinos e femininos de futebol e seus jogos são sempre um evento e vão de uma comunidade a outra para competições.

⁷⁶ Gênero musical de origem jamaicana. As radiolas são conjuntos formados por equipamentos de som e grandes caixas amplificadas (Gaspar, 2007, p. 38).

Figura 12 - Futebol feminino e masculino no Taim



Fonte: Arquivos Leila Santos e Rosana (Taim)

Figura 13 - Cais do Taim



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Sempre foi uma comunidade com bastante produção de frutas regionais, podemos citar: juçara, buriti, cajá, manga, jaca. Essas frutas são vendidas na feira da Vila Maranhão e Anjo da Guarda e, como bem lembrou Seu Zé Reinaldo, atualmente não vendem mais como antes, por falta de assistência técnica e incentivo do governo municipal e/ou estadual.

A comunidade do Taim tem um histórico pesqueiro de grande produção. O território inteiro possui a mesma prática da pesca artesanal com as mesmas características, na parceria, na divisão, além dos cuidados com a embarcação utilizadas pelos grupos.

Devido ao grande fluxo de mineradoras no território do Taim, as grandes investidas dos empreendimentos de empresas mineradoras de areia, trazendo impactos a longo prazo, os pescadores já sentem os efeitos da mineração diretamente na pesca.

Na incursão realizada no dia 14 de outubro de 2021, fomos marcar os pontos dos limites da comunidade para a confecção do mapa e da Oficina de Cartografia Decolonial, identificando os conflitos existentes na comunidade que estão registradas mais adiante.

Seguimos o seguinte roteiro para a elaboração do mapa da comunidade, planejamos antes da ida a campo:

Quadro 3 - Pontos georreferenciados coletados em campo

1º ponto	Península do tanque – 23M - 0573559 UTM 9704475
2º ponto	Igarapé Manoel Domingo /Alto Nascente – 23M 0573271 UTM 9704399
3º ponto	Porto do Armazém – 23M 0572874 UTM 9704761
4º ponto	Limite do Taim/Porto Grande/Nascente do Pituiçu/Fenda Grande 23M 0573164 UTM 9705735
5º ponto	Limite do Porto Grande / acesso a BR 135 23M 0573366 UTM 9705783
6º ponto	Brejo do Coimbra/Limite do Território do Limoeiro 23M 0573736 UTM 9705092
7º ponto	Porto do Taim 23M 0573731 UTM 9704477

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Ao ir nos deslocando de um ponto a outro da comunidade, na coleta de dados através do relato oral, as histórias de vida iam sendo relatadas, e fomos construindo o histórico local e percebendo como as relações afetivas construídas entre si e com as comunidades no entorno são de muita solidariedade, desde as relações de vizinhança, na preparação das atividades religiosas e com os rituais que fazem parte da cultura e identidade do Taim.

É bastante comum até os dias atuais, por exemplo, os cuidados com os doentes, na troca dos turnos nas companhias hospitalares, no cuidado com as crianças, na atividade coletiva de extração e divisão de frutos como juçara e buriti⁷⁷. Percebe-se que há uma solidariedade entre moradores e moradoras, conforme nos diz Gaspar (2007):

Desde a preparação das festas, dos rituais, a troca de produtos entre si e constante circulação por trilhas e caminhos, usam e reconhecem os ecossistemas⁷⁸ e reconhecem que os mesmos são entendidos como locais de controle de sua biodiversidade e manejados de forma a manterem-se relativamente preservados e contribuindo para a sobrevivência social do grupo (Gaspar, 2007, p. 40).

Por um período de muita influência externa, muitos jovens, mulheres e homens que iam em busca de trabalho formal, em empresas, com carteira assinada, paralelo ao emprego formal tão sonhado, mantiveram as pequenas produções agrícolas familiares como complemento de renda.

Com o passar do tempo, sob a pressão externa durante esse processo de expansão das atividades portuárias, a produção local dos quintais e, até mesmo uma área que tinham de uso coletivo, não foi sendo mais utilizada, diminuindo a produção local e, após anos, sem oportunidades de trabalho e renda nas empresas ao entorno, houve um período de menor produção local, no entanto, após a pandemia de COVID 19, houve a retomada, não total, mas, parcial na produção.

Ouvir com frequência que fazer roça é sinal de atraso, que é preciso, desenvolver, evoluir, modernizar e, ainda mais, com o avanço tecnológico foi afastando algumas pessoas do contexto da pesca artesanal e das pequenas produções familiares.

Com uma dinâmica diferenciada de trabalho, nos últimos anos, devido a uma maior dificuldade em conseguir emprego formal, devido à falta da qualificação exigida, houve uma retomada na produção de hortaliças no quintal. A pesca artesanal não parou, destaca-se apenas uma menor participação dos mais jovens na atividade pesqueira, potencializando a produção local e a retomada da casa de farinha⁷⁹. Chegaram a ter quatro casas de farinha em funcionamento no Taim, ficando apenas uma e, no entanto, com a última retomada e com os efeitos da resistência, foi construída uma nova Casa de Farinha para a produção local, voltando

⁷⁷ O Buriti (*Mauritia Flexuosa*) é uma espécie de palmeira de origem amazônica, também conhecida pelos nomes de buriti-do-brejo, carandá-guaçu, carandá-guaçu, coqueiro-buriti, itá, palmeira-dos-brejos, buritizeiro, meriti, miriti, muriti, muritim, muruti. Disponível em: [http:// www.embrapa.br](http://www.embrapa.br). Acesso em: 08 jul. 2024.

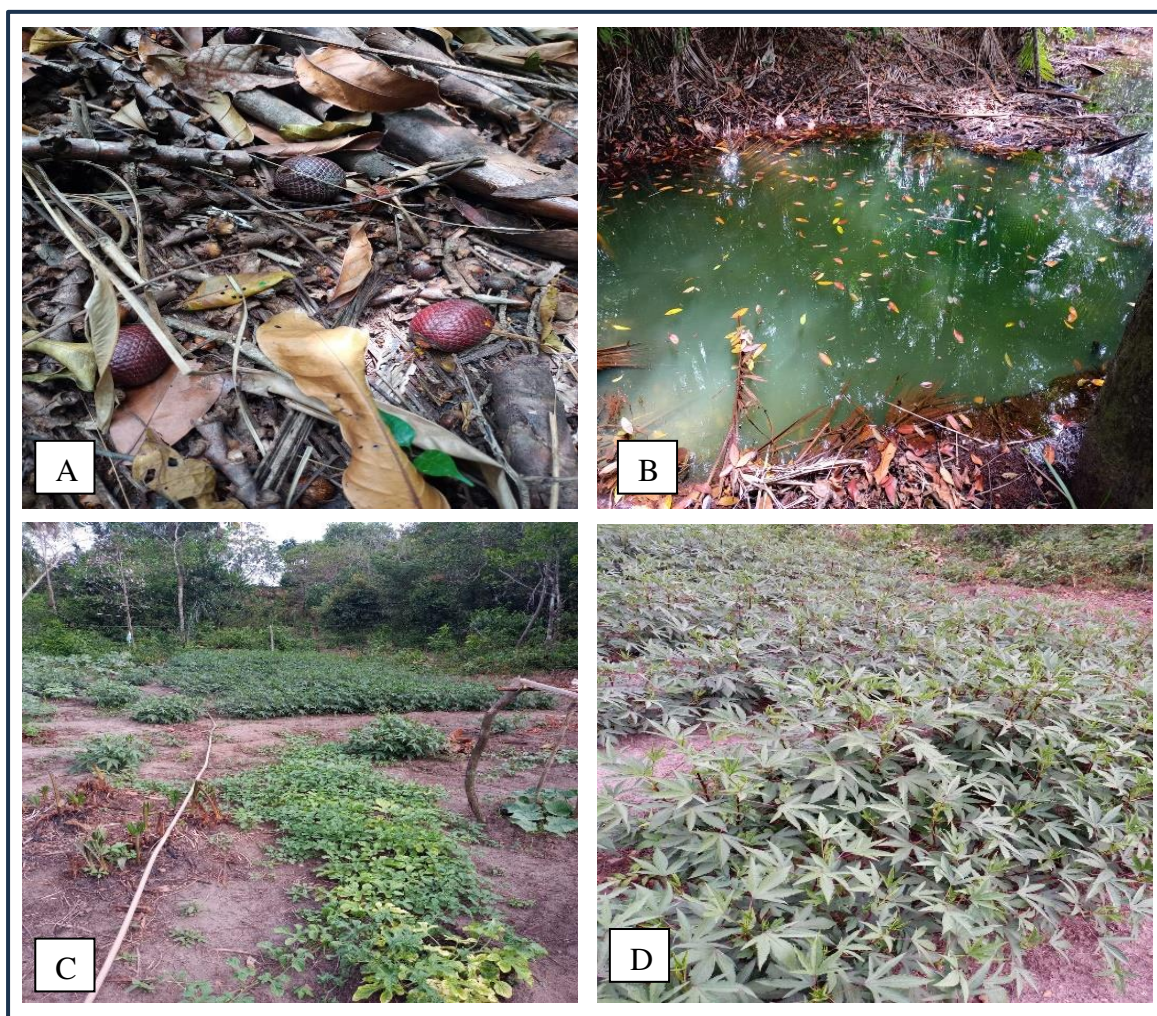
⁷⁸ A comunidade tem muitos brejos espalhados pelo território (Imagem 34).

⁷⁹ Faz parte da cultura alimentar maranhense a produção e consumo de farinha de mandioca ou farinha amarela, além de massa para beiju, prato típico local, popularizado em alguns estados como tapioca.

a se reunir novamente com mais frequência. Segundo relato dos interlocutores locais, foi um momento de muita emoção no pós-pandemia.

A Figura 14 é uma amostra da riqueza que há na comunidade do Taim, na Figura 14-A temos buritis, na Figura 14-B temos o brejo do Coimbra, na Figura 14-C temos uma roça de maxixe e na 14-D uma roça de vinagreira. Na convivência com as pessoas desse ambiente natural acolhedor pudemos vivenciar durante o processo da pesquisa a alegria e o forte laço com o lugar.

Figura 14 - Riqueza natural da comunidade do Taim



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Nas atividades de campo, relataram algumas produções locais que são para consumo familiar e foram potencializadas após a pandemia, devido ao isolamento social, pois não conseguiam se deslocar para as compras e usavam a produção local. Descreveram alguns aspectos ambientais locais que identificaram como problemas ambientais e no planejamento do

território escolheram uma área para a produção coletiva e uma outra para a construção de um terreiro de matriz africana, os quais poderão ser observados no mapa decolonial da comunidade.

Ainda através da análise dos dados coletados identificamos, apesar de todo processo de poluição e contaminação do ambiente após a implantação das indústrias no território, as atividades realizadas na agricultura familiar e na pesca artesanal com algumas produções individuais em seus quintais. Além disso, ainda buscam apoio técnico para retomar a produção coletiva no futuro.

Representantes das comunidades do Rio dos Cachorros foram no mês de abril de 2024 a uma audiência com o Secretário Adjunto de Agricultura Familiar do estado buscar apoio técnico para que possam continuar produzindo nas comunidades. Dado o primeiro passo, aguardam a devolutiva e a visita dos gestores da pasta para definir um planejamento voltado para a área.

Tipos de atividades realizadas na comunidade do Taim.

- **Na roça:** milho, feijão, macaxeira, frutíferas, vinagreira, maxixe, quiabo, ervas medicinais.
- **Tipo de peixes:** bagre, bandeirado, pescada amarela, pescada branca, arraias, gurijuba, jurupiranga, cangafã, cambel, uriaçica, corvina, sardinha, corvina go, corvina uçu, uritinga.
- **Crustáceos:** camarão, siri, ostra, sururu, caranguejo
- **Extrativismo:** juçara, babaçu, buriti, murici, urucum, palha, madeira do mangue para pequenos serviços na comunidade
- **Problemas Ambientais:** poluição dos rios, destruição das nascentes, igarapés, brejos, conflitos internos, destruição da economia local, ameaças de deslocamento.

Vamos agora conhecer um pouco mais sobre a Ilha de Tauá-Mirim

3.3 Ilha de Tauá-Mirim (Comunidade de Tauá-Mirim)

A Ilha de Tauá-Mirim⁸⁰ se insere no sistema estuarino do Golfão Maranhense, localizada na porção sudoeste da Ilha do Maranhão. A importância do Golfão para o Estado é

⁸⁰ O anexo E apresenta o documento referente a comunidade e desde quando ela tem registro. Ela está em um documento de uso coletivo que se refere ao Anexo A.

incontestável, pois serve como desembocadura dos principais rios maranhenses, favorecendo o desenvolvimento dos ecossistemas e das atividades portuárias.

Mapa 4 - Mapa da localização da Ilha de Tauá-Mirim (Comunidade)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Situadas no centro do Golfão encontram-se várias ilhas, dentre as quais se destaca a Ilha de Tauá-Mirim e a Ilha Grande ou Ilha do Maranhão.

Inserida no complexo e dinâmico ambiente costeiro do município de São Luís e situada nas proximidades do setor industrial, encontra-se a Ilha de Tauá-Mirim, cujo território é ocupado por populações tradicionais distribuídas em seis povoados que ainda conservam um modelo particular de interação com o meio, inclusive motivando estudos para a criação de uma unidade de conservação (Silva, 2012, p. 22).

A citação acima se refere à Ilha Tauá-Mirim como um todo. Já em nossa pesquisa, estamos nos referindo a uma comunidade dentro da ilha que também se chama Tauá-Mirim. A comunidade Tauá-Mirim está localizada na porção sul da ilha, que ainda possui mais cinco comunidades em sua extensão territorial. Segundo Dona Angelita, começaram a chamar todo o

território de Ilha de Tauá-Mirim com a luta pela Resex e a necessidade de trocar o nome que antes seria Reserva Extrativista do Taim e passou a ser Reserva Extrativista Tauá-Mirim, a partir de então se popularizou e toda a ilha é Tauá-Mirim.

Para quem reside na porção sul da ilha, o percurso é feito seguindo pela BR-135 até a ponte do estreito dos Mosquitos, no Bairro da Estiva, de onde se segue – de barco – até o pequeno porto da comunidade Tauá-Mirim. A viagem dura em torno de 20 minutos com pequeno barco a motor. Chegar à ilha é desafiador e ao longo do percurso nos deparamos com uma paisagem muito bonita. Uma extensão de manguezal que, a olho nu, se apresenta saudável.

Embarcamos em um domingo, às 08h rumo a Ilha de Tauá-Mirim, após muitas tentativas de marcar uma reunião pré-agendada e ampliada com as lideranças locais, moradoras e moradores, sem êxito, por motivo de falta de sinal para celular e internet. Ao chegarmos ao local, descobrimos que todos e todas haviam mudado de operadora de celular e essas enormes dificuldades de acesso à telefonia móvel e a internet, tem dificultado a participação da comunidade nas atividades de mobilização e formação política. Para comunicação, é preciso ter hora marcada para que as pessoas sigam até determinado ponto dentro da comunidade para que, assim, consigam falar com alguém externamente.

Ao atracar no cais (ou porto) da comunidade, encontramos moradores trabalhando na melhoria do acesso principal onde é realizado o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias. (Figuras 15 e 16).

Figura 15 - Acesso a Ilha de Tauá Mirim



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Figura 16 - Cais da ilha de Tauá Mirim



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A comunidade da Ilha de Tauá-Mirim atualmente possui 42 famílias, vivem da pesca artesanal e integra uma das comunidades do Núcleo Tauá-Mirim da Resex Tauá-Mirim, junto com outras cinco comunidades: Jacamim (100 famílias), Portinho (98 a 100 famílias), Embaúbal (21 famílias), Amapá (46 famílias), Ilha Pequena (5 famílias). Essa última, apesar de poucas famílias, tem um importante papel para o território, pois, é na comunidade que tem um cemitério que atende as demais, ou seja, seus ancestrais estão enterrados na parte que compõe a Ilha Pequena.

Todas as seis comunidades estão interligadas territorialmente e fazem parte do mesmo perímetro, no entanto, a Ilha de Tauá-Mirim, que dá nome a Resex fica mais distante e segundo Beto do Taim, confirmado por Dona Coleta, a maré quando cheia, constitui um arquipélago, na maré vazante torna-se uma única ilha. Dona Coleta conta que atravessa a pé a Baía de Arraial para realizar a pesca artesanal, ela tem 61 anos de idade, viúva, mora sozinha na sua casa e pratica a arte da pesca para sua alimentação.

Ainda através dos relatos orais, descobrimos que a Ilha possui 42 km de extensão, que vai da Foz do Rio Taquipé à Foz do Rio dos Coqueiros. Ainda possui o Igarapé Piticaia-Acú e Goiabeira, chegando até a Ilha de Tauá-Redondo onde realizam a arte da pesca artesanal para consumo e venda do que excede.

Moradores e moradoras da Ilha de Tauá-Mirim dependem exclusivamente do mar para chegar até o bairro mais próximo, Estiva. Para o deslocamento, a família que não tem seu próprio meio de transporte, precisa fretar um casco (espécie de canoa), a mesma utilizada para a pesca artesanal.

Apesar de todo abandono do poder público, enfatizam que, durante as campanhas políticas sempre aparecem os candidatos e candidatas que logo após período eleitoral, esquecem que a comunidade tem abrangência territorial e política de responsabilidade administrativa com São Luís.

Apesar de todas as dificuldades apontadas pelos relatos, todos enfatizam, o fato de não pretenderem sair da Ilha e ficar até os últimos dias na tranquilidade da vida rural. A tranquilidade, calma, riqueza do ambiente natural torna o ambiente muito agradável o que fortalece os laços afetivos tanto com o lugar, quanto com as pessoas que vivem no lugar.

Ainda segundo as conversas durante a incursão, foi percebida a presença de igrejas evangélicas avançando no território e não conseguimos identificar manifestações culturais locais.

A proposta de mapear os locais de conflito na Ilha de Tauá-Mirim requer uma imersão no território, saída para a pesca, identificação dos pontos, o que não foi possível realizar da forma planejada inicialmente por falta de comunicação e vários acontecimentos com o barco que sempre ajuda no deslocamento.

Os pontos do perímetro da comunidade foram marcados por Beto do Taim, conforme explicado na metodologia da pesquisa. Após vários desencontros, enfim, a Oficina de Cartografia Decolonial foi realizada somente em maio de 2024, por diversos impedimentos no deslocamento e no contato com os pescadores.

Encontramos um cenário bem diferente ao retornarmos ao território em relação a pesca artesanal. Dois dos pescadores mais experientes e que sempre foram nosso contato na comunidade, resolveram trabalhar como montadores nas empresas no entorno da área proposta para a criação da Resex Tauá-Mirim. O motivo seria a diminuição do pescado, pois, de acordo com os relatos, a quantidade que conseguem capturar não dá para comercializar como antes, “mal dá para comer”, segundo Seu Caju.

Ao contar sobre a decisão de trabalhar fora da ilha, ele e o irmão falam o seguinte:

Denis: Porque a pesca aqui de primeiro era mais fácil, o peixe era melhor. Agora tá distante, a gente tem de atravessar a Baía pra ir. A poluição aí também tá grande. Porque tudo aqui era mais duro pra gente ir. A dificuldade ficou maior, porque tava atolando muito. E o peixe também, você bota uma rede, uma rede era rápida, você pegava o peixe, pegava aí 15, 20 quilos de peixe. Onde você bota, às vezes não dá nem pra comer. Até o caranguejo hoje também, pra você tirar o caranguejo aqui, tem de ir longe. Praticamente o caranguejo daqui tá sumindo por causa da poluição. Você vai no mangue, criou um limo, uma lama em cima, que você não vê mais a casa dos caranguejos, só aquele limo em cima, verde. Tudo no mangue também, tudo se acabando. A situação da gente aqui de primeiro era boa, né?

Você ia, botava o lance de espinel quando você ia atrair o peixe, hoje você vai, pega dois, três peixes, porque a dificuldade hoje tá maior. Nós pra pegar um peixe, mais peixe aqui, tem que ir nos caranguejos, longe.

Pesquisadora: É quantos quilômetros daqui pra lá, mais ou menos?

Denis: Daqui pra os caranguejos, só de canoa pra gente atravessar A motorizado zoaio, é uma hora e vinte. Só pra atravessar. A gente, todos os meninos que estão vindo agora, só pra ir pra lá. Duas horas de motor zoando direto, correndo pra lá.

Pesquisadora: Eles foram pra Anajatuba?

Denis: É, de najatuba até Caranguejo, a gente tá indo pra Najatuba. Que fica em frente a Najatuba, que se chama Sipau. Só dá de quatro a cinco horas de relógio pra gente chegar lá.

Pesquisadora: Mas lá é o quê? Uma ilhazinha também?

Denis: Uma ilha também, que é lá pra pescar e tirar o caranguejo, que é aqui, arrancar o caranguejo. Diminui não tem, não tem mesmo, porque os que tentam miúda, a gente não pode tirar os miúdos, se a gente tirar os miúdos, depois não vai diminuir, não vai acabar de uma vez, né? Mas lá tá diminuindo. Tanto a pesca do peixe como a tirção do caranguejo.

Pesquisadora: Tu pesca desde quantos anos?

Denis: Quando eu comecei a pescar eu tinha 12 anos.

Pesquisadora: Teu pai era pescador?

Denis: Era pescador, tirador de lenha, que até hoje ninguém pode tirar mais lenha, porque o Ibama não deixa, né? Porque antes a gente vivia da lenha, que tirava a cerâmica, e hoje a pesca. Porque a lenha acabou, o demais é a pesca. E a pesca pra nós tá ficando mais difícil.

Tem que ir mais longe, que é por aqui o peixe tá... diminuiu. Porque a poluição aqui da área da Vale tá grande. E aí a gente vai...

de primeiro nós ia arrastar o camarão, não atolava muito. Hoje, você até pra arrastar o camarão, você tem que pensar de ir, porque você não consegue mais nem andar, que tá atolando muito. Você for ali na praia, onde era a praia que era dura. Você ia a calçado, hoje você não vai mais calçado porque não tem posição, a lama tá dando acima do joelho. Você não pode mais nem navegado botar uma rede, que a dificuldade pra você botar é grande, que tá tomando muito.

A gente aqui de primeiro, quando a gente não comprava peixe hoje mesmo pra comer um peixe, eu fui atrás pra comprar e não tem, porque não tem a condição de estar pescando aqui.

Pesquisadora: Aí quer dizer que diminuiu muito essa produção de peixe?

Denis: A produção do peixe, do caranguejo aqui diminuiu muito.

Aí quando vocês precisam, agora vocês têm que comprar.

Tem de comprar. Tem de comprar que aqui é produção de peixe mesmo.

Pesquisadora: E tu estavas me dizendo que tu tá trabalhando agora de carteira assinada, né? E aí eu queria saber por que que tu achas que é mais vantagem tu trabalhares mesmo ganhando pouco? Como tu disseste. Mas qual que é a vantagem que tu vê em relação a pesca?

Denis: Pra trabalhar, porque a gente tem um seguro, a gente pode, no caso, se a gente adoecer, pode ir pelo sindicato, pode ir... Até isso tá mais difícil também, que é se você adoecer na empresa, eu vou te mandar pro sindicato. Você vai dar entrada no sindicato, você não tá mais nem conseguindo. Que a dificuldade tá grande.

Lá nós tem um trabalhador que ele caiu, faxou o braço. Hoje não pode nem trabalhar, vou jogar ele pro sindicato, ele já tá até pensando não entrar, porque vai pro INSS, joga ele pro INSS, chega no INSS, O INSS está recusando. A vontade é a gente pescar, que a gente ganha mais. Mas por outra parte, eu mesmo aqui eu não pago o sindicato. Nunca paguei.

Pesquisadora: Denis, caso tenham um investimento em relação a teus petrechos, de pesca, tu acha que consegue melhorar a tua vida? Por exemplo, organizando a tua vida sindical, de profissional de pesca, que vocês conseguiriam viver melhor?

Denis: Com certeza, porque a gente já não tava trabalhando com os outros, né? Porque às vezes a gente, em empresa, a gente tem de... a gente sofre cada uma de ação, a gente tá lá porque a gente precisa. Se a gente não precisasse, eu não estaria.

Como eu estou dizendo, eu estou lá porque eu não sou cadastrado na colônia e não tenho, às vezes, todo o material de pesca, que tudo é caro. (Relato Oral em 12/07/2023).

Esse diálogo, feito simultaneamente com dois pescadores experientes e depois reforçado pelo terceiro pescador, tem dados para uma análise sobre a pesca e a dependência do ambiente natural para sua atividade laboral conforme ressalta muito bem Diegues (2008).

“Na verdade, existe uma combinação necessária de isolar socialmente os trabalhadores das várias comunidades tradicionais da zona rural, para invisibilizá-los ou eliminá-los, inclusive com ausência de políticas públicas por parte do Estado” (Arcangeli, 2024, p. 26).

Descreveram os perigos da pescaria na área da Ilha de Tauá-Mirim devido à distância até outro município fora da Grande ilha e que passam em torno de três semanas e que, às vezes, a família fica sem saber notícias.

Para trabalhar na empresa como montador, os pescadores relataram que exercem outras funções de trabalho braçal, mas não podem dizer nada porque precisam do salário. Além de precisar mudar da Ilha para o bairro da Estiva, já que os filhos adolescentes precisam de escola, e na ilha só funciona até o quarto ano do Fundamental menor e em turmas agrupadas. Quando as crianças completam 10 anos, os pais se mudam para a Estiva, vindo passar apenas o final de semana na ilha.

Outro problema identificado, devido a necessidade de trabalho, devido a dificuldade com a pesca, que não rende mais um salário mensal e que permita que eles mantenham suas famílias, é a violência urbana vivenciada no bairro da Estiva, com as brigas de facções em disputa pelo território e os jovens são vítimas do assédio para integrar grupos faccionados.

Ficam presos dentro de casa, com horário para se recolher, gerando insegurança e medo. Muitas vezes, os jovens não querem mais estudar para poder ficar na ilha que tem muito mais liberdade e tranquilidade, gerando, assim, grande preocupação para os pais.

Na Ilha de Tauá-Mirim atualmente ficam apenas os mais velhos durante a semana, no final de semana, voltam os pais com seus filhos para a Estiva. Fatos como esses relatados desfazem também os laços de compadrio e amizade no território, além da dificuldade de se deslocar para outros lugares, pois, tudo é feito de barco.

Tudo indica que a poluição que chega na Ilha de Tauá-Mirim é ocasionada pelas empresas Vale e Alumar, e a atividade industrial dificulta a produção das famílias em situação de maior vulnerabilidade, devido a impossibilidade de trabalho e renda.

De acordo com Sant’Ana Júnior *et al.* (2020, p. 22), as ações de efeitos nefastos de atividades econômicas como encontramos na área em questão, afetam o modo de vida das comunidades (Acsehrad, 2004). Os conflitos podem tanto se manter pelo acesso e uso dos recursos naturais, pelo controle do território ou mesmo pelo uso de produtos químicos utilizados nos processos vinculados à industrialização e mineração, como é o caso específico dessa área da pesquisas, passa a ter uma dimensão de conflitos por distribuição de externalidades, ou seja, conflitos em torno de situações em que devido seus efeitos, “[...] o desenvolvimento de uma atividade comprometa a possibilidade de outras práticas se manterem” (Acsehrad, 2004, p. 25).

Sob a égide dos mercados e trocas globais, a mercantilização da natureza estabelece novas formas de se relacionar com a água, com os territórios de comunidades e povos tradicionais (Porto-Gonçalves, 2006). E no caso dos pescadores artesanais, os mesmos são abandonados pelo estado brasileiro sem acesso às políticas públicas e manutenção da vida. Esse é um dos principais motivos detectados a partir da análise de todas entrevistas e conversas realizadas, em não se manter mais a tradição geracional que essa atividade apresenta historicamente.

No ano de 2011, quando iniciamos as idas a Ilha de Tauá-Mirim havia grande produção de polpas de frutas feita pelas mulheres e complementava a renda familiar. Dona Paula e Dona Angelita relataram no dia 03/10/2021 que, nos últimos cinco anos, as frutas não estão desenvolvendo e a produção diminuiu bastante, acreditam que seja da poluição vinda da Alumar.

Narraram também que o local de pesca próximo, na beira da praia, está atolando devido a dragagem que a empresa faz para que grandes navios atraquem e que, por esse motivo, houve uma enorme diminuição na extração de siris e caranguejo, fazendo com que tenham que ir mais longe, principalmente a Dona Coleta que já é idosa e acostumada ir pegar a sua alimentação próximo de casa. A falta do acesso ao recurso pesqueiro e de renda põem em risco a saúde da comunidade e a soberania alimentar.

Nos últimos anos, as árvores têm apresentado alguns sintomas de doenças, que ainda não sabem do que se trata, mas, acreditam que seja da poluição da Alumar e dificulta a produção para a venda, por esse motivo não conseguem produzir as polpas de frutas como faziam anos atrás. Conforme pode ser observado na Figura 17.

Os dados coletados através da análise das entrevistas realizadas na comunidade foram os seguintes:

Figura 17 - Plantas com frutos e folhas doentes na ilha de Tauá-Mirim



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Descreveram através das entrevistas a produção em pequena escala e a diminuição dos recursos pesqueiros e, diante das dificuldades de produção da polpa de frutas, ainda conseguem produzir e encontrar algumas espécies de peixes, crustáceos no local de moradia. Destacamos que a soberania alimentar de todo território está ameaçada pelo modelo minero-industrial implantado na Ilha de São Luís. Se comparada coma a produção do Taim, pode-se perceber que a produção é a mesma em todo território.

- **Na roça:** milho, feijão, macaxeira, frutíferas, vinagreira, maxixe, quiabo, ervas medicinais.
- **Tipo de peixes:** bagre, bandeirado, pescada amarela, pescada branca, arraias, gurijuba, jurupiranga, cangafã, cambel, uriaçica, corvina, sardinha, corvina go, corvina uçu, uritinga.

- **Crustáceos:** camarão, siri, ostra, sururu, caranguejo
- **Extratativismo:** juçara, babaçu, buriti, murici, urucum, palha, madeira do mangue para pequenos serviços na comunidade
- **Problemas Ambientais:** poluição dos rios, destruição das nascentes, igarapés, brejos, conflitos internos, destruição da economia local, ameaças de deslocamento.

Mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas até para a mobilização em defesa do território, sem conseguirem estar junto a outras lideranças, há um forte sentimento de permanência no lugar e, devido esse isolamento, não sentem as ameaças do deslocamento e a pressão das empresas tão forte como a comunidade do Taim que fica mais próxima do centro urbano e suas lideranças mais conhecidas pela atuação e luta.

4 A CARTOGRAFIA DECOLONIAL EM DEFESA DO TERRITÓRIO PARA REEXISTÊNCIA DIANTE DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

Nos desafiamos a realizar a cartografia decolonial das comunidades Taim e Tauá-Mirim, comunidades reconhecidas e autodeclaradas “comunidades tradicionais”, por manter a tradição da arte da pesca e a agricultura de pequena escala.

A instabilização das formas socioterritoriais com a liberação das economias, nos últimos anos, impulsionou o surgimento de uma nova linguagem representativa para grupos e comunidades (Acselrad, 2010).

Na aritmética política e na história do ser humano, a cartografia sempre foi instrumento de poder e apropriação acerca da utilidade do território.

À formação dos Estados Nacionais, acompanhou-se de uma vontade afirmada de centralização e de unificação de informações, sejam, estatísticas, sejam cartográficas, que não deixava espaço para a iniciativa e a experimentação locais (Acselrad, 2010, p. 12).

Pensar na cartografia nos remete a uma parte da ciência geográfica ligada ao poder, ou seja, historicamente Cartografia e Geografia sempre estiveram juntas (Rizzatti *et al.*, 2022, p. 10). As mudanças no mundo no final do século XX, trouxeram a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), permitindo que muitas pessoas, de modo geral, tenham acesso aos diversos recursos tecnológicos como microcomputador e smartphones, popularizando a utilização de mapas através dos aplicativos (app), a citar, Google, Waze, Maps.me. Estes funcionam como modo de navegação, com o uso de sistemas de satélites artificiais, como a constelação do Sistema de Posicionamento Global (GPS) ou do sistema de Navegação Global via Satélite (Glonass) (Rizzatti *et al.*, 2022, p. 22).

Mas, a TIC é um acontecimento mais recente, enquanto a cartografia é atividade praticada pela humanidade desde os primórdios, basta lembramos os registros encontrados de diferentes povos em todo mundo, que retratavam como percebiam e sentiam o ambiente. No entanto, não podemos falar de cartografia, metodologias participativas que foram surgindo após o avanço tecnológico sem fazer uma breve alusão aos processos que nos encaminharam até esse momento na sociedade. Já que adjetivamos a cartografia que apresentamos como resultado dessa pesquisa como decolonial, se faz necessário essa breve análise contextualizando o processo histórico até a participação de pessoas na construção da Cartografia Decolonial dos Conflitos Ambientais na Zona Rural II da Ilha de São Luís no Maranhão.

4.1 Por uma Cartografia Decolonial das Comunidades Taim e Tauá-Mirim

Os diferentes grupos sociais, a destacar nessa tese, povos e comunidades tradicionais, desenvolveram ao longo do tempo e na relação com o meio natural suas “cartografias” próprias do lugar, a partir de suas experiências e lidas com a terra e com o mar, no caso das comunidades em questão.

Nesse sentido, potencializar esses conhecimentos, estimular a expressar o que sabem a partir das suas experiências cognitivas não foi tarefa fácil a ser construída. Um facilitador, nesse caso, é a nossa inserção nas comunidades e uma relação estabelecida de respeito e confiança. Essas comunidades representam uma parte da população esquecida pelo poder público e sentem uma insegurança natural diante de todo processo desgastante da luta enfrentada contra os avanços do capital financeiro e político local.

Para fundamentar tal afirmação, seguem os dados levantados durante a pesquisa ao que tange a escolaridade, encontramos os seguintes dados sobre os moradores da área da Resex Tauá-Mirim: 31,97% não frequentaram a escola; 50,82% possuem o Ensino Fundamental incompleto; 6,55% concluíram o Ensino Fundamental; 5,74% ingressaram no Ensino Médio; e 4,92% concluíram o Ensino Médio (Costa, 2017, p. 51).

Ao recorrer aos dados coletados em caderno e diário de campo, resgatamos uma fala de uma das lideranças da comunidade do Taim, Rosana Mesquita, popularmente conhecida como Rosana do Taim, atualmente Conselheira Tutelar da Zona Rural II. Segundo Rosana, uma das maiores lutas enfrentadas pelo Conselho Tutelar é a busca por escolas públicas para as crianças e adolescentes da área.

Outro aspecto relevante que Rosana sempre levanta é que, ao serem encaminhados para escolas na área urbana, a mesma não atende aos requisitos de conteúdos que auxiliem na valorização e empoderamento das crianças e jovens para a valorização do espaço rural, pelo contrário, há uma difusão nas escolas sobre a importância das indústrias locais e, em muitas delas, as empresas realizam trabalhos em educação ambiental enfatizando que as empresas estão ambientalmente seguindo as normas e legislação vigente, fato que não condiz com a realidade vivenciada pelas comunidades.

Feitos esses primeiros esclarecimentos, destaca-se que 9 dos 10 pescadores artesanais entrevistados, não despertaram ainda no sentido de entender as ameaças que os cercam. Os 3 mais envolvidos na luta, que participam de formações políticas e reuniões sistemáticas, conseguem verbalizar com mais habilidade de se expressar em público, levando os dados reais a partir de suas realidades locais.

Desta feita, são mais passíveis de não perceber tal violência vivenciada, no sentido de não terem expressado oralmente, durante todo processo de levantamento dos dados para essa pesquisa, as ameaças externas. Percebem mais diretamente e expressam isso, no trabalho laboral na faina pesqueira, a ameaça às suas vidas e ao modo de viver através dos impactos encontrados no ambiente natural e a diminuição do quantitativo pesqueiro ao longo dos anos.

Nesse sentido, potencializar esse conhecimento que os pescadores artesanais adquiriram com a experiência, tendo a base geográfica é possibilitar novo olhar, partindo de novas perspectivas sobre o lugar em que vivem e que, em sua maioria, são invisibilizados por gestores e políticos locais.

Construir a Cartografia que apresente o território com a sua diversidade de uso para a comunidade, a partir da visão de quem mora no lugar, com planejamento coletivo, áreas definidas para moradia para filhos, filhas após constituírem as suas próprias famílias, local de produção coletiva, área de preservação de espécies nativas, tudo identificado nos possibilita pensar nesse lugar com uso que não seja para o capital internacional, que possa abrir os caminhos que nos possibilite entender que o conhecimento/aprendizagem tem caminhos diferentes e se dá de variadas formas.

As imposições da ciência cartesiana trazem modelos prontos a serem seguidos para fins de demonstrar o domínio ou maior proximidade de temas específicos.

É desafiadora a proposta da cartografia decolonial a partir de uma população que, sequer possui o direito de escolher viver o modo de vida deixado por seus ancestrais, além da falta de acesso à educação de qualidade que é um dos direitos garantidos a todas e todos pela Constituição Federal de 1988⁸¹.

É preciso, então, compreender que a Cartografia Decolonial não rompe com os aparatos e elementos essenciais da cartografia oficial (Neves, 2020, p. 92). Aqui nos dedicaremos a buscar uma conexão entre a cartografia, os conhecimentos locais e o tema decolonial. Para tanto, há a necessidade de abordar a colonialidade, a decolonialidade e os conhecimentos da Cartografia.

Vamos, então, relacionar esse processo com a colonização do Maranhão passando brevemente por algumas etapas dos movimentos feitos na sociedade até chegar na construção coletiva do mapa decolonial das comunidades.

⁸¹ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo>. Acesso em: 08 jul 2024.

4.2 Uma breve abordagem sobre o Pós-Colonialismo

O termo pós-colonialismo é o processo histórico posterior a descolonização do, então chamado, Terceiro Mundo (Ballestrin, 2013, p. 89). A teoria Pós-colonial tem sua gênese nos estudos culturais e literários e toma corpo ao abordar e analisar as relações e tensões entre os países de centro e periféricos (Neves, 2020, p. 57).

O Pós-Colonialismo nasce do movimento de independência e busca pela identidade e matriz dos países dos continentes asiático e africano (Ballestrin, 2013). Temporalmente, tal ideia refere-se, portanto, à independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo.

As transformações de ordem social, política e econômicas, decorrem também dos acontecimentos pós Segunda Grande Guerra que trouxe consequências diretas à geopolítica mundial, culminando nos processos de independência das colônias.

O pós-colonialismo pode ser explicado pelas referências variadas de opressão, que possibilitam a compreensão da relação entre colonizador *versus* colonizado, pode ser entendido como um movimento político/intelectual e interdisciplinar, devido à natureza da composição com autores provenientes de países centrais e periféricos (MAMA *et al.*, 2015 *apud* Neves, 2020, p. 58).

Todas essas transformações trouxeram novas reflexões ao campo teórico da ciência e não ficaram apenas no âmbito geopolítico. A ciência geográfica passou por esse processo com novas concepções, saindo do positivismo para a fenomenologia.

A partir de então, desdobram-se novos conceitos, saindo da centralidade dos países tidos como de Terceiro Mundo, ou dito países subdesenvolvidos, através de novos conceitos, surge a teoria decolonial e as novas possibilidades da cartografia social e os seus desdobramentos oriundos de países cujas populações nunca foram ouvidas e reconhecidas com cientistas.

Os estudos pós-coloniais trazem então de autores de diferentes lugares, com obras embrionárias na perspectiva Pós-colonial, ampliando a discussão a partir de posições que se contrapõem ao pensamento hegemônico ocidental.

O palestino Edward Said (*Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente*, 1978/2003) representa um marco nos estudos pós-coloniais ao possibilitar que sejam conhecidas as diferentes faces políticas e ideológicas que serviram para novas bases curriculares articuladas em diversas áreas do saber: Antropologia, Política, Sociologia, História e Geografia. Said (1995, p. 141) considera que:

Todas as culturas tendem a elaborar representações culturais estrangeiras a fim de melhor dominá-las ou de alguma forma controlá-las. Mas nem todas as culturas fazem representações de culturas estrangeiras e de fato as dominam ou controlam. Este é o traço distintivo, ao meu ver, das culturas ocidentais modernas. Isto exige que o estudo do conhecimento ou das representações ocidentais do mundo, não europeu, seja um exame tanto dessas representações quanto do poder político que elas expressam.

Surgem, assim, diversas possibilidades de discutir na perspectiva Pós-Colonial, trazendo uma gama de saberes e experiências que saem do colonizador para o colonizado de forma impositiva, abrindo caminhos e conhecimentos que ampliem a visão de mundo e como ser e estar nele pode ser e é, de uma variedade imensurável.

Após a ciência apresentada em novas vertentes do Orientalismo e o surgimento de várias perspectivas do conhecer, Quijano (2005) aborda o eurocentrismo a partir do entendimento que a elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva do conhecimento e o modo de produzir esse conhecimento demonstra o caráter mundial do poder: Colonial/Moderno, capitalista e centrado.

Essa análise de Quijano, possibilita que façamos uma compreensão de como o poder vai se estruturando e impondo as suas ideias, normas, visões de mundos muito diferentes do que vivenciamos aqui no Maranhão ou até mesmo no Brasil. Esse modelo de modernidade baseada no eurocentrismo difundido pelo pensamento eurocentrado está totalmente fora do padrão vivenciado nas comunidades rurais, mesmo em pleno século XXI.

Ainda no contexto da construção desse pensamento Pós-Colonial, surgem várias análises de autores a partir dos seus próprios questionamentos e formas de ver o mundo, podemos citar: Hibridismo cultural (Bhabha, 1994); Identidades (Hall, 2005); chegando a Boaventura dos Santos com seu olhar voltado para as relações Norte e Sul e a reinvenção da emancipação social, propondo uma ruptura com esse modelo eurocêntrico.

A partir desse momento, conseguimos fazer uma relação dos autores que até aqui precisamos ler para entender o Pós-Colonial. Ao chegar nessa desconstrução e ruptura que Boaventura nos propõe, começamos a visualizar a possibilidade de fazer ciência e pesquisa com o olhar voltado para a nossa realidade do estado do Maranhão e na Zona Rural II da Ilha de São Luís.

É quase impossível, não usar a referência que Boaventura Santos compartilhou conosco nesse olhar, a partir da necessidade de romper com estruturas de imposições e fazer pesquisa a partir das epistemologias do Sul.

Para tanto, as epistemologias do Sul, de maneira horizontal e não verticalizada, lançam luz sobre as mais variadas formas de conhecimento em todo o mundo (Neves, 2020, p. 63).

Na América Latina, os estudos pós-coloniais se organizam no Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)⁸², que abrigava os estudiosos: Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Fernando Caronil, Immanuel Wallerstein, Nelson Maldonado – Torres, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez, Walter Dignolo, Zulma Palermo, entre tantos e que, no desenvolver de suas pesquisas, nos auxiliam a refletir acerca dos conceitos “descolonialidade”/Decolonialidade, “Colonialidade do Poder”, “Colonialidade do Saber”, “Diferença Colonial” e “Trans- Modernidade”.

Entretanto, vejamos, se assim for, e julgamos que seja, a maioria absoluta dos autores dos estudos pós-coloniais e decoloniais, sobretudo daqueles membros do Grupo MC, também são eurocêntricos na mesma medida que os anteriores, uma vez que suas cabeças foram feitas pelas mesmas bases epistêmicas e eurocêntricas mediadas pelas línguas colonizadoras (inglês, francês, alemão, espanhol, português) e nas mais “respeitadas” instituições acadêmicas das metrópoles imperialistas/coloniais europeias e estadunidenses (Mendonça, 2019, p. 71).

Para Quijano (1992, p. 11) a colonialidade seria a continuidade da mesma dominação colonial, e surge ou afirma-se após a “destruição” do colonialismo, com as supostas “descolonizações” dos povos colonizados desde o final do século XV, em um contexto de um novo imperialismo.

Repensar a questão do colonialismo e seus impactos herdados pelos colonizados, traz à tona duas fundamentais correntes teóricas que acionaram os debates no meio acadêmico internacional desde a década de 1980: a teoria pós-colonial e os estudos subalternos. Estas duas perspectivas teóricas, destacam o resgate da história, do ser e do saber do sujeito subalterno em sua luta por autonomia e emancipação política, cultural, intelectual e socioambiental. Logo, permitem demarcar o espaço da subalternidade no campo dos discursos reproduzidos nas sociedades contemporâneas, cuja orientação epistemológica apresenta forte inclinação para reafirmação do poder/saber da colonialidade/modernidade e sua herança até os dias atuais (Neves, 2020, p. 66).

Entendemos, então, que existe um consenso nos estudos pós-coloniais é que permanecem a exploração e expropriação colonial, inclusive material e econômica, até hoje (Dignolo, 2003, 2005, 2008, 2010; Grosfoguel, 2008; Dussel, 2005; Lander, 2005b; Quijano, 1992, 2005; Wallerstein, 1992, entre outros).

“Dizer que se destruiu o colonialismo é o mesmo que afirmar que, em alguma medida, se superou as violências, os saques, os controles das populações, a expropriação dos territórios e dos recursos de milhares de comunidades espalhadas pelo mundo a fora” (Mendonça, 2020, p. 79).

⁸² Sobre o tema e sobre o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), as principais referências acadêmicas podem ser encontradas em: Escobar (2003), Castro-Gomez e Grosfoguel (2007), Grosfoguel (2008), Souza Silva (2008), Ballestrin (2013).

Corroboramos com esse olhar para expressar o que acompanhamos em nossa pesquisa de doutoramento. Comunidades à mercê do sistema político e econômico que tem priorizado o desenvolvimento econômico e negligenciado vidas.

4.3 Grupos Subalternos uma breve abordagem

[...] as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante (Spivak, 2010, p. 14).

A inspiração da indiana Gayatri Chakravorty Spivak nos permite uma reflexão sobre os termos subalternos. Se formos observar na sociedade, quem são os subalternos? Na sua concepção e reflexão é de que subalterno não quer dizer que não consiga ou possa falar, e sim, aquele por quem outras pessoas falem por eles e elas.

Emerge a problemática do “re-presentar” ou “falar em nome de”, a partir de uma lógica imperialista, hegemônica, capitalista e excludente, a qual o mundo se guiava _ pelas perspectivas do colonizador em detrimento as do colonizado, não lhe dando “permissão para narrar” e produzir-se intelectualmente a partir de suas próprias orientações_. Partindo da crítica intelectual ocidental e da problematização do sujeito subalterno feminino, as obras de Spivak ganham destaque por questionar a prática discursiva intelectual pós-colonial, discutindo situações de silenciamento e opressão subalterna (Neves, 2020, p. 67).

De acordo com o pensamento decolonial as universidades latino-americanas recebem essa perspectiva epistemológica a partir dos subalternos. Tal movimento critica a hegemonia epistêmica ocidentalcentrista, um outro momento importante no resgate as identidades diversas do mundo.

Essas abordagens centradas em experiências apenas de uma parte do mundo, não dizem sobre o que vivem e precisam outras sociedades. Surge uma etapa do desenvolvimento da mentalidade de que outras realidades precisam ser narradas e apresentadas a partir de outras perspectivas.

Ao afirmar haver uma única ontologia epistemológica, naturalmente, segregam culturas, saberes, doutrinas, instituições, é preciso ampliar os estudos e torná-los mais críticos e que possa chegar em outros lugares, regiões, pessoas. Tal experiência trará novas formas de fazer ciência e novas experiências a partir de olhares que não sejam apenas do centro do mundo.

4.4 Grupos Latino-Americano de Estudos Subalternos

Brevemente abordando esse debate que surge no movimento pós-colonial, apenas para não deixar de ressaltar a importância de tais reflexões que surgem exatamente de povos que se sentem à margem das pesquisas acadêmicas. Esse movimento chega à academia norte-americana, através do Grupo Culturas Estrangeiras (Foreigner Culture), abrindo outras portas para estudos culturais:

Na tentativa de “encaixar” as peças dessas teorias no caso específico da América Latina, sentiram a necessidade de buscar maior aproximação da realidade das Américas por meio de nova problematização e repolitização das teorias, direcionando-as ao contexto latino-americano (Neves, 2020, p. 68).

Entra em cena a, então, Colonialidade do poder no final da década de 1990, através de Quijano e Mignolo, inspirados pelo grupo de Estudos Asiáticos de Estudos Subalternos, mas voltando sua atenção para a América Latina, suas histórias e diversas subalternidades.

O Grupo Latino deu ênfase na sua construção epistemológica com base em Foucault, Derrida, Gramsci e Guha, e gerou muitas críticas que interferiram para que o grupo ficasse dividido, entre uns, que “defendiam uma libertação das amarras eurocêntricas e ruptura com a hierarquia epistêmica ocidental” (Neves, 2020, p. 69)⁸³.

Feita essa brevíssima narrativa do trajeto percorrido até que as discussões acerca da Decolonialidade chegassem ao Brasil, é importante ressaltar a dificuldade em nossas mentes colonizadas por modelos coloniais de encontrar de que forma chegar em comunidades extremamente violentadas, desde o esquecimento da sua existência nos mapas apresentados pelos gestores locais, até, na prática, quando procuram os órgãos públicos de controle e fiscalização ambiental, para que busquem resolver os problemas ambientais que enfrentam devido ao crescimento econômico de elites maranhenses que se perpetuam no poder, na maioria das vezes, passados de pai para filho, com outras realidades de vida muito diferente das que vivem essas comunidades.

Esse pensamento colonial persiste, desde o momento que não levam em conta o modo de vida das comunidades e que, no discurso de modernidade, os consideram atrasados, Como falar em atraso, com uma pequena parcela da população que consegue preservar uma parte do ecossistema manguezal e ajuda a manter os igarapés e brejos que fazem parte das suas vidas?

⁸³ Sérgio Leandro Sousa Neves em sua tese: Cartografia Decolonial Catruama, 2020 elaborou quadros de autores do Grupo Modernidade/Colonialidade e outro com autores brasileiros que ele considera Decolonial.

Nesse contexto, propomos a construção da Cartografia Decolonial de duas das doze comunidades que lutam pela criação de uma Unidade de Conservação como forma de proteção territorial.

A influência de Paulo Freire em nossa vida de profissional da educação proporcionou a ida ao território sempre pronta para aprender, a partir da visão de mundo que encontramos na Zona Rural II de São Luís. Uma das obras que mais nos influenciou para essa pesquisa, sem sombra de dúvida, é a Pedagogia do Oprimido (Freire, 2005) ao fazer uma análise dessa “estrutura opressora” quem impõe aos países latino-americanos o domínio do, então, imperialismo estadunidense, sem que leve em conta as histórias e vidas dos homens e mulheres de comunidades e povos tradicionais.

4.5 A Cartografia Decolonial na construção da justiça ambiental em defesa do território pesqueiro

O Mapa 5, vamos ousar em dizer, que é o primeiro resultado da nossa pesquisa. Esse mapa foi construído de forma coletiva. Fruto de muitas idas e vindas, interlocuções variadas até conseguirmos chegar a esse resultado. Coletados dados, analisados sobre o olhar atento de Beto do Taim que não deixava um detalhe sem sua participação e análise dentro da sua experiência de vida no território.

Identificamos os conflitos existentes na área de estudo. Para tal, foram necessárias uma imersão nas atividades de campo e uma longa interlocução com pescadores, moradoras e moradores das comunidades. O processo construtivo a partir da HO foi de uma grandeza nos detalhes que acreditamos não ter conseguido expressar na escrita.

Realizar essa construção em uma ótica decolonial, a partir da geografia é, sem sombra de dúvidas, uma oportunidade ímpar.

Mapa 5 - Mapa Decolonial da Resex Tauá-Mirim





 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA -

 PPGGEO/UFC

Título da Tese: "A MARÉ NÃO ESTÁ PRA PEIXE, NEM PRA PESCADOR": cartografia decolonial dos conflitos ambientais na área proposta de criação da reserva extrativista de Tauá-Mirim em São Luís - MA

Discente: Ana Lourdes da Silva Ribeiro

Orientador: Prof.Dr. Antonio Jeovah Andrade Meireles.



Legenda

<p>Empreendimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> Área de Compensação Ambiental Armazéns e Estocagem Combustíveis e Lubrificantes Construção Civil e Engenharia Envasadora de Água Mineral Escritórios Administrativos Estação de Tratamento de Efluentes Estrutura Hoteleira Estrutura Hoteleira Extração de Areia Fertilizantes Fornecedor de Gases Industriais Indústria de Bebidas Indústria de Tintas Inspeção Veicular Logística e Inspeção Veicular 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção Ferroviária Manutenção Industrial Matadouro Metalurgia Porto Privado Proposta de novos empreendimentos Residencial MCMV Serviços Ambientais Siderurgia Soluções em Serviços Tanque de Rejeitos Transportes Marítimos Transportes Terrestres Não identificado
<p>Pontos Relevantes para as Comunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> Comunidades Cemitérios Roça Poço Entrepasto pesqueiro Porto Comunitário Quebra de coco babaçu Campo de Futebol Praia Captação de Água para Consumo Humano 	<p>Conflitos Socioambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> Comunidades expulsas Cemitérios destruídos Local de pesca perdido Navio carregado com 200 mil toneladas de bauxita em 19.02.24 Derramamento de óleo Dragagem 24h x 7 Descarte de resíduos do matadouro
<p>Convenções Cartográficas</p> <ul style="list-style-type: none"> Proposta de Resex Tauá-Mirim original (16.673 ha) Proposta de Resex Tauá-Mirim atual (17.556 ha) 	

Sistema de Coordenadas Geográficas

 Datum Horizontal: SIRGAS 2000

 Latitude de Origem: 0° (Equador)

 Meridiano Central: 45° W de Greenwich

 Fonte: Dados da Pesquisa (2023) e ICMBio (2023)

 Elaboração: Júlia Letícia Pereira Ferreira e Ana Lourdes da Silva Ribeiro



Fonte: Arquivo pessoal da autora

A Geografia não é uma ciência simples. A Geografia não é a ciência da paisagem, do espaço como notícia efêmera (Silva *et al.*, 2014, p. 24). No entanto, a possibilidade de fazer uma pesquisa geográfica pautada na interlocução intensa com as comunidades e pescadores artesanais possibilitou um resultado amplo da situação de conflito encontrada.

Pensar na Geografia que apenas tem o papel de descrever lugares e paisagens não condiz com a grandeza dessa ciência que, amparada nas metodologias mais interativas e participativas, alcança um resultado que apresenta a realidade vivenciada pelos interlocutores considerando que, na maioria das vezes, os órgãos do Poder Público ainda não apresentam os dados que beneficie a população local.

O conflito instalado na Zona Rural II de São Luís tem se acentuado nos últimos anos devido a altos investimentos governamentais e empresariais, como por exemplo através da isenção de impostos aos grandes empreendimentos capitalistas, com o discurso de “desenvolvimento capitalista” como afirma (Arcangeli, 2020, p. 25). “Este modelo de desenvolvimento capitalista primário exportador, que favorece a pilhagem e a destruição – seja de vidas, seja dos recursos naturais – demonstra a subordinação aos interesses do grande capital nacional e as multinacionais”.

Vale ainda ressaltar o papel da Geografia e da construção de mapas decoloniais que apresentem a realidade local, a partir do olhar de quem está nas comunidades, e não daqueles e daquelas que, em seus gabinetes climatizados, definem o destino das vidas de comunidades inteiras em favorecimento ao recurso financeiro.

Pensando ainda no uso da Cartografia, uma ciência que, a princípio dentro da Geografia Tradicional, utilizou por muitos anos a técnica pura e seca em identificar lugares, paisagens, relevos. Com a tecnologia avançando a cada tempo, surge a necessidade das populações e povos tradicionais que, por muitos anos foram invisíveis aos olhos dos gestores nas três esferas do poder, e sem esquecer do Poder Judiciário que, muitas vezes, compactua com a violência vivenciada através dos deslocamentos compulsórios de muitas dessas comunidades no Brasil inteiro.

“Os grandes descobrimentos, as grandes navegações, os objetos técnicos contribuíram para expansão do capitalismo e da Geografia” (Silva *et al.*, 2014, p. 25).

A Cartografia Social (C.S.) é utilizada como uma ferramenta que facilita o conhecimento e análise de um conjunto de informações espaciais de determinado território, contudo, o adjetivo social informa que o mapeamento é resultado de um processo participativo, construído coletivamente.

Incorporando a C.S. ao planejamento participativo, o desenvolvimento local é abordado a partir do paradigma do desenvolvimento humano e endógeno numa perspectiva sistêmica que leva em consideração a análise dos múltiplos elementos sociais, ambientais, culturais e econômicos que compõem a realidade a ser mapeada. Gorayeb, Meireles e Silva (2015) afirmam que a cartografia social é uma linha de pesquisa da Ciência Cartográfica que privilegia o conhecimento popular, simbólico e cultural, como meio de produzir o mapeamento de territórios tradicionais, étnicos, sagrados e coletivos.

Assim, afirmam que os mapas precisam estar inseridos em uma lógica científica, obedecendo regras e normatizações básicas, como coordenadas (localização geográfica), escala (proporção), projeção (representação em duas dimensões da esfericidade da terra), convenções (símbolos padronizados), legenda (relacionada à temática abordada no mapa) etc. A C.S. pode ser compreendida como meio técnico, que busca registrar relatos e as representações no processo de auto mapeamento, propiciando a identificação de situações inerentes a conflitos na forma de uso do território em questão.

Partindo da experiência no campo, identificamos e georreferenciamos os pontos de todas as empresas na BR-135, que dá acesso às comunidades interlocutoras nessa pesquisa e a cada campo, dependendo do tempo entre um e outro, era perceptível o avanço cada vez maior dentro do território da Resex.

Diante das diretrizes metodológicas definidas anteriormente e já abordadas, trazemos um olhar mais direcionado para a América Latina e suas experiências, que trazem em seu bojo político e acadêmico-científico resquícios de tais imposições feitas desde o início da colonização e esse domínio chega, também, aos territórios de variadas formas e com único objetivo: o acúmulo de capital para as grandes corporações e aqui vamos apresentar os dados levantados com uma análise feita com olhar muito atento à dinâmica e ao processo.

Carvalho *et al.* (2018, p. 19) afirmam que nos últimos 30 anos, mais precisamente no final do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI, aprofundam-se transformações no capitalismo, vinculadas a um intenso desenvolvimento das ciências e das tecnologias, apartadas das necessidades humanas e desconectadas da ética do bem viver e do cuidado.

Porquanto, vale relembrar que, após a redemocratização do estado brasileiro, lá nos anos de 1990, o Brasil entra fortemente e, tardiamente, integrado ao capitalismo mundializado já iniciado em outros países da América Latina. A experiência brasileira nesse processo escolhe empreender no modelo de acumulação com as mãos diretas do Estado. Segundo Carvalho *et al.*

(2018, p. 22) é a dominância do Estado Ajustador – “Estado que ajusta e se ajusta às exigências de expansão do capital”⁸⁴.

Essa integração a esse modelo fragiliza o Estado democrático, pois, para cumprir tal demanda do mercado se faz necessário o descumprimento dos direitos sociais amparados pela Constituição Federal de 1988. É nesse mesmo período que se intensificam os conflitos ambientais em todo território brasileiro, já que esse processo de industrialização já havia sido iniciado. Os centros hegemônicos de poder impõem as normas ditando regras de submissão aos países periféricos, os tais “devedores”, colocando em prática o discurso neoliberal, consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em seu primeiro mandato.

Inicia-se o ajuste que fortalece o capital financeiro e que vêm a se tornar uma prioridade para o ideário neoliberal ao implantar as “condições fundamentais para o ingresso ativo do País na era da financeirização” (Carvalho *et al.*, 2018, p. 24).

Paralelo a isso, os movimentos sociais, as forças progressistas e de esquerda se organizam fortemente no embate a esse processo que realiza o desmonte do Estado democrático de direito, através das reformas em diferentes âmbitos no aparelho estatal que se adequa as demandas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM).

E dentre essas reformas, as Leis Ambientais brasileiras vão sendo flexibilizadas para atender a demanda desse capital internacional, sem levar em conta as comunidades e populações tradicionais já existentes nos territórios negociados para tal expansão industrial.

Esse modelo econômico sendo implantado em toda América Latina impulsionou, no início dos anos 2000, um novo ordenamento político ou, podemos dizer, geopolítico, resultando na ascensão de vários governos progressistas no continente latino-americano. No Brasil, com uma ampla aliança, a “Era Lula” como ficou conhecida não conseguiu romper com a política neoliberal iniciada na presidência de Fernando Collor de Melo e consolidada no governo de Fernando de Fernando Henrique Cardoso (FHC), permanecendo o modelo de ajuste partindo da lógica do capital internacional financeiro. Segundo Carvalho *et al.* (2018, p. 25) “Paulani (2015), sustenta que, na condição de um governo de ajuste, Lula buscou ‘assegurar de modo prioritário a inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação’

⁸⁴ “Estado ajustador constitui uma categorização referente à configuração estatal, constituída nos percursos do ajuste do Brasil ao capitalismo financeirizado, circunscrevendo o duplo movimento de formatação do próprio Estado aos ditames do capital e de intervenção ativa do Estado para viabilizar as exigências e condições impostas pelos segmentos do capital e organismos multilaterais, no processo de ajuste. Assim, delinea-se o Estado ajustador como o Estado que ajusta e se ajusta aos processos de acumulação e valorização do capital, no âmbito do capitalismo mundializado”. Essa expressão foi cunhada por Alba Maria Pinho de Carvalho, na sua tese de doutoramento “O Brasil real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em 1999” (Carvalho *et al.*, 2018, p. 22)

utilizando, para tanto, estratégias que viabilizam e aumentavam o grau de abertura financeira de nossa economia, nos circuitos internacionais de valorização rentista”.

Concomitantemente a esses fatos, graças a algumas políticas pensadas para o enfrentamento da pobreza, parte da camada social foi modificada, chegando à ascensão da classe social que vivia na extrema pobreza que conseguiu melhorar de vida. No entanto, foi por via do consumo que isso ocorreu, o que Carvalho *et al.* (2018, p. 25) chamam de “ciclo de articulação de políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno de consumo de massas”. Período identificado por cinco ciclos de ajuste, consubstanciando a experiência brasileira.

Consequentemente, atinge diretamente o modo de vida das populações tradicionais, devido à riqueza dos recursos naturais nesses territórios que se tornam alvo de disputa, colocando em risco e em situação de vulnerabilidade diferentes povos e populações tradicionais e, aqui em São Luís do Maranhão, isso ocorre através de toda infraestrutura preparada para integrar o circuito mundial minero-metalúrgico.

Há três décadas, presenciamos o desdobramento do projeto desenvolvimentista que inclui estratégias que “levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração e/ou escoamento da produção mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial do próprio estado e estados vizinhos” (Sant’ana Júnior *et al.*, 2009, p. 20). Todo esse aparato está interligado a várias formas de explorar os recursos naturais, formas de escoamento e traslado do que é extraído (Ribeiro, 2016).

Abaixo, o Quadro 4, organizado a partir dos dados obtidos em Carvalho *et al.* (2018), temos um panorama do caminho percorrido, denominado Ciclo de Ajuste – ao Modelo rentista neoextrativista, iniciado ainda na década de 1990.

A análise desses dados nos possibilitam correlacionar os períodos com a luta pela Resex de Tauá-Mirim. Alguns anos depois, em 1996, se inicia na Ilha de São Luís a luta pelo território da Resex, que se intensificou progressivamente com o aumento significativo de empreendimentos instalados nos de 2020 e 2021, demonstrado nos Quadros 5 e 6, período esse em que o estado do Maranhão está sob o segundo mandato de um governo autodenominado progressista. No entanto, tal qual os governos mais conservadores, sucumbiu à proposta do rentismo neoextrativista, que negocia também os territórios construídos secularmente, a partir das negociações com o capital internacional.

É perceptível, ainda, que em cada ciclo se instala um arranjo político, que vai desde a dependência financeira, encadeada a fortes investidas no consumo, tornando o Brasil dependente, integrando, assim, o movimento mundializado de acumulação capitalista, com

dominância financeira, ou seja, o Brasil se transforma em “mera plataforma emergente de valorização financeira e de exportador de *commodities* agrícolas e minerais” (Carvalho *et al.*, 2018, p. 26).

A dependência e a desestabilização se intensificam, quando ao se reeleger, as forças conservadoras inconformadas com a perda das eleições investem fortemente e, já no segundo mandato, o governo de Dilma Rousseff, pressionado, segue a proposta do financismo para o enfrentamento da crise, levando a uma “democracia de mercado” (Carvalho *et al.*, 2018, p. 27).

Paralelo a tudo isso, entre os desfechos, vai culminando paulatinamente o desmonte na Legislação Ambiental brasileira, que tem como principal intuito atender ao capital, intensificando a ação direta na exploração dos recursos naturais para atender essa demanda, ampliando os conflitos ambientais no campo e na cidade. Junto a esses fatores, encontramos, ainda, a intensificação da desestabilização econômica, perdas de direitos em vários âmbitos, o aumento das desigualdades, e o ressurgimento da fome em todo país.

Quadro 4 - Ciclo de Ajuste – Modelo rentista neoextrativista

1º Ciclo – Ciclo da Estabilização da Economia	Governo Fernando Collor de Mello – 1990 – 1992	Redemocratização do Estado – Ampliação do mercado, ajustando-se às exigências do capital financeiro internacional.
	Itamar Franco – 1992 – 1994	
	Fernando Henrique Cardoso – 1995 – 1998 Primeiro mandato	
	Fernando Henrique Cardoso – 1998 a 2002 Segundo mandato	
2º Ciclo – Ciclo de Consolidação das Políticas de ajuste e de reconstituição do mercado interno e consumo de massas	Era Lula 2003 – 2006 Primeiro mandato	Assegurar de modo prioritário a inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação.
	2007 – 2010 Segundo mandato	
3º Ciclo – Ciclo de articulação de políticas de ajuste e desenvolvimentismo	Segunda metade do governo Lula e primeira metade do governo Dilma Rousseff	Efetiva-se uma inflexão na política econômica. Manutenção do núcleo duro da política de ajuste, tentando incorporar uma dimensão de desenvolvimento. Contraria interesses dos setores rentistas, mas prevalecem os interesses do financismo e pretensão neodesenvolvimentista não avança.
4º Ciclo – Retomada da ortodoxia rentista em um ajuste de direita	Segundo mandato de Dilma Rousseff	Assume uma perspectiva extremamente favorável ao rentismo, tentando

		materializar, inclusive os mecanismos de ajuste fiscal proposto pela então oposição. Acumulação por espoliação, encarnados no neoeextrativismo. Enfatiza-se, pois, a primazia dos interesses do rentismo sem quaisquer limites, reafirmando uma “democracia de mercado”.
5º Ciclo – “Submissão radical ao financismo e desmonte de direitos, pela via do golpe”.	2016 – Tem-se em curso um <i>golpeachment</i> – neologismo formulado por Paulo Kliass (2017)	Imposição de uma nova configuração de Estado conservador e autoritário, com crescente fechamento democrático.

Fonte: Ribeiro, 2021 a partir de Carvalho et al, 2018.

Quadro 5 - Atividades econômicas no entorno da Resex Tauá-Mirim (2019/2020)

Quantidade	Atividade econômica
5	Fabricação de adubos e fertilizantes
2	Fabricação de cimento
1	Geração de energia termelétrica
9	Transporte rodoviário de carga
1	Construção civil e infraestrutura
2	Transporte ferroviário de carga
1	Atividades profissionais, técnicas e científicas
1	Atividades de operador portuário
11	Extração de minerais não-metálicos
1	Extração de minerais metálicos
2	Armazenamento, logística e depósito
1	Fundição e produção de produtos de aço
1	Metalurgia de alumínio e operador portuário
Total: 38 empreendimentos	Total: 13 atividades econômicas

Fonte: Relatório PIBIC, Mesquita, 2020.

Quadro 6 - Empreendimentos localizados no entorno da Resex Tauá-Mirim

Nº	Empreendimentos	CNPJ *	Coordenadas		CNAE
			Latitude	Longitude	
1	Parque Botânico (Vale S.A.)	33.592.510/0378-21	0574980	9716325	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais
2	Portaria Administrativa (Vale S.A.)	33.592.510/0378-21	0574453	9716377	Transporte ferroviário de carga
3	Estação Ferroviária (Vale S.A.)	33.592.510/0378-21	0574224	9716312	Transporte ferroviário de carga

4	Usina de Pelotização (Vale S.A.)	33.592.510/ 0378-21	0572901	9717403	Outros serviços industriais
5	Terminal Portuário Ponta da Madeira (Vale S.A.)	33.592.510/ 0424-00	0571507	9717568	Atividades de operador portuário
6	Granel Química Ltda / Odfjell Terminals	44.983.435/ 0003-30	0571603	9715801	Armazéns gerais
7	Fertipar Fertilizantes	06.191.223/ 0002-40	0571985	9715057	Fabricação de adubos e fertilizantes
8	Esteira transportadora de minérios (Eneva S.A.) **	-	0573294	9714389	-
9	Plastimassa: Icatil Indústria de Argamassa Ltda.	06.915.272/ 0002-89	0573429	9714322	Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
10	Terminal de Cargas (Vale S.A.)	33.592.510/ 0378-21	0574838	9712572	Transporte ferroviário de carga
11	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	10.656.452/ 0085-98	0576654	9708278	Fabricação de cimento
12	CIMAR: Cimentos do Maranhão	15.129.010/ 0001-07	- ***	- ***	Fabricação de cimento
13	Transpes: Transportes Pesados Minas Ltda.	17.215.039/ 0011-09	0576699	9708163	Transporte rodoviário de carga
14	Fertgrow S.A.	14.267.717/ 0001-09	0576818	9707873	Fabricação de adubos e fertilizantes
15	Fertilizantes Tocantins Ltda.	05.571.228 7/0003-17	0576934	9707624	Fabricação de adubos e fertilizantes
16	DI – PVC Tubos e Forros (Grupo Dimensão)	11.495.692/ 0001-02	0577373	9706604	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico
17	Dimensão Aços Planos Ltda.	08.166.314/ 0002-51	0577452	9706458	Produção de tubos de aço com costura
18	Elbrus Condicionadores de Ar Indústria Comércio e Importação Ltda.	08.676.133/ 0001-94	0577575	9705987	Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos
19	Pátio de Triagem do Posto Paizão	21.971.383/ 0001-15	0577576	9705780	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo

					não especificados anteriormente
20	Posto Paizão	73.787.483/ 0005-13	0577472	9706098	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
21	Posto Valen (Valentina Combustiveis Ltda)	23.822.551/ 0001-36	0577015	9707309	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
22	Rodolipe Transportes Ltda.	27.263.562/ 0001-84	0576943	9707501	Transporte rodoviário de carga
23	Cinspemar: Centro Especializado de Inspecoes do Maranhao Ltda.	23.891.118/ 0001-52	0576432	9708487	Testes e análises técnicas;
24	Metron Tacógrafos	18.374.904/ 0001-42	0576432	9708487	Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores
25	MP Descontaminadora	26.504.065/ 0001-68	0576432	9708487	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos
26	Lafaete Locação de Equipamentos	09.568.360/ 0001-69	0576137	9709027	Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
27	Yara Brasil Fertilizantes S.A.	92.660.604/ 0028-00	0576264	9709056	Fabricação de adubos e fertilizantes
28	Posto Americano 2	01.672.167/ 0002-42	0576234	9709166	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
29	Lima Transportes Ltda.	06.890.941/ 0002-05	0576058	9709613	Transporte rodoviário de carga
30	H2O Transportes e Locações Ltda.	10.537.511/ 0001-09	0575719	9709952	Transporte rodoviário de carga
31	Quali Água Industrial Ambiental Ltda.	32.353.323/ 0001-55	0575196	9710517	Distribuição de água por caminhões
32	MAV Comércio e Transportes Ltda.	09.547.055/ 0004-33	0575071	9710595	Transporte rodoviário de carga
33	Llucena Infraestrutura Ltda.	03.992.929/ 0001-32	0575625	9710629	Construção civil e infraestrutura

34	Roma Truck Center	02.499.715/ 0001-66	0575544	9710810	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
35	Petronac Combustíveis (TDC Distribuidora de Combustíveis S.A.)	01.241.994/ 0005-24	0575239	9711551	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes; Transporte rodoviário de produtos perigosos
36	Maqmix Locação e Serviços	Não identificado	0575115	9711805	Transporte rodoviário de carga
37	Construtora Sanches Tripoloni Ltda.	53.503.652/ 0034-73	0574863	9712434	Transporte rodoviário de carga
38	Petrovia (Temape Terminais Marítimos de Pernambuco S.A.)	02.639.582/ 0010-77	0574809	9712490	Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)
39	Posto Americano 1	01.672.167/ 0002-42	0574823	9712532	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores
40	COPI: Companhia Operadora Portuária do Itaqui	04.784.802/ 0004-33	0574782	9712616	Outros serviços de armazenagem, logística e depósito
41	UTE Itaqui Geração de Energia (Eneva S.A.)	08.219.472/ 0001-74	0573392	9714280	Geração de energia termelétrica
42	Risa Fertilizantes S.A.	06.855.894/ 0013-11	0572016	9714942	Fabricação de adubos e fertilizantes
43	Raizen Combustíveis S.A.	33.453.598/ 0240-65	0571639	9715594	Comércio Atacadista de Álcool Carburante, Biodiesel, Gasolina e Demais Derivados de Petróleo, Exceto Lubrificantes; outros serviços de armazenagem, logística e depósito
44	Transnordestina Logística S/A.	02.281.836/ 0004-80	-	-	Transporte ferroviário de carga

45	Porto do Itaqui / Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP)	03.650.060/ 0001-48	-	-	Atividades de Operador Portuário; outros serviços de armazenagem, logística e depósito
46	G5 Soluções Logística e Transportes Ltda.	11.056.737/ 0001-42	-	-	Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
47	ALCOA/ALUMAR	00.655.209/ 0001-93	-	-	Produção de alumínio e suas ligas em formas primárias; atividades de operador portuário
48	Mineradora #1.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
49	Mineradora #2.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
50	Mineradora #3.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
51	Mineradora #4.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
52	Mineradora #5.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
53	Mineradora #6.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
54	Mineradora #7.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
55	Mineradora #8.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
56	Mineradora #9.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
57	Mineradora #10.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado

58	Mineradora #11.	Não identificado	-	-	Extração de Areia, Cascalho ou Pedregulho e Beneficiamento Associado
59	Armazenadora #1	Não identificado	Na entrada da comunidade Taim		Outros serviços de armazenagem, logística e depósito

FONTE: Mesquita, 2021.⁸⁵

No Quadro 7 foi feito um resumo dos dados coletados e adaptados. Resulta de uma outra etapa da pesquisa de campo⁸⁶ e ao analisarmos o relatório final do projeto de pesquisa e de acordo com as informações do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), pontos de Global Position System (GPS) e Cadastro Nacional de Atividades Econômicas o aumento de 2021 para 2022 de 8 (oito) novos empreendimentos identificados e georreferenciados, totalizando 67 (sessenta e sete) empreendimentos implantados ao longo da BR-135, como explica Mesquita (2022).

Os 46 (Quarenta e seis) elencados no Quadro 7 são as empresas maiores, restando mais 18 (dezoito), totalizando de 67 (sessenta e sete) com empreendimentos identificados, em menor quantidade e de menor porte. Em sua maioria isentos de impostos como forma de incentivos governamentais, sem qualquer controle e fiscalização dos órgãos ambientais, sendo os demais empreendimentos: Grãos pós colheita, fabricação de massa asfáltica, obras de engenharia civil, transporte rodoviário de cargas intermunicipal, estadual e internacional, serviço de armazenamento e logística, serviço de engenharia construção civil e infraestrutura, distribuição de água por caminhões e elevações de cargas e pessoas para uso em obras, descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos, serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores, testes e análises técnicas, comércio atacadista de máquinas e equipamentos, produção de tubos de aço e compostura, fabricação de laminados planos e tubulação de materiais plásticos, preparação de massas de concreto e armazenamento para construção.

⁸⁵ Dados coletados nos sites <www.econodata.com.br>, <http://cnpj.info/> e <http://www.cnpjbrasil.com/>.

** A esteira transportadora de minérios não é um empreendimento, mas uma infraestrutura da UTE Itaquí Geração de Energia/ENEVA.

*** Não foi possível coletar estes pontos de GPS em campo.

⁸⁶ Pesquisa PIBIC-2019/2020, constituindo-se em sua terceira etapa que foi financiado pela UFMA sobre as atividades de levantamento quantitativo de empreendimentos localizados no entorno da área da Reserva Extrativista (Resex) Tauá-Mirim (Mesquita, 2022).

Quadro 7 - Empreendimentos localizados no entorno da Resex Tauá-Mirim 2021/2022

QUANTIDADE	ATIVIDADE ECONÔMICA	EMPREENDIMENTOS
6	Atividade Portuária; estocagem de minério de ferro, pelotização; Transporte Ferroviário	Vale. S. A
5	Fabricação de adubos e Fertilizantes	Fertipar Fertilizantes; Fortgraw S.A; Fertilizantes Tocantins; Yara Brasil; Risa Fertilizantes
2	Armazenamento e Logística	Granel Química Ltda; Odfull Terminais; COPI- Companhia Operadora Portuária do Itaqui.
3	Operações Portuárias	EMAP -Empresa Maranhense de Administração Portuária; Terminal Portuário da ALUMAR; Terminal Portuário Ponta da Madeira – VALE S. A
2	Fábrica de Cimento	Votorantim Cimentos S. A; CIMAR – Cimentos do Maranhão
8	Empresas de Transporte de Cargas	TRANPES – Transportes Pesados Minas LTDA; Rodolipe Transportes LTDA; Lima Transportes LTDA; H2O Transportes e Locações LTDA; MAV Comércio e Transportes LTDA; Construtora Sanches Tripoloni LTDA; G5 Soluções Logísticas e Transportes LTDA; Data Operações LTDA
4	Navegação de Apoio Marítimo	Stamar Serviços Marítimos e Portuários LTDA; Maciel Marítimo LTDA; Terminal Portuário Porto Grande; Porto do Encantado
5	Posto de Combustível; Comércio Varejista, Comércio Atacadista para Veículos Automotores e Pátio de Triagem	Posto Paizão; Posto Valem; Posto Americano 1 e 2; Roma Truck Center
9	Extração de Areia	Jazida Pindoba; Porto Grande Mineradora e Comércio LTDA; MBA – Mineração; Mineração Prime; Mineração Maracanã; Mineração EA de Oliveira; JG Mineradora LTDA; Mineradora Urano Eireti; Jazida da Família Ribeiro
1	Geração de Energia Termoelétrica	UTE Itaqui Geração de Energia – ENEVA
1	Produção de Alumínio e suas Ligas	ALCOA / ALUMAR

Fonte: Adaptada pela autora, 2023 apud Mesquita, 2022.

Pescadores artesanais locais, em entrevista para Costa (2017, p. 56), afirmam que as indústrias minero-metalúrgicas e portos que se instalaram na região no final da década de 1970, têm atividade intensa e não há monitoramento eficiente, ocorre então que os resíduos e dejetos, são lançados em alguns casos, *in natura*, tendo como consequência a poluição das águas, afugentamento dos cardumes e contaminação do pescado. De acordo com as entrevistas realizadas, os rejeitos industriais que representam em torno de 65,57% e as dragagens com 21,41% aparecem com os percentuais mais elevados relacionados a causas de impactos ambientais negativos na região de estudo.

Os pescadores artesanais e demais moradores e moradoras sentem através dos seus próprios corpos, toda assimetria nas tomadas de decisões e, por sua vez, passaram a reivindicar o território como um espaço de memórias, de tradições, lá se encontram comunidades tradicionais centenárias que têm resquícios de aldeamentos indígenas e de quilombos. Lugar onde foram encontrados artefatos que datam do século XIX, além de abrigar localidades históricas, como o terreiro do Egito (na comunidade do Cajueiro), considerado o primeiro terreiro de Tambor de Mina do Maranhão (Gonçalves, 2019, p. 18).

Diante dessa luta tão assimétrica na disputa pela pose e uso do território, elaboramos a mapas sociais, que denominamos Cartografia Decolonial, os quais poderão ser utilizados como instrumento na luta em defesa dos corpos e das vidas, além dos recursos naturais preservados, incluindo os territórios pesqueiros, que serão apresentado mais adiante, no capítulo específico.

Busca-se a garantia de direitos, preservando o modo de vida, em contraposição aos mapas oficiais apresentados pelos órgãos públicos na tentativa de legitimar o deslocamento compulsório das famílias. À medida que o tempo passa, os conflitos vivenciados vão ficando mais intensos e com a ampliação do mercado internacional, várias empresas migraram nos últimos anos para o Maranhão e a capital São Luís continua sendo fortemente afetada.

Os conflitos socioambientais (Zhour; Laschefski, 2010; Sant’Ana Júnior *et al.*, 2009) estão relacionados ao avanço de projetos desenvolvimentistas sobre territórios tradicionais, alguns produzem deslocamentos compulsórios⁸⁷ de comunidades inteiras (Almeida, 1996).

Deslocamentos compulsórios ocorreram no entorno do perímetro da Resex, como foi durante a implantação das primeiras e maiores indústrias, assim também, o caso da comunidade vizinha, Vila Madureira, deslocada para a implantação da Usina Termoeletrica (UTE) – Porto do Itaqui atual empresa Eneva, em 2009 (Ribeiro, 2009), deixando isolada entre o mar e a BR-135 a comunidade de Camboa dos Frades que se encontra no entorno da Resex Tauá-Mirim e vive conflitos constantes na disputa pelo território.

Como podemos observar essa quantidade de empreendimentos dentro do perímetro geram os conflitos também entre as pessoas das comunidades. Devido a forma como essas empresas se instalam com o discurso de trazer empregos para a população local, em muitas

⁸⁷ “O conjunto de realidades factuais em que as pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e rever os efeitos de tal decisão, ditadas por interesses circunstancialmente mais poderosos,” (Almeida, 1996, p. 30).

ocasiões alguns moradores e moradoras acreditam no discurso e, inicia-se, assim, um conflito interno.

Além das atividades sem nenhuma fiscalização ambiental dos órgãos reponsáveis, há pesquisas na área que confirmam a contaminação por metais pesados nas águas do Rio dos Cachorros⁸⁸, o assoreamento dos rios e alguns igarapés no decorrer do estuário.

Diante desse conflito, propusemos às comunidade a elaboração dos mapas apresentados nas Figuras 6 e 7 que mostram o potencial e como o território de cada uma é utilizado. Essa forma de uso do teritório tem gerado esse conflito, de um lado, as comunidades buscando manter seu modo de vida e tradições e, de outro, as empresas, no intuito de ter lucro, cada vez mais, invadem o espaço comunitário e usufruem de todos dos poderes do capital para decidir o destino da vida dessas comunidades, que vivem em situação de vulnerabilidade social.

A proposta é que os mapas construídos coletivamente sirvam de suporte jurídico em benefício dessas famílias que vivem no perímetro da Reserva Extrativista Tauá-Mirim.

Ao analisarmos os mapas, a partir do olhar de cada comunidade, especificamente, podemos ver uma nítida diferença nos potenciais existentes em cada uma delas.

No polígono proposto para a criação da Resex Tauá-Mirim é grande a ocorrência de manguezais, predominam as seguintes espécies: mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), siriúba (*Anicennia germinans*), mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e mangue botão (*Canocarpus erectus* L) (Ibama, 2006)

De acordo com as informações obtidas durante o campo ocorre uma grande quantidade de cursos d'água pequenos e médios que configuram um mosaico de caminhos percorridos pelas águas entre os limites dos povoados e no interior deles.

Os empreendimentos minerários no entorno utilizam muita água para a atividade e contaminam as águas, além de assorear as nascentes e os brejos locais, isso na parte que chamamos de Núcleo Taim, onde tem uma croa (designada pelos moradores) que corresponde a um banco de areia e localizada no meio da Baía de São Marcos, próximo ao Taim e Porto Grande, local de extração de sururu e camarão.

Ainda próximo do Taim, local bastante utilizado pelos pescadores locais e de outros bairros e municípios já citamos anteriormente, tem a Ilha de Boa Razão que fica na extremidade da Ilha de Tauá-Mirim. Essa ilha atualmente é de propriedade privada e tem previsão de projetos

⁸⁸ Maiores detalhes buscar dissertação mestrado Denise Cristine Carvalho Santos, UFMA, 2015. Bacia Hidrográfica do Rio dos Cachorros, Saúde e Ambiente. Disponível em <Denise Cristine.pdf (ufma.br)>.

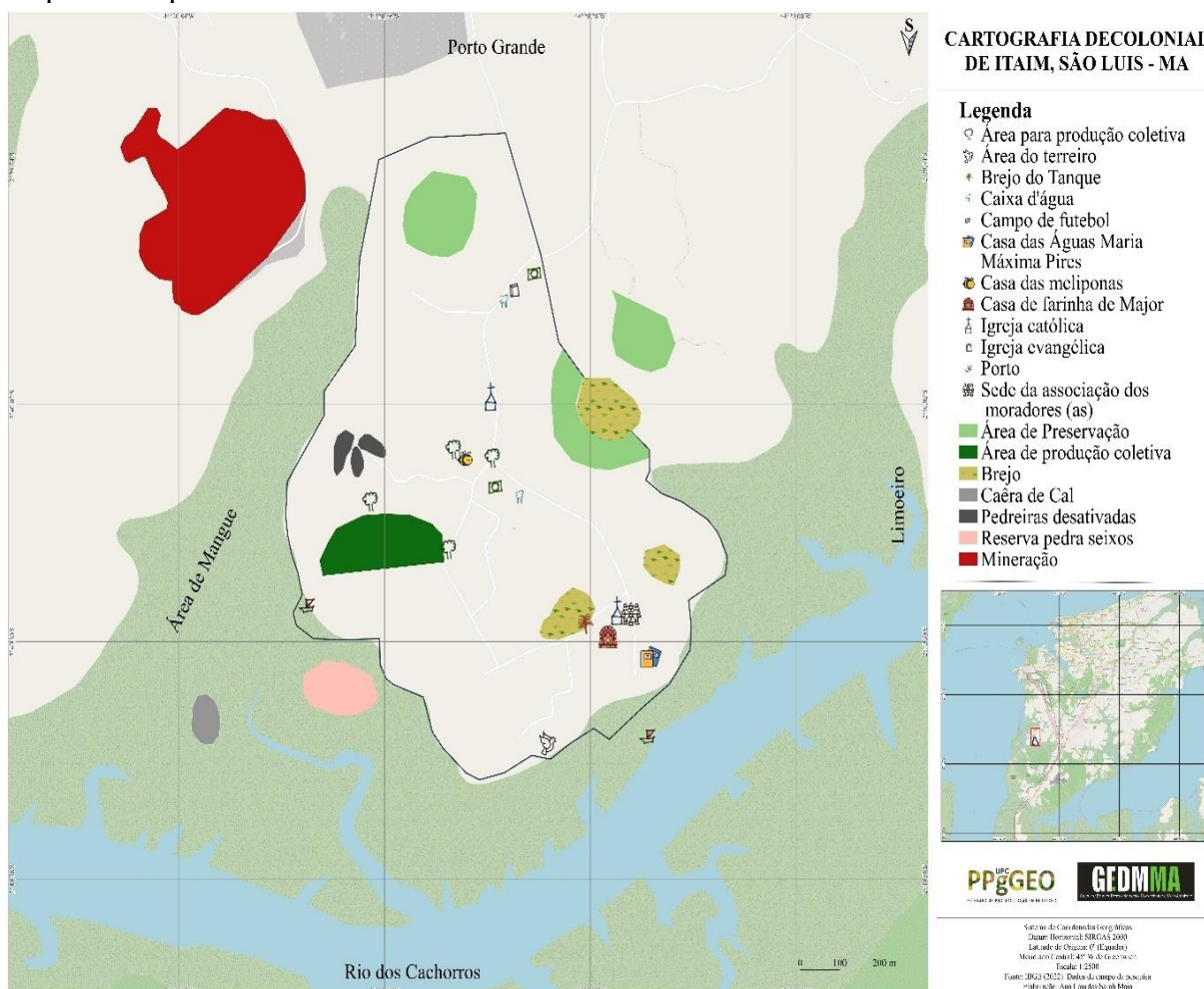
a serem implantados que integram o processo de exploração do território, e se encontram em estágio de estudos bastante avançado.

Nessa ilha, segundo Beto do Taim são encontrados os ranchos dos pescadores, ou seja, pequenas casas construídas de palha e madeira para abrigar os pescadores em suas passagens temporárias para a pesca do camarão.

Para a realização da Cartografia Decolonial em ambas as comunidades, foi preciso uma força-tarefa entre encontrar um momento que pudéssemos reunir a quantidade de pescadores possíveis, pois, realizam a pesca em parcerias, ou seja, dividem as poucas canoas e os grupos de acordo com a maré.

Chegamos a esse resultado apresentado. Perceberão uma pequena diferença no polígono do mapa da área e do mapa decolonial, pois na hora de levar os dados para o programa, deu uma diferença e os pescadores perceberam na hora que viram o mapa impresso.

Mapa 6 - Mapa Decolonial do Taim



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

O Mapa 6 representa a comunidade do Taim e dentro do território podemos perceber que há um planejamento, feito pelos próprios moradores e moradoras, na distribuição dos equipamentos de uso coletivo e tudo é decidido nas assembleias da Associação de Moradores. Os pontos do Taim foram marcados e já expostos no texto mais acima. Anexo C mostra a descrição do perímetro do Taim. A comunidade tem 91,5 ha de área mapeada.

Os conflitos ambientais identificados na comunidade do Taim, além da contaminação do Rio, a diminuição dos peixes, mariscos e crustáceos, as mineradoras de areia que provocam um fluxo de caminhões que fazem o transporte da areia e abastecem a Grande Ilha, destruindo a estrada de acesso para às comunidades Taim, Limoeiro, Porto Grande e afetando diretamente no transporte público, que além de ser de péssima qualidade, sofre com a falta de manutenção do acesso, a qual impede que as reivindicações da população de aumento da disponibilidades de ônibus sejam atendidas.

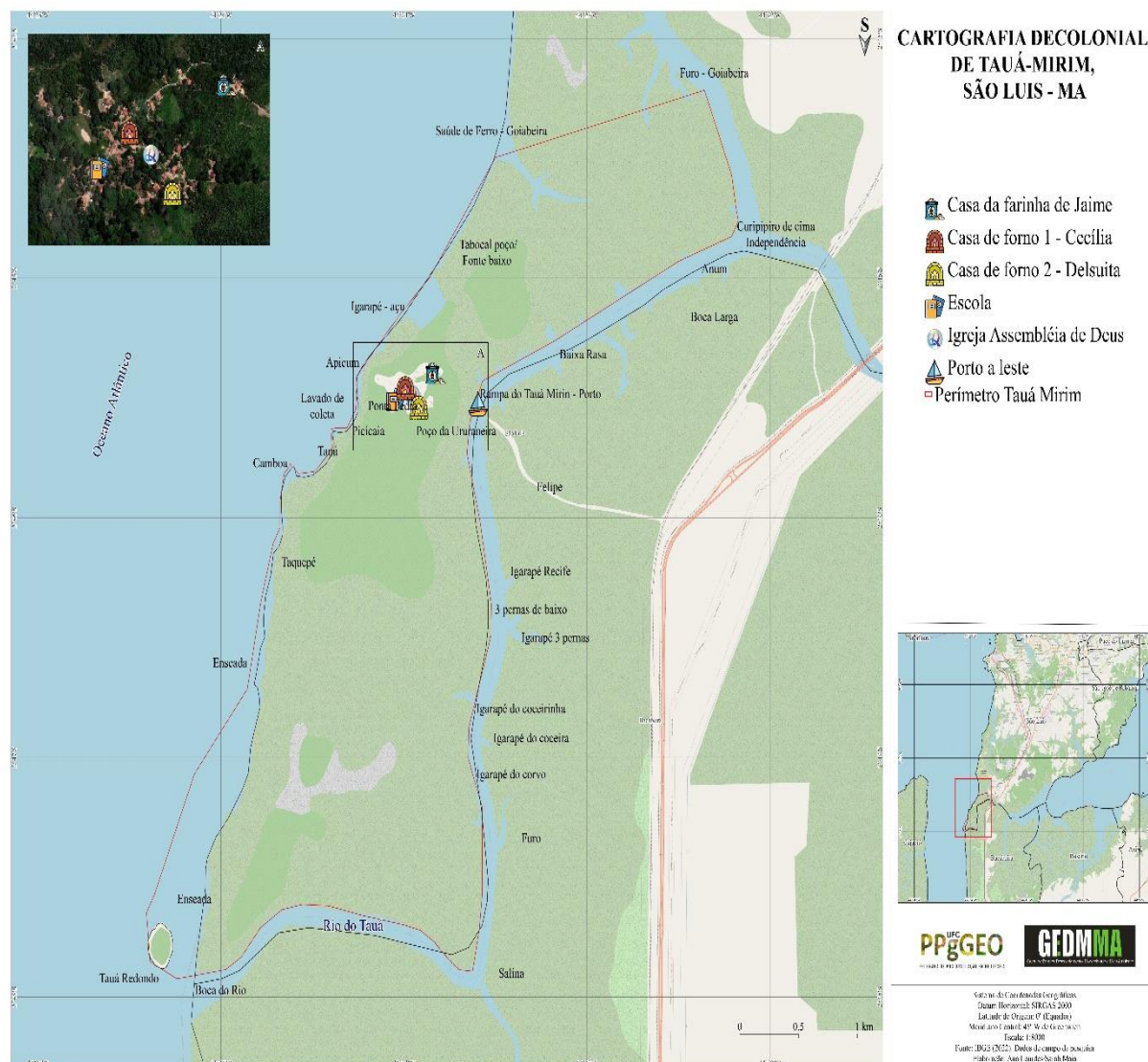
Os equipamentos de uso coletivo na comunidade identificados foram:

- Área de produção coletiva
- Área destinada para a construção de um Terreiro de Umbanda
- Brejo do Tanque
- (2) Caixa D'água
- (2) Campo de Futebol
- Casa das Águas Maria Máxima Pires
- Casa de Abelhas
- Casa de Farinha do Major
- Igreja Católica
- Igreja Evangélica
- Porto
- Sede da Associação de Moradores
- Caêra de cal
- Brejo
- Pedreiras desativadas
- Reserva de pedras seixos
- Mineração

Na sede da União de Moradores funciona a Escola de Ensino Fundamental administrada pelo município, foi emprestada há mais ou menos 20 anos atrás, com a promessa

de que seria um empréstimo provisório enquanto construam o prédio próprio. Desde então, a União de Moradores não tem sede própria, utilizando um galpão para se reunirem.

Mapa 7 - Mapa Decolonial da Ilha de Tauá-Mirim



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O primeiro mapa representado na Figura 7 foi construído coletivamente com pescadores, moradores da Ilha de Tauá-Mirim. É perceptível que a área em que estão organizadas as casas não está identificada nesse mapa porque a proposta foi que eles identificassem os principais pontos de conflitos. Foram identificados os recursos naturais que são importantes na pesca artesanal. Nesse caso específico, os conflitos identificados foram nomeados através dos relatos orais na área de produção pesqueira e de polpas de frutas.

Os equipamentos de uso coletivo na comunidade identificados foram:

- 3 casas de farinha em funcionamento

- 1 Escola Pública Municipal que funciona sala mista com alunos de 3 a 9 anos
- 1 Igreja Assembleia de Deus
- 1 Porto ao leste
- Porto ao Oeste
- Praia do Trajano
- Saída ao Norte

A distância da Ilha de Tauá-Mirim ao Taim marca em torno de 13 a 14 km de uma ponta a outra, o deslocamento de barco pelo rio tem de 16 a 17 km e o acesso pela BR-135 não foi possível calcular. Importante ressaltar a quantidade de igarapés identificados na área e a relação direta dos moradores e moradoras com o ambiente natural. Atualmente, 42 famílias moram na Ilha e muitas delas ficam só durante o fim de semana, como explicamos anteriormente. A área da comunidade apresenta 1.040,3 ha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Reserva Extrativista Tauá-Mirim mesmo diante da negação pelo poder público da sua existência e da necessidade de manutenção, é importante tanto do sentido ambiental para toda a Grande Ilha do Maranhão, quanto para a vida das pessoas que vivem, existem, re-existem na zona rural II de São Luís.

Pensar em políticas públicas que atendam às necessidades das comunidades com as suas prioridades, aproveitando a biodiversidade local, o potencial para produção agrícola local e abastecimento da Ilha com produtos saudáveis e sem veneno, fazendo com que a produção seja impulsionada, seria uma decisão acertada.

O levantamento de dados apresentados, oferece os subsídios necessários para a construção de alternativas que possibilitem maior fortalecimento e empoderamento dos pescadores artesanais e dos moradores e moradoras da área que pleiteiam o modo de vida tradicional herdado dos seus ancestrais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Atualmente, a área que pleiteia a criação de uma Unidade de Conservação já é autodeclarada “Reserva Extrativista Tauá-Mirim”. No dia 17 de maio de 2015, através de uma Assembleia Popular envolvendo moradores e moradoras de várias comunidades que estão no mesmo perímetro demarcado desde 2007, além de representantes de comunidades quilombolas, tradicionais e povos indígenas de vários lugares do Maranhão, em atitude autônoma e participativa, a então Assembleia constituída, decretou “criada, não de direito, mas de fato, a reserva Extrativista Tauá-Mirim”.

Nesse mesmo dia foi criado, também, o Conselho Gestor da Resex, que tem tido como missão a permanente mobilização de moradores, moradoras, apoiadores e apoiadoras no intuito de manter a luta pela criação oficial da Resex ativa. Após a pandemia de Covid-19, as reuniões foram retomadas e seguem acontecendo regularmente. Além de lutar pela criação da Resex, há constante movimentação e vigilância das comunidades, no sentido de articular ações que dêem maior visibilidade à luta, mantenham ativa a defesa do território diante das constantes investidas, seja pelo poder público, seja por parte dos empreendimentos e sindicato patronal ligados à construção civil e à federação das indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), articulados com outros entes no intuito de inviabilizar a criação da Resex, com o discurso de que a área tem potencial industrial e portuário.

Em entrevista concedida no dia 11 de setembro de 2023, um dos integrantes do Movimento em Defesa da Ilha, o advogado, ativista de Direitos Humanos, José Guilherme Zagallo apresentou dados dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impactos ao Meio

Ambiente (EIA-RIMA) produzidos pelos maiores empreendimentos do Distrito Industrial de São Luís (Disal). Pela síntese dos relatórios mensais de monitoramento da qualidade do ar, no Distrito Industrial, em 2022, realizada pela Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (Seinc), os índices de emissão de poluentes em São Luís aumentaram de 43.056 ton./ano, em 2005, para pelo menos 48.147,5 ton./ano, em 2016 (Zagallo, 2024) e vêm crescendo assustadoramente. Enfatiza ainda que é extremamente necessária a criação da Resex, pois, essa Unidade de Conservação criada será obstáculo para que mais empreendimentos poluidores sejam implantados no território, além do que, a conservação do ambiente auxiliará a manter a qualidade de vida e a combater as mudanças climáticas, já sentidas, em todo planeta.

O território, apesar de toda contaminação já comprovada por vários dados coletados através de pesquisas científicas, publicadas em relatórios de pesquisa, teses, dissertações realizadas por várias universidades e sentidas pelos pescadores e moradores, moradoras, possui uma potente capacidade de produção, seja nos quintais ou em áreas coletivas. Faz-se necessário investimentos e assessoria técnica, formação continuada e a melhoria ao acesso a políticas públicas locais.

Alguns desdobramentos estão em curso, podemos citar a retomada do processo de criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim que, após ação conjunta de várias organizações e intermediada pela Confrem, no encontro de pescadores e pescadoras de vários estados brasileiros, o 1º Repona da Maré, com a participação de representantes locais, foi entregue uma Carta⁸⁹ solicitando a criação da Resex à atual Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, em maio de 2023.

Em setembro de 2023, foi anexada ao processo uma Nota Técnica⁹⁰ elaborada coletivamente pelo Gedmma, Icmbio, Remulmana, Confrem, Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Monte Castelo e movimentos sociais locais, apresentando os dados para reforçar a importância da Criação da Resex para o estado do Maranhão. Em seguida, no mês de novembro de 2023, foi realizada uma oficina da Diretoria de Criação de manejo de Unidades de Conservação (Diman) do IcmBio, na qual foram definidos critérios de priorização de unidades de conservação, sendo que a criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim foi enquadrada como uma das prioridades (Relato oral de Katia Barros no dia 10/01/24). Até o fechamento desta pesquisa ainda não obtivemos resposta formal sobre o andamento do Processo de nº 02012.0012665/2003-72 que trata da criação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim.

⁸⁹ Anexo F.

⁹⁰ Anexo G.

Alguns temas não conseguimos avançar, no entanto, o processo de interlocução não se encerra com a finalização dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais: In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.
- ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e Territórios. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, p. 9-46, 2010.
- ADOMILLI, G. K. **Trabalho, meio ambiente e conflito**: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa dos Peixes – RS. 2002. 114 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3320#:~:text=Esta%20pesquisa%20consiste%20em%20uma%20leitura%20da%20vida,como%20as%20representa%C3%A7%C3%B5es%20que%20constituem%20sua%20identidade%20social.> Acesso em: 21/02/2022.
- ADOMILLI, G. K. **Terra e Mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima**: Tempo, espaço e ambiente junto aos pescadores de São José do Norte – RS. 2007. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/10406>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento de seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR. v. 18, p. 39-59, jul./dez, 2008. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/04D00076.pdf> Acesso em: 03 jan. 2020.
- ALMEIDA FILHO, N.; PAULANI, L. M. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade** [online]. Campinas, v. 20, n. 2, p. 243-272, 2011.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In **Travessia – Revista do Migrante**, v. 9, n. 25, p. 30-35, maio/agosto, 1996.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terras de quilombo, terras indígenas, " babaçuais livres", " castanhas do povo", faxinas e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA- UFAM, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **A ideologia da agricultura do Maranhão**: Leitura Antropológica. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALVES, É. de J. P.; MENDONÇA, B. R.; BRUSTOLIN, C.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de; SBRANA, T. S. de J. Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e movimentos populares: heranças, trajetórias da resistência. In: RIGOTTO, R.

M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (Orgs). **Tramas para a Justiça Ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, p. 253-278, 2018.

ARAÚJO, I. X. de; SASSI, R.; LIMA, E. R. V. de. Pescadores Artesanais e pressão imobiliária urbana: Qual o destino dessas comunidades tradicionais? **Revista de Gestão Costeira Integrada**. v.14, n. 3, setembro, p. 429-446, 2014.

ARCANGELI, S. C. **Cajueiro** – A luta de uma comunidade pelo direito de existir. São Paulo: Sundermann, 2020.

ARCANGELI, S. C. **Transformações nas condições de trabalho e de vida em comunidades tradicionais no maranhão no contexto do desenvolvimento desigual e combinado capitalista, pós 1970**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 11, p. 90-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução MYRIAM, A.; REIS, E. L. de L. e GONÇALVES, G. R. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1994.

BICUDO, M. A. V. (org.) **Pesquisa qualitativa segundo uma visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm Acesso em: 30 nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 30 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia brasileira**. Brasília: MMA/SBF, 2001.

BRITO, D. C. A – A sudam e a Crise Institucional do Desenvolvimento da Amazônia. In: **Paper do NAEA**, n. 96, p 1-28, 1998.

- BUNGE, M. **La investigación científica: su estrategia y su filosofía**. 5. ed. Barcelona: Ariel, 1976.
- CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do gado: conquistas e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992.
- CAPALBO, C. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.
- CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-14012003-160032/pt-br.php>. Acesso: 20 mar. 2021.
- CARVALHO, A. M. P. de. **Análises de conjuntura e crise do estado**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Aula Inaugural no Campo da Políticas Públicas, Fortaleza, 2018.
- CARVALHO, A. M. P.; MILANEZ, B.; GUERRA, E. C. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (Orgs). **Tramas para a Justiça Ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. p. 19-57. Disponível em <https://imprensa.ufc.br/pt/tramas-para-a-justica-ambiental-dialogo-de-saberes-e-praxis-emancipatorias/>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- CARVALHO, F. C. de. Ordenamento territorial e impactos socioambientais no distrito industrial de São Luís – MA. In SANTA'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. de J. P. F.; ALVES, E. de J. P.; PEREIRA, C. R. A. (org.). **Ecossistemas dos conflitos socioambientais: a RESEX do Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, p. 50-5, 2009.
- CARVALHO, F. C. de. **Ordenamento Territorial e Impactos Sócio-Ambientais no Distrito Industrial de São Luís-MA**. Monografia (curso de Geografia Bacharelado) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.
- CASTRO, T. S. de. **Perfil da prática de pesca artesanal: estudo de caso de pescadores (as) artesanais sindicalizados na Ilha do Maranhão, Brasil**. Monografia. (Instituto Federal do Maranhão) - Campus São Luís, Monte Castelo, 2023.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Comp.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Ed.Vozes, 2006.
- COSTA, C. L. da. **Avaliação da sustentabilidade das pescarias artesanais na área proposta para a Reserva Extrativista de Tauá – Mirim, São Luís, Maranhão**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/35069>. Acesso em abr. 2023.

CURADO, I. B. Resex canavieiras: articulação social como resposta aos conflitos vivenciados na criação da unidade. *In: Reunião Brasileira de Antropologia*, 29, 2014, Natal. Anais... Natal: ABA, 2014.

DAMASCENO, E. S. **A Resex de Tauá-Mirim e seus rizomas: uma experiência coletiva e etnografia do processo.** Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão. São Luís-MA, 2016.

DAMASCENO, E. S.; BARBOZA, E. M. O Homem e o Manguezal: percepções ambientais e expectativas da efetivação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís - MA. *In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. de J. P. F.; ALVES, E. de J. P.; PEREIRA, C. R. A. (org.). Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX do Tauá-Mirim.* São Luís: EDUFMA. 2009.

DE JESUS, T. S. C. **Violência, memória e a resistência: análise do conflito pela terra em Rio dos Cachorros, São Luís – MA (1996 – 2013).** Monografia. (Curso de História) – Universidade Federal do Maranhão, 2014.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec: Nupaub – USP/CEC, 2008.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec: Nupaub – USP/CEC, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 17ª Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 47º Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GASPAR, R. B. **O Taim e a criação da reserva extrativista: Um estudo sobre as relações entre sociedade e ambiente.** Monografia (Curso de Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, GEDMMA, São Luís, 2007.

GASPAR, R. B. População Tradicional: notas sobre a invenção de uma categoria no contexto de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim, São Luís- MA. *In: SANT'ANA JÚNIOR; H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (org.). Ecos dos conflitos socioambientais: A Resex de Tauá-Mirim.* São Luís – MA: EDUFMA, 2009.

GONÇALVES, V. M. **Espaço de Mediação: a zona rural de São Luís – MA em disputas.** Monografia. (Curso de Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, GEDMMA, São Luís, 2019.

GORAYEB, A.; MEIRELES, A. J. A.; SILVA, E. V. da. **Cartografia Social e cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e rurais.** Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/17cYcmG1e8v911Hcub2THVj1w OLwKYoB4/view>. Acesso em: 27 jan. 2022.

GOTTMANN J. A evolução do conceito de território. In: **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2458/2012v2n3_Gottmann. Acesso em: 25 fev. 2024.

GOTTMANN, J. **The Significance of territory**. Charlottes vile, Va., University Press of Virginia, 1973.

GROSGOUEL, R. (coords). “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais; tranmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 08 jun. 2024.

GUEDES-PINTO, A. L. **Rememorando Trajetórias da Professora- Alfabetizadora: a leitura como prática constitutiva de sua identidade e formação profissionais**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBAMA/CNPT-MA. **Laudo Socioeconômico e Biológico da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais, Maranhão, 2006.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Laudo Sócio-econômico e Biológico para criação da Reserva Extrativista do Taim**. São Luís, 2007.

LEROY, J. P. **Territórios do Futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade”. In: **Anuário Antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-90, 2002. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871> . Acessado em 30/10/2021.

LOPES, A. C.; et al. Ilha de Upaon-Açu: usos e desusos das águas pela mineração no entorno da Reserva Extrativista Tauá – Mirim. In SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; RIGOTTO, R. M. (org.). **Ninguém Bebe Minério: águas e povos versus mineração**. Rio de Janeiro: 7LETRAS, 2020.

MACHADO, L. M. “A beira do rio é nosso lugar”: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). 2020. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguaína – Curso de pós-graduação em Estudo de Cultura e Território, 2020.

MAIA, M. R. da S. **RESEX de Tauá-Mirim: uma etnografia dos conflitos ambientais**. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

MARCONI, M. de A e LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MAURÍCIO, F. R. C. **Os Filhos do Lugar**: crônicas da territorialidade pedral. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

MENDONÇA, B. R. **Continuum colonial**. São Luís EDUFMA, Paço Editorial, 2019.

MENDONÇA, B. R. **Cajueiro**: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço. Monografia. (Curso de Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2006.

MESQUITA, G. M. S. **Continuidade do levantamento dos Empreendimentos no Entorno da Reserva Extrativista de Tauá – Mirim**. Relatório de PIBIC, GEDMMA, 2021.

MESQUITA, G. M. S. **Empreendimentos no entorno da Reserva Extrativista do Tauá – Mirim**. Relatório de PIBIC, GEDMMA, 2020.

MESQUITA, G. M. S. **Empreendimentos, Reserva Extrativista e Conflitos Ambientais**: uma análise sobre diferentes lógicas de uso do território em São Luís – MA. 2022. Monografia. (Curso de Geografia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís – MA, 2022.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 71-103.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê**: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. D. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Colección Razón Política. Argentina: Ed. Del signo, 2010.

MILARÉ, E. **Reação Jurídica À Danosidade Ambiental**: contribuições para o delineamento de um microsistema de responsabilidade. 2016. (Tese de doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2016.

MIRANDA, A. C. P.; MAIA, M. R. da S.; GASPARGAR, R. B. Entrevista com Alberto Cantanhede, o Beto do Taim. (Orgs). In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de; PEREIRA, M. de J.

F.; ALVES, E. de J. P.; PEREIRA, C. R. A. **Ecossistemas e conflitos socioambientais: a Resex de Tauá-Mirim – São Luís: Edufma**, p. 177-204, 2009.

MOREIRA, J. F. **Arenas, repertórios e ações: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. (Qualificação de Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. GEDMMA/UFMA, São Luís, 2015.**

NASCIMENTO, J. R. do. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas reservas extrativistas Marinhas do Nordeste do estado do PARÁ. (Tese Doutorado Departamento de Geografia) – Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20072022-165622/pt-br.php>**

NEVES, S. L. S. **Cartografia Decolonial Catruama. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social /PPGDS, Montes Claros, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20072022-165622/pt-br.php>**

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16054/13504>. Acesso em: 19 de jan. 2022.

PORTELLI, A. **História Oral como arte da escuta. Tradução: SANTHIAGO, R. São Paulo: Letra e Voz (Coleção Ideias), 2016.**

PORTO, M. M; TEIXEIRA, S. G. **Portos e Meio Ambiente. São Paulo: Aduaneiras, 2002.**

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECENÑA, Ana E., **Los desafios de las emancipaciones en um contexto militarizado. Buenos Aires, Clacso, p. 151-197, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35175426.pdf>**

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazôniaas. São Paulo: Contexto, 2005.**

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v.13, n.29, p. 11-20, 1992. Disponível em: <QUIJANO_modernidade_colonialidade.pdf (usp.br)>

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LADER, Edigar (Coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas; Buenos Aires CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.**

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.**

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar! um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis. Campinas, SP: Ceres, 2006.**

REIS, J. **Por uma Epistemologia do Território. Comunicação. Lisboa, 2002.**

RIBEIRO, A. L. da S. **Conflitos de Uso e Ocupação do Solo x Educação Ambiental: O caso da Camboa dos Frades, São Luís, Maranhão.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Especialização em Educação Ambiental) – Universidade Estadual do Maranhão, 2010.

RIBEIRO, A. L. da S. **Educação Ambiental e Pertencimento: o caso da zona rural II de São Luís – MA.** 2016. p.54 Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, 2016.

RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P. de; RIBEIRO, L. A. D. (org.). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias.** Fortaleza: Edições UFC, 2018.

RIZZATTI, Maurício; BECKER Elsbeth Léia Spode; CASSOL Roberto **Breve história da cartografia: dos povos primitivos ao Google Earth.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

RODRIGUES, C. A. L.; CARVALHO, I. F. da S.; COSTA, J. F.; QUEIRÓS, K. B. N.; NUNES, L. R.; ALMEIDA, Z. da S. de. Etnoconhecimento dos pescadores artesanais de Santo Amaro-Maranhão: aspectos relacionados à pesca e biologia da ictiofauna de valor comercial na região. In: **Revista Arquivos Científicos (IMMES).** Macapá, AP, v. 4, n 1, p. 97-106, 2021. Disponível em: <https://arqcientificosimmes.emnuvens.com.br/abi/article/view/522/137>. Acesso em: 30 de jan. 2022

SACHS, W. Introdução. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Vozes, Petrópolis, p. 11-17, 2000.

SADALA, M. L. A. A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau-Ponty. In: **Anais Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos,** Bauru: Universidade do Sagrado Coração de Jesus e Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa, 2004. Disponível em: <http://www.sepq.org.br>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SADALA, M. L. A. **Cuidar de pacientes com Aids: o olhar fenomenológico.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo.** Tradução BOTTMANN D. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, E. **O orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Tomás Rosa Bueno [orig. 1978] 2003.

SANT'ANA JÚNIOR, et al. A Resex de Tauá-Mirim, grandes projetos de desenvolvimento e a resistência socioambiental: introduzindo o debate. In SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. de J. P. F.; ALVES, E. de J. P.; PEREIRA, C. R. A. (org.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX do Tauá-Mirim.** São Luís: EDUFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Complexo Portuário, Reserva Extrativista e Desenvolvimento no Maranhão. **Dossiê Caderno C R H,** Salvador, v. 29, n. 77, p. 281-294, maio /ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/i/2016.v29n77/?section=DOSSI%C3%8A>.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Conflitos socioambientais no maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, p. 1-8, 2009. Disponível em:

https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/8.%20Agricultura,%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Meio%20Ambiente/CONFLITOS%20S%C3%93CIO-AMBIENTAIS%20NO%20MARANH%C3%83O%20E%20SUA%20RELA%C3%87%C3%83O%20COM%20GRA.pdf

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. **Florestania**: a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: Edufac, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; RIGOTTO, R. M. (org.). **Ninguém Bebe Minério**: águas e povos versus mineração. Rio de Janeiro: 7LETRAS, 2020.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina – (CES), 2009. 532 p. Disponível em: <https://dn790008.ca.archive.org/0/items/EpistemologiasDoSul/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>. Acesso em: janeiro de 2022.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências em transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/agosto.1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2022.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Orgs). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, C. A. da; CAMPOS, A.; MODESTO, N. S. D'Ávila. **Por uma Geografia das existências**: movimentos, ação, social e produção do espaço. Rio de Janeiro: Consequências, 2014.

SILVA, L. S. **Fragilidade ambiental da Ilha de Tauá – Mirim município de São Luís – MA**: contribuição aos estudos para a criação da reserva extrativista de Tauá – Mirim. Monografia. (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

SILVA, S. C. da. **Filhos do Taim**: estratégias para defesa e uso de um território. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. 2009.

SOUSA, T. de A. **Desenvolvimento, Barbárie e Educação Ambiental**: reprodução comportamentalista ou construção de enfrentamentos para além do capital? Elementos para uma reflexão crítica acerca do Projeto ECOA. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1543/2/TauanAlmeidaSousa.pdf>.

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. ALMEIDA, S. R. G.; FEITOSA, M. P.; PEREIRA, A. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TEIXEIRA, S. G.; SOUZA FILHO, P. W. M. Mapeamento de ambientes costeiros tropicais (Golfão Maranhense, Brasil) utilizando imagens de sensores remotos orbitais. **Revista Brasileira de Geofísica** [online]. v. 27, p. 69-92, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbg/a/czGtVQDbBYXn4CRgFyWNpQn/?format=pdf&lang=pt>

TROVÃO, J. de R. **O Processo de Ocupação do Território Maranhense**. São Luís. CADERNOS IMESC, 5. IMESC, 2008.

VENTURA, Z. **Chico Mendes-Crime e castigo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VIEIRA, A. L. V. B. **O mar, os pescadores e seus deuses**: religiosidade e estância na Grécia Antiga. São Luís: Café e Lápis: Editora UEMA, 2011.

ZAGALLO, J. G. **Poluição, Mudanças Climáticas e Saúde**: a dramática situação de São Luís. 2024. Slide.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In. ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

APÊNDICE A - MINIBIOGRAFIA DO CO-AUTOR ALBERTO CANTANHEDE LOPES, O BETO TAIM.



Alberto Cantanhede Lopes, nasceu em 22 de fevereiro de 1962, no Taim. Filho de Graciliana Porto Cantanhede, indígena, e Rosiel Santana Lopes, quilombola, nascido em Alcântara no Maranhão. Começou a pescar desde criança e aos treze anos, já era parceiro de pesca junto com seu pai. Por duas vezes, saiu do Taim para estudar na Vila Maranhão, devido a precariedade de acesso à escola, como é até hoje no Taim, chegando a morar lá com sua tia. Devido as dificuldades enfrentadas, estudou

bem pouco, equivalente, atualmente, ao Ensino Fundamental I. Tentou outra profissão, como, por exemplo, marceneiro/carpinteiro por 4 anos na construção civil e chegou a trabalhar de carteira assinada.

Aos 21 anos, formou sua família e continuou na pescaria. Em 1992, através dos agentes pastorais da pesca e com os conflitos pela posse da terra, se firmou na luta pelo território e, em 1998, sua comunidade recebeu o título da terra do Governo Estadual do Maranhão.

Em 1999/2000, envolvido no movimento nacional dos pescadores, iniciou uma articulação através da pesca atuando em defesa das águas. Foi criado, então, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), uma determinação da Coordenação Indigenista da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Conselho Nacional dos Seringueiro (CNS) e através de sua participação nessa entidade, passou a se articular com outros estados da Amazônia brasileira, chegando a representar o Maranhão no GTA, em 2003. Em 2005 fez parte do Conselho Deliberativo, no cargo de Secretário e, em 2007, chegou a presidente do GTA, após a renúncia da titular.

Iniciou a sua militância, enquanto pescador, a princípio, na Amazônia brasileira e atualmente é uma importante liderança em âmbito nacional e, inclusive, já esteve fora do Brasil representando a categoria dos pescadores.

Com forte atuação em âmbito nacional, articulando a pauta da sustentabilidade com os governos nos estados e com o Governo Federal, atua para que as populações tradicionais

ocupem posições de destaque, não só em seus territórios, mas no cenário político nacional, nas suas cidades e nos seus estados.

Em 2009, surgiu o debate do ambiente costeiro e marinho que lhe chamou atenção, por entender que a criação de reserva extrativista é uma modalidade de reforma agrária no Brasil. Sendo essa modalidade de unidade de conservação recomendada para garantia dos territórios pesqueiros no Brasil.

Como já vinha desde 1998 defendendo a ideia de juntar a luta pelos territórios na zona rural de São Luís, resolveu se engajar no debate do litoral, e, mais tarde, veio a se consolidar em uma Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Extrativistas, Costeiros e Marinhos (Confrem). A partir de então, abdicou do debate que o GTA faz, voltado mais para o interior da floresta, e vem dedicando-se aos debates em defesa do Bioma Manguezal. Essa é a bandeira que levanta hoje: de cuidar do ambiente aquático, do manguezal costeiro e marinho do Brasil.

Atualmente, é membro da Associação de Moradores do Taim, da qual já esteve presidente, dedica-se ao movimento nacional em defesa das áreas costeiras brasileiras, sendo um dos coordenadores nacionais da Confrem, além de ser membro do Conselho das Cidades, do Conselho Gestor da Resex Tauá-Mirim, do Movimento Nacional de Pescadores (Monape), Titular do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Condraf).

Devido aos compromissos assumidos, tem tido pouco tempo para pescar, mas é um pescador, militante e ativista dos direitos humanos.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) por **ANA LOURDES DA SILVA RIBEIRO**, aluna do Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, para participar de uma pesquisa. Leia atentamente as informações abaixo e tire suas dúvidas, para que todos os procedimentos possam ser esclarecidos.

A pesquisa com título **“A MARÉ NÃO TÁ PRA PEIXE, NEM PRA PESCADOR”**: **cartografia decolonial dos conflitos ambientais na área proposta de criação Reserva Tauá-Mirim em São Luís – MA**, tem por objetivo analisar os conflitos ambientais a partir da cartografia decolonial entre pescadores artesanais e os grandes empreendimentos públicos e privados na área proposta para a criação da Reserva Extrativista Tauá – Mirim e seu entorno. Dessa forma, a sua participação poderá trazer através das informações obtidas resulte em dados concretos sobre a pesca e os conflitos entre pescadores artesanais e as empresas ao seu entorno fortalecendo a luta na criação da reserva e em defesa do território.

Portanto, preciso entender como se dá a pesca desde seus ancestrais até os dias atuais, quais são os conflitos entre os pescadores artesanais e as empresas instaladas no território e em seu entorno, quais os principais problemas enfrentados. Com esse intuito, foi organizado um roteiro de conversa informal direcionado aos pescadores artesanais mais velhos e os mais jovens, algumas lideranças locais, interlocutores fora da comunidade, defensores e defensoras dos direitos humanos e líderes das comunidades do Taim e da Ilha de Tauá – Mirim.

Por meio, dessas conversas, reiteramos que a sua colaboração é de caráter voluntário e não implica em remuneração. Há o risco de você sentir-se constrangido com alguma pergunta, e caso isto ocorra, poderá a qualquer momento interromper a pesquisa e se for de sua vontade e encerrar sua participação.

O roteiro de perguntas é bem simples e deve tomar aproximadamente 20 a 30 minutos do seu tempo. Os seguintes procedimentos serão respeitados:

1. Seus dados pessoais e outras informações serão mantidos em segredo caso não queira ser identificado;
2. Você está livre para interromper a qualquer momento sua participação na pesquisa sem sofrer qualquer forma de retaliação ou danos e
3. Os resultados gerais da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos e podem ser publicados em congresso ou em revista científica especializada.

Endereço do(s) responsável (is) pela pesquisa:

Pesquisador Responsável: Ana Lourdes da Silva Ribeiro

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Centro de Ciências, Bloco 911, Campus do Pici.

Telefones para contato: (85) 3366-9489

E-mail: posgeog@gmail.com

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 Rodolfo Teófilo fone: 3366-8346.

O abaixo assinado _____, _____ anos, RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está participando da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste termo e que minha participação é de caráter voluntário e não serei remunerado.

Pesquisador Responsável: Ana Lourdes da Silva Ribeiro

Data: __/__/__

Participante:

Data: __/__/__

ANEXO A - PORTARIA INCRA

À SR(12)Z,

Para conhecimento análise e demais providências julgadas cabíveis à espécie.

Sr(12)G,

Hildebrando Soares Lopes Filho
Assessor Técnico - 11121-MA
Port. INCRA 111/2012
Em 11/12/2012

À SR(12)Z - 1,

Para conhecimento e demais providências.

Em 05/12/2012
Carlos Alberto de Melo
Coordenador Técnico 2
FORNECEDOR Nº 0002

ANEXO B - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA RESEX DE TAUÁ-MIRIM

Fls.	03
Proc Nº	3266/96
Rubrica

5- CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

5.1- CLIMA

A área apresenta condições climáticas de caráter relativamente úmido, com temperatura uniforme e elevada permitindo o desenvolvimento de uma vegetação florestal subcaducifolia.

Apresentando uma precipitação média de 1.200 mm anuais, com período chuvoso concentrado nos meses de dezembro a abril, uma temperatura média anual de 26,5°C, sendo junho o mês mais frio (25,4) e outubro o mês mais quente (27,7°).

Registra-se uma deficiência hídrica no período seco da ordem de 561 mm tornando inviável a produção agrícola nessa época.

Por outro lado as boas precipitações mais ou menos regulares no período chuvoso, aliados aos fatores de temperatura uniforme e elevada insolação, favorecem o desempenho de boas safras agrícolas desse período.

5.2- SOLOS

No PA TAIM são identificados as unidades de mapeamento, segundo a legenda do levantamento de reconhecimento de solos do Estado (1996), realizado pelo serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos da EMBRAPA.

5.3- RECURSOS HÍDRICOS

- O imóvel é desprovido de mananciais no seu interior, existindo apenas cacimbões.

5.4- RELEVO

O relevo do imóvel TAIM caracteriza-se pela predominância de relevo suave ondulado, com ocorrência de relevo ondulado e plano e superfícies forte onduladas, mas restritamente.

5.5- VEGETAÇÃO

A maioria da área está relacionada com a floresta tropical subcaducifolia e floresta subcaducifolia com babaçu.

Essas formações florestais apresentam-se verde durante grande parte do ano, porém nos últimos meses mais secos já reflete um certo grau de caducidade das espécies.

Constitui a cobertura vegetal das áreas elevadas (chapadas) relacionadas com o latossolos e áreas movimentadas (encostas das chapadas), relacionadas com os podzólicos.

Entre as espécies vegetais encontradas podemos citar: maçaranduba, sapucaias, cedro, imbauba, macauba e babaçu, observamos também a presença de jacarandá, pau d' arco, cadieiro, pente de macaco, bacuri, jatobá e mirindiba entre outros.

ANEXO C - DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
Gerência de Desenvolvimento Social - GDS
Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA

MEMORIAL DESCRITIVO

GLEBA : TIBIRI PEDRINHAS
MUNICÍPIO: SÃO LUIS
COMUNIDADE TAIM

ÁREA: 86,0137ha
PERÍMETRO(m): 4.166,5342

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Partindo-se do ponto P-0, de coordenadas geográficas latitude de 02°39'40"S e longitude de 44°20'21"WGr, deste segue com azimute de 247°54'54" e distância de 355,07m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-1, deste segue com azimute de 189°51'51" e distância de 111,84m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-2, deste segue com azimute de 210°06'58" e distância de 44,05m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-3, deste segue com azimute de 184°28'05" e distância de 228,23m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-4, deste segue com azimute de 274°50'32" e distância de 25,47m, limitando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-5, deste segue com azimute de 207°05'04" e distância de 326,60m, limitando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-6, deste segue com azimute de 169°40'00" e distância de 183,19m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-7, deste segue com azimute de 149°40'39" e distância de 63,74m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-8, deste segue com azimute de 126°22'39" e distância de 93,58m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-9, deste segue com azimute de 105°32'35" e distância de 70,83m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-10, deste segue com azimute de 105°40'50" e distância de 172,16m, limitando com Mangue, chega-se ao ponto P-11, deste segue com azimute de 115°00'43" e distância de 42,57m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-12, deste segue com azimute de 105°36'15" e distância de 55,84m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-13, deste segue com azimute de 156°11'46" e distância de 94,70m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-14, deste segue com azimute de 141°51'54" e distância de 25,91m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-15, deste segue com azimute de 158°34'39" e distância de 78,63m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-16, deste segue com azimute de 121°10'02" e distância de 31,88m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-17, deste segue com azimute de 101°36'34" e distância de 15,01m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-18, deste segue com azimute de 72°50'00" e distância de 200,30m, confrontando-se com Mangue, chega-se ao ponto P-19, deste segue com azimute de 11°37'45" e distância de 38,00m, confrontando-se com

ANEXO D - REGISTRO DO IMÓVEL

MATRÍCULA
025.275FICHA
04 e 4-A

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

SÃO LUIS/MA, 16 DE JANEIRO DE 2001

LIVRO Nº 2 - DP

REGISTRO GERAL

IMÓVEL - constituído do condomínio é uma área de terras denominada "TAIM", localizada no Município de São Luis-MA, medindo 86.73,98ha, encravado em imóvel de maior dimensão, intitulado Gleba "A", compreendido no trecho Tibiri-Pedrinhas, aforado pela União do Estado do Maranhão, nos termos do Decreto nº 78.129/77, conforme matrícula nº 184, fls. 227, R-01, do Livro nº 2-C, deste Cartório; em 21/07/77, contendo os seguintes limites e confrontações: MEMORIAL DESCRITIVO - IMÓVEL - GLEBA "TAIM", localização - Povoado Taim, encravado na Gleba "A" do Decreto nº 78.129, de 29/07/76, área aforada pela União Federal - do Estado do Maranhão: ÁREA: 86.73,98ha - Perímetro - 4.163,15m; Descrição do Perímetro - Partindo do marco P-00, localizado na latitude 2°39'45"S, e longitude 44°20'22"W, segue com azimuto de 247°35'02 e distância de 355,08m, limitando-se com o Sr. Daniel, até o marco P-03; deste segue, limitando-se com área de mangue, com os seguintes azimutes e distâncias: 189°51'51", 111,18m; 118°09'20"W, 38,15m; 189°25'29" - 230,65m; 274°50'37" - 25,47m; 207°29'04" - 52,11m; 205°47'24"; 57,85m; 207°20'02" - 216,65m; 169°38'58" - 183,18m; 140°41'07" - 63,73m; 126°22'44", 93,58m; 105°32'43", 70,82m; 154°55'56", 91,91m; 115°02'08", 42,56m; 105°36'15", 55,84m; 156°11'17", 94,69m; 141°51'54", 25,91m; 158°35'03", 78,63m; 121°10'02", 31,88m; 101°36'34", 15,01m; 72°52'13", 200,31m; 11°37'35", 38,01m; 97°39'32", 52,97m; 39°50'39", 66,57m; 01°17'45", 134,43m; 115°16'04", 48,98m; 153°33'00" - 47,14m; 116°37'25", - 34,95m; 109°20'30", 19,38m; 56°35'12", 124,63m; 26°13'04", 31,73m; 23°07'50", 20,98m; 329°16'22", 31,98m; 07°34'24", 66,09m; 57°55'46", 123,06m; 02°26'52", 57,36m; 314°15'50", 39,09m; 312°06'24", 74,94m; 287°20'59", 79,98m; 308°33'33", 68,46m; 19°45'03", 56,05m; até o ponto P-50, deste segue limitando-se com o Sr. J. Câmara, com os seguintes azimutes e distâncias - 295°32'35", 88,27m; 321°20'05", 32,11m; 345°13'56", 106,59m; 332°12'47", 162,34m; 334°26'14", 57,78m; 337°58'25", 89,42m; 342°20'41" e distância de 274,03m, até o marco inicial P-00, ponto inicial do perímetro aqui descrito. - PROPRIETÁRIO: O ESTADO DO MARANHÃO, entidade jurídica de direito público interno. - NÚMERO DO REGISTRO ANTERIOR: 01. MAT-1184, às fls. 227, do Livro 2-C, deste Cartório. - O referido é verdade e dou fé. *Waldemar*

R-01. MAT-25.275, FLS. 04. PROI-47.815, PAG-334. - CERTIFICADO por Escritura Pública de Condomínio, lavrada nesta cidade, aos 26 de setembro do ano de 1996, nas Notas do Tabelião do 2º Ofício, Dr. Celso da Conceição Coutinho, Livro nº 532, fls. 063, compareceram partes entre si, justas e contratadas a saber: de um lado, como OUTORGANTE: O ESTADO DO MARANHÃO, entidade jurídica de direito público interno, neste ato legalmente representado por Decreto Governamental da Execlentíssima Senhora Governadora do Estado do Maranhão, Dra. Roseana Sarney, pelo Secretário Estadual da Agricultura, Abastecimento e Irrigação, Dr. Francisco de Assis Milhomem Coelho, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG. nº 266.372-SSP/MA e CIC nº 056.886.631-20 e pelo Diretor Presidente do ITERMA, Dr. Marcos Alexandre Kowarick, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, RG-6.006.868-SSP/SP e CIC nº 002.293.138/41, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado, como OUTORGADOS: ANTUN PEREIRA LIMA, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador da carteira de identidade nº 794.728-SSP/MA e CPF nº 238.354.783/20, residente e domiciliado nesta cidade; VALDEMIRO MORAIS, brasileiro, viúvo, trabalhador rural, portador da C.I. nº 775.336-SSP/MA, e CPF nº 281.765.963-53, residente e domiciliado nesta cidade, MARIA DA CONCEIÇÃO MORAES, brasileira, solteira, doméstica, residente e domiciliada nesta cidade, MARIA JOSÉ DOS SANTOS, brasileira, casada, trabalhadora rural, carteira de identidade nº 267.065.94-9-SSP/MA, residente e domiciliada nesta cidade, FRANCISCO DAS CHIAGAS SILVA, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, portador da Carteira de Identidade nº 1324323-SSP/MA, residente e domiciliado nesta cidade, MARIA DE JESUS MORAES, brasileira, solteira, trabalhadora rural, carteira de identidade nº 637.227-SSP/MA e CPF nº 452.041.363-04, residente e domiciliado nesta cidade, JALDENILSON RAMOS MESQUITA, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, Carteira de Identidade nº 26695694-7-SSP/MA, residente e domiciliado nesta cidade, MARIA LUCIA FRAZÃO, brasileira, solteira, trabalhadora rural, carteira de identidade nº 447595.95-4-SSP/MA, residente e domiciliada nesta cidade, JALDIRA RAMOS MESQUITA, brasileira, solteira, doméstica, carteira de identidade nº 26708694-6-SSP/MA, residente e domiciliado nesta cidade, RAIMUNDO NASCIMENTO DOS SANTOS, brasileiro, casado, pescador, carteira de identidade nº 15284741-SSP/MA e CPF nº 124.883.563/87, residente e domiciliado nesta cidade

METHICULA

005.275

FICHA

04-A

2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

SÃO LUIS/MA, 16 de JANEIRO DE 2001

LIVRO Nº 2 - DP

REGISTRO GERAL

trabalhador rural, residente e domiciliado nesta cidade, MARINADO MORAES, brasileiro, casado, trabalhador rural, C.I. nº16342193-5-SSP/MA e CPF nº764.026.813/34, residente e domiciliado nesta cidade, NATIVIDADE DOURADO REIS, brasileira, solteira, trabalhadora rural, carteira de identidade nº639.590-SSP/MA e CPF nº248.447.053/34, residente e domiciliado nesta cidade, RATMUNDO ROQUELINO DE SOUSA, brasileiro, casado, trabalhador rural, C.I. nº390785-SSP/MA e CPF nº075.332.843/72, residente e domiciliado nesta cidade, MIGUEL BALDEZ, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, C.I. nº597.779-SSP/MA, residente e domiciliado nesta cidade, JOÃO GALDINO SANTANA, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, C.I. nº620.943/SSP/MA e CPF nº237.921.675/87, residente e domiciliada nesta cidade, RODRICO DAS CHAGAS MOREIRA, brasileiro, solteiro, trabalhador rural, CI nº349.330-SSP/MA e CPF nº290.132.593/91, residente e domiciliado nesta cidade, EDSON MORAES, brasileiro, trabalhador rural, solteiro, C.Trofissional nº004.154-Série - 0012, do Estado do Maranhão, residente e domiciliado nesta cidade, NIVALDO MORAES DE JESUS, brasileiro, solteiro, ajudante de pedreiro, C.I. nº511362960-SSP/MA, ROSA HELENA DE JESUS LOPES, brasileira, solteira, doméstica, residente e domiciliada nesta cidade e ROSILENE CANTANHEDE SANTANA, brasileira, solteira, doméstica, Carteira de identidade nº1430266-SSP/MA e CPF nº492.881.503/68, residente e domiciliada nesta cidade, nos termos das cláusulas e condições a seguir ajustadas: CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto do presente contrato de condomínio é uma área de terras denominada "TAIM", acima qualificada. - CLÁUSULA SEGUNDA - A presente transferência objetiva a cessão do domínio útil da área acima especificada, autorizada pela Lei Estadual nº3.840/77, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 28.04.77, aos condôminos segnatários deste instrumento, para fins de implantação de um projeto de assentamento a ser executado pelo ITERMA, através da Diretoria de Assentamento e Desenvolvimento Rural de acordo com o processo administrativo - 2166/96; CLÁUSULA TERCEIRA - A exploração da área se destina exclusivamente a utilização de projetos agropecuários elaborados e acompanhados, pelo ITERMA, aplicando-se o princípio da cláusula de reversão desde que seja dado pelos condôminos outorgados, destinação diversa aproveitada no presente instrumento. - PARÁGRAFO ÚNICO - Serão desmembrado as áreas correspondentes aos lotes individuais destinado a moradia dos outorgados condôminos; CLÁUSULA QUARTA - Para fins de transmissão a qualquer título divisão em partilha amigável ou judicial, nos termos do artigo 65 da lei nº4.504, de 30.11.64, o imóvel não poderá ser desmembrado ou dividido em parcela inferior à prevista no artigo "8" da Lei nº5.868, de 12.12.72, regulamentada pelo Decreto 72.106/73, ainda que autorizado por todos os condôminos; CLÁUSULA QUINTA - A transferência do domínio outorgado nos casos legalmente permitidos somente ocorrerá com autorização expressa do ITERMA, sendo nula de pleno direito toda e qualquer outra forma de cessão a teor do artigo 53, II do Código Civil Brasileiro; CLÁUSULA SEXTA - Seção considerada nula e de nenhum efeito legal, na forma do Parágrafo Terceiro, do artigo "8" da Lei 5.868/72, os atos de cessão praticados em desobediência as regras estipuladas neste instrumento, excetuando-se os casos de partilha ou divisão de sucessão "causa-mortis"; - CLÁUSULA SÉTIMA - Fica por este instrumento assegurado e respeitado o direito de sucessão, na conformidade da lei, observada a legítima filiação sucessória; CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de São Luis, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, o referido a verdade e dou fé. São Luis/MA, 16 de Janeiro de 2001. - /-



ANEXO E - ESCRITURA

Ilha Masmunha do P. Felisberto de Souza ...

Quinta Masmunha instituida ...
Matriz. Foi criada por lei provincial de 29 de Agosto de 1856 ...
Criada a de S. José. Confina a L. com o terreno que antes dividia
a freguesia de S. José da sua do lago de S. Francisco do L. Concilio e
pelo O. com o rio Catur. Depois de transferida a matriz f
caram como limites, a estrada da Batata, seguindo direção S. a
o ponto de intersecção com a estrada que sendo parte de S. João para
a Batatay, e para N. a partir em linha recta da Carimbo para
inter os limites de S. João de Barbosã

— São Francisco do O. de ... 1835
Titais da Creação:

— Lei provincial de 8 de ...
occurse ...
dimittido a 1 de Janeiro de 1869 ...
da de S. José de Costa ...
a 10 de 1869. ficou depois ...

Limites: ...
em frente a capital. ...
e por este até a cabeceira ...
nome Batatay até ...
Batatay ...

Maurício ...
Antonio ...
Maurício ...
Sérvio ...

ANEXO F - PARTE INICIAL DA CARTA DE APOIO À DECRETAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM



São Luís/MA, 25 de maio de 2023.

AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Exma. Sra. Ministra Marina Silva

Em cópia: ICMBio e CONAREX

CARTA DE APOIO À DECRETAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM

Nós abaixo assinados, extrativistas que cuidamos e vivemos no território da Reserva Extrativista Tauá-Mirim, juntamente com outros povos e comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições de pesquisa, solicitamos **O DECRETO DE CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA TAUÁ-MIRIM.**

O território da Reserva Extrativista Tauá-Mirim é formado por doze comunidades rurais: Taim, Rio dos Cachorros, Limoeiro, Porto Grande, parte do Cajueiro (Praia de Parnauaçu), parte da Vila Maranhão (Porto das Arraias), Portinho, Jacamim, Amapá, Embaubau, Ilha Pequena e Tauá-Mirim. Essas comunidades se localizam no município de São Luís, capital do estado do Maranhão, no nordeste brasileiro, na Amazônia maranhense, numa área de 16.663,55 mil hectares e perímetro de 71,21 km. Números não oficiais apontam a existência de cerca de 2.200 famílias que tem como principais atividades econômicas a pesca artesanal, a agricultura familiar e o extrativismo vegetal.

Desde 2003, as comunidades vêm lutando pela decretação da criação da RESEX. Em 2007, foi aberto o processo de criação, com os estudos socioambientais e o registro das audiências públicas realizadas, entregue ao Ministério do Meio Ambiente. Frente à indefinição por longo período sobre a criação oficial da referida RESEX, no dia 17 de maio de 2015, em Assembleia Popular ocorrida na comunidade do Taim, as comunidades dos territórios decidiram pela autoproclamação da existência de fato da

**ANEXO G - PARTE INICIAL DA NOTA TECNICA DA RESEX DE TAUÁ-MIRIM
PROCESSO DE CRIAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA ILHA DO
MARANHÃO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
GRUPO DE ESTUDOS: DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO
AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

NOTA TÉCNICA

**Resex de Tauá-Mirim: processo de criação e a conservação ambiental na Ilha do
Maranhão**

Equipe Técnica

- ✓ Alexandre Caminha de Brito (Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Mestre em Biodiversidade e Conservação, pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA)
- ✓ Ana Lourdes da Silva Ribeiro (pesquisadora do Grupo de Estudos: Desenvolvimento Modernidade e Meio Ambiente - Gedmma/UFMA, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC)
- ✓ Bruno de Brito Gueiros Souza (Analista Ambiental do ICMBio, Doutor em Geociências - Geoquímica, pela Universidade Federal Fluminense – UFF)
- ✓ Clarissa Lobato da Costa (Professora de Biologia e Educação Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão -IFMA, pesquisadora do Gedmma, doutora em Ciências Marinhas Tropicais pela Universidade Federal do Ceará - UFC)
- ✓ Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior (Professor de Sociologia da UFMA, Coordenador do Gedmma, doutor em Ciência Humanas – Sociologia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- ✓ Karina de Oliveira Teixeira (Analista Ambiental, Chefe do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio São Luís)
- ✓ Madian de Jesus Frazão Pereira (Professora de Antropologia da UFMA, Coordenadora do Gedmma, doutora Sociologia, pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB)

São Luís/MA
setembro de 2023